

Superintendência Regional de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO do Exercício de 2010



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Maio de 2011

Agricultura e abastecimento em boa companhia

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MILTON ELIAS ORTOLAN

Presidente

EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS

BOAVENTURA TEODORO DE LIMA

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

CONSELHO FISCAL - COFINS

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

Presidente

FRANCISCO WAYNE MOREIRA

WESLEY JOSÉ GADELHA BAIER

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA

Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

ALFREDO LUIZ BRIENZA COLI

Superintendente

CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA PENTEADO

Gerente Financeiro e Administrativo

NIVALDO APARECIDO MAIA

Gerente de Operações

LUIZ ALBERTO MARTINS

Gerente de Desenvolvimento e Suporte Técnico

RENATA DE MORAES VICENTE

Procuradora

CLÁUDIO LOBO DE ÁVILA

Assistente

FILOMENA PIRAGINO DELLA ROVERE

Gerente da Unidade Armazenadora de Bauru

EUCLIDES FRANCISCO

Gerente da Unidade Armazenadora de Carapicuíba

MANOEL MEDEIROS

Gerente da Unidade Armazenadora de Garça

VALDINEI DE OLIVEIRA

Gerente da Unidade Armazenadora de Bernardino de Campos

Superintendência Regional de São Paulo

Alameda Campinas nº 433 – Jardim Paulista

São Paulo/SP – CEP 01404-901

Fone: (11) 3264.4800 – Fax: (11) 3833.9638

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB EM SÃO PAULO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107, de 27/10/2010, da Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010, e das orientações do Órgão de Controle Interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

São Paulo, maio de 2011

> **Sumário**

	Relação de Siglas	5
	Relação de Quadros	8
	Relação de Figuras	10
	Introdução	11
1.	Identificação	13
2.	Responsabilidades, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária	14
2.1.	Responsabilidades Institucionais da Unidade.	14
2.1.1.	Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	15
2.1.2.	Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA	18
2.1.3.	Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	19
2.1.4.	Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	20
2.1.5.	Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	23
2.2.	Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	26
2.2.1.	Assegurar a Execução Efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar Proativamente na Formação e Gestão dos Estoques Públicos	26
2.2.2.	Fortalecer a Atuação no Segmento da Agricultura Familiar	27
2.2.3.	Estar apta para Atender os Programas Sociais e Emergenciais de Distribuição de Alimentos	27
2.2.4.	<u>Organizar e Fortalecer o Comércio Varejista de Pequeno Porte</u>	28
2.2.5.	Articular a Modernização do Mercado de Hortigranjeiros	28
2.3.	Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade	29
2.3.1.	Programas	29
2.3.1.1.	Programa Abastecimento Agroalimentar	29
2.3.1.2.	Programa Gestão da Política Agropecuária	30
2.3.1.3.	Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	31
2.3.2.	Principais Ações dos Programas	31
2.3.2.1.	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	31
2.3.2.2.	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	32
2.3.2.3.	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	33
2.3.1.4.	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	34
2.3.1.5.	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	35
2.3.2.6.	Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	37
2.3.2.7.	Cumprimento de Sentenças Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	40
2.3.2.8.	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	41
2.3.2.9.	Formação de Estoques Públicos	44
2.3.2.10.	Remoção de Produtos dos Estoques Públicos	45
2.3.2.11.	Posição dos Estoques Públicos	47
2.3.2.12.	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	48
2.3.2.13.	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	51
2.3.2.14.	Gestão e Administração do Programa	53
2.3.2.15.	Despesas Correntes e Investimentos	56
2.3.2.15.1.	Despesas por Modalidade de Contratação – Processos Licitatórios	56
2.3.2.15.2.	Outras Despesas	56
2.3.3.	Outros Programas, Ações e Atividades	56
2.3.3.1.	Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural	56
2.3.3.2.	Levantamento de Safras das Culturas do Dendê e Pinhão Manso	58
2.3.3.2.1.	Vendas em Leilão Público – Estoques Governamentais	60
2.3.3.2.2.	Serviços de Armazenagem	60
2.3.4.	Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	61
2.3.4.1.	Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	64

2.3.4.1.1	Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	66
2.3.4.1.2	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque)	66
2.3.4.1.3.	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea –(CPR Doação)	67
2.3.4.1.4	Execução Orçamentária	67
2.3.4.2.	Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA	68
2.3.4.3.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	68
2.3.4.3.1	Aquisição de Alimentos do PAA	68
2.3.4.3.2.	Operacionalização da Aquisição, Armazenagem e da Revenda de Produtos da AF	68
2.3.4.3.3.	Fomento e Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na AF	68
2.3.4.3.4	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque)	68
2.3.4.3.5	Execução Orçamentária	69
2.3.5	Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional – MI	69
2.3.6	Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	71
2.3.7	Levantamento da Produção Brasileira de Cana de Açúcar	74
2.3.8	Levantamento da Produção Brasileira de Café	77
2.3.8.1	Levantamento dos Estoques Públicos de Café	77
2.3.8.2.	Levantamentos dos Estoques Privados de Café	80
2.3.9	Participação na Execução do Fome Zero	81
2.3.9.1.	Produtos Recebidos em Doação	81
2.3.9.2.	Doação de Produtos da Agricultura Familiar	83
2.3.9.2.1	Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos	83
2.3.9.3	Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar	83
2.4.	Desempenho Operacional	86
2.4.1.	Programação Orçamentária	86
2.4.1.1	Movimentação Interna	87
2.4.2.	Execução Orçamentária	87
2.5.	Indicadores de Desempenho ou Institucionais	91
2.5.1.	Assistência Médica Odontológica Empregados / Dependentes	93
2.5.2	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	97
2.5.3	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	99
2.5.4	Capacitação de Servidores Públicas Federais, em processo de Qualificação e Requalificação	101
2.5.5	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	103
2.5.6	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	104
2.6.	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	111
2.7.	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazém	113
3.	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos de Recursos	114
4.	Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores	114
4.1	Restos a Pagar Processados	115
4.2.	Restos a Pagar não Processados	115
5.	Composição de Recursos Humanos	115
5.1	Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos	120
6.	Informações sobre Transferências	127
7.	Registros Atualizados nos Sistemas SIASG E SICONV	127
8.	Declaração de Entrega da Declaração de Bens e Rendas	129
9.	Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno	129
10.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	131
11.	Gestão do Patrimônio Imobiliário	133
11.1.	Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Propriedade da União ou Locado de Terceiros	133
12	Gestão da Tecnologia da Informação	135
12.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	135
12.2.	Tecnologia da Informação	136
12.2.1	Planejamento da Área	136
12.2.2.	Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos	137

12.2.3.	Segurança da Informação	138
12.2.3.1	Segurança Lógica	138
12.2.3.2	Segurança Física	139
1.2.2.4	Desenvolvimento e Produção de Sistemas	139
12.2.4.1	Relação de Sistemas Entregues em 2010	140
12.2.4.2	Relação de Sistemas Mantidos em 2010	142
12.2.5	Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	143
12.2.5.1	Aquisição de Equipamentos	144
12.2.5.2	Contratação de Serviços de TI	144
12.2.6	Portal da Companhia	145
13.	Informação Utilização dos Cartões de Pagamento do Governo Federal	146
14.	Renúncia Tributária	146
15.	Atendimento às Determinações do TCU	146
16.	Recomendações da Unidade de Controle Interno/Provid. SUREG/SP	146
17.	Outras Informações consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão	171
17.1	Estrutura Física	171
17.2	Estrutura de Pessoal	171
17.3	Estrutura de Tecnologia da Informação	172
17.4	Estrutura Organizacional	173
17.5	Impactos da Gestão	173
18.	Demonstrações Contábeis	174
18.1	Declarações do Contador – Sureg/SP	174
18.2	Demonstrações Contábeis Previstas na Lei 4.320/64	175
18.3	Demonstrações Contábeis Previstas na Lei 6.404/76	175
18.3.1	Balanço Patrimonial	176
18.3.2	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	178
18.3.3	Demonstração do Resultado	179
18.3.4	Demonstração do Valor Adicionado	180
18.3.5	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	181
18.4.	Composição do Capital Social	196
18.4.1	UJ como Investida	197
18.4.2	UJ como Investidora	198
18.5	Parecer dos Auditores Independentes	201
18.6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercício Findo em 31/12/2010	202
19.	Remuneração Paga aos Administradores	203
19.1	Diretoria da CONAB	204
19.2	Conselho Fiscal	205
19.3	Conselho de Administração da CONAB	206
20.	Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar / CIBRIUS	207

● **Relação de siglas**

AF – Agricultura Familiar
AGF - Aquisição do Governo Federal
AP - Abaixo do Padrão
ATR – Autorização de Transporte
BB - Banco do Brasil S.A.
BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEAF - Compra Especial da Agricultura Familiar
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDA – Cadastro de Armazém
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA - Centrais de Abastecimento
CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CGU - Controladoria-Geral da União
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNAGA – Companhia Nacional de Armazéns Gerais
COACAVO – Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
COBRAC – Cooperativa do Brasil Central
CODAR – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
COF - Coordenação de Orçamentos e Finanças
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COV – Com Opção de Venda
CPL – Comissão Permanente de Licitação

CPR – Cédula de Produto Rural
DAP – Declaração de Aptidão
DERAL – Departamento de Economia Rural
DEST - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD - Diretoria de Administração
DOU - Diário Oficial da União
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
EGF - Empréstimo do Governo Federal
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEARE – Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de capacitação e Desenvolvimento
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Técnico
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEFIS – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOP - Gerência de Folha de Pagamento
GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

GEOPE – Gerência de Operações
GEPOR - Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GEMOV - Gerência de Movimentação de Estoques
GEPRO – Gerência de Programação Financeira
GESAS – Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistorias dos Estoques Privados
HOLAMBRA – Cooperativa Agro-Industrial Holambra
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MOC. - Manual de Operações da Conab
MP - Ministério de Planejamento
NOC - Normas da Organização –
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAANET – Aplicativo da Conab para preenchimento das Propostas do PAA.
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDV Programa de Demissão Voluntária
PDVI - Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEB - Prêmio para Escoamento da Borracha
PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA - Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja
PGPAF – Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PROGE – Procuradoria Geral
PROHORT – Programa Brasileiro de modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda
PRORE – Procuradoria Regional
PTRES – Programa de Trabalho Resumido
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de produtos Básicos
SAAGRA - Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos
SAS - Serviço de Assistência à Saúde
SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEC- Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF – Setor Contábil e Financeiro
SECOM – Setor de Operações Comerciais
SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE – Setor de Operações
SEPAB – Setor de Programas Institucionais, Sociais e de Abastecimento
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEREH – Setor de Recursos Humanos
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SFA - Superintendência Federal da Agricultura de SP
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF - Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores
SICARM – Sistema de Cadastro de Armazéns
SICONJV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINTEG - Sistema de Controles Integrados
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPC - Secretaria de Previdência Complementar
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUREG - Superintendência Regional
SUARM – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência Financeira

SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUPAB – Superintendência de Abastecimento Social
SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG – Superintendência Regional
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN – Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UA – Unidade Armazenadora
UC – Unidade de Comercialização
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP - Valor de Escoamento de Produto
xFAC - Sistema de Faturamento e Controle dos Estoques Públicos

Relação de Quadros

Nº do Quadro	Denominação	
I	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	37
II	Demonstrativo dos Cursos e Treinamentos da Sureg-SP	38
III	Discriminação dos Cursos e Treinamentos Realizados	39
IV	Demonstrativo dos Eventos em SP	39
V	Demonstrativo das Despesas Realizadas – Exercício de 2010	40
VI	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas (estoques públicos) em SP	43
VII	Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização	43
VIII	Demonstrativo das Despesas com Fiscalização	44
IX	Demonstrativo das Aquisições	45
X	Demonstrativo das Quantidades Contratadas e Removidas	45
XI	Quadro Demonstrativo de Outras Remoções - 2010	46
XII	Demonstrativo da Execução Financeira	47
XIII	Posição dos Estoques Públicos	48
XIV	Demonstrativo do Levantamento de Safra em SP - 2010	49
XV	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola-Safra 2008/09 e 2009/10	49
XVI	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola-Safra 2009/10 e 2010/11	50
XVII	Demonstrativo de Execução de Despesa	51
XVIII	Demonstrativo dos Armazéns da Sureg-SP	52
XIX	Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	53
XX	Demonstrativo da Execução de Despesas Ação, Gestão e Administração do Programa	55
XXI	Demonstrativo dos Processos Licitatórios	56
XXII	Demonstrativo do Número de Apólices	57
XXIII	Demonstrativo da Execução Orçamentária	58
XXIV	Remoções de Estoques do MDS	58
XXV	Demonstrativo da Safra 2010	59
XXVI	Levantamento de situação do Pinhão Manso	60
XXVII	Demonstrativo das Vendas dos Estoques Governamentais	60
XXVIII	Demonstrativo do Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros	61
XXIX	Estoque Médio Armazenado nas UA's de São Paulo	61
XXX	Demonstrativo das Metas Previstas	65
XXXI	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	66
XXXII	Demonstrativo de Aquisições pela CPR – Estoque/MDS	66
XXXIII	Demonstrativo de Aquisição pela CPR – Doação/MDS	67
XXXIV	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDS	67
XXXV	Demonstrativo de Aquisições pela CPR – Estoque/MDA	68
XXXVI	Demonstrativo de Remoção dos Estoques - MDA	69
XXXVII	Demonstrativo da Execução de Despesa - MDA	69
XXXVIII	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos	70
XXXIX	Demonstrativo da Execução da Despesa	70
XL	Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios	73
XLI	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos (Discriminado)	73
XLII	Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos - MDS	74
XLIII	Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar	75
XLIV	Demonstrativo da Produção de Açúcar	76
XLV	Demonstrativo da Produção de Alcool	77
XLVI	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2009/2010	78
XLVII	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – 2010/2011	79
XLVIII	Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011	80
XLIX	Demonstrativo de Estoques Apurados - Por Segmento e UF	81
L	Demonstrativo das Doações Realizadas	82

LI	Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)	84
LII	Instituições e Municípios Atendidos	85
LIII	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	86
LIV	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ	87
LV	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa-Créditos Recebidos da UJ	88
LVI	Execução Física das Ações	90
LVII	Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	93
LVIII	Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde	94
LIX	Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	94
LX	Demonstrativo do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	95
LXI	Demonstrativo do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	96
LXII	Demonstrativo do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	96
LXIII	Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	97
LXIV	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	97
LXV	Custo do Atendimento do Auxílio-Transporte	98
LXVI	Percentual de Armazéns Cadastrados	99
LXVII	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	100
LXVIII	Índice de Eficiência por Unidade Cadastrada	100
LXIX	Atendimento da Demanda de Capacitação	101
LXX	Percentual da Execução Financeira com Capacitação	102
LXXI	Custo por Empregado Capacitado	102
LXXII	Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	103
LXXIII	Percentual de Fiscalizações Realizadas	104
LXXIV	Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	105
LXXV	Custo por Fiscalização Realizada	106
LXXVI	Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos	107
LXXVII	Percentual de Produtos Adquiridos para a Formação de Estoques Públicos	107
LXXVIII	Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos	108
LXXIX	Demonstrativo da Execução da Despesa	109
LXXX	Demonstrativo das Despesas na Modalidade Licitações	109
LXXXI	Demonstrativo de Despesas em Outras Modalidades de Contratações	110
LXXXII	Percentual de Pesquisa de Safras	111
LXXXIII	Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safra	112
LXXXIV	Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	113
LXXXV	Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	114
LXXXVI	Demonstrativo de Restos a Pagar	114
LXXXVII	Composição do Quadro de Recursos Humanos/Apuração em 31.12.2010	116
LXXXVIII	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual/Apuração em 31/12/2010	117
LXXXIX	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária/Apuração em 31/12/2010	117
XC	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade/Apuração em 31/12/2010	117
XCI	Composição do Quadro de Estagiários/Apuração em 31/12/2010	118
XCII	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008/2009 e 2010	118
XCIII	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	119
XCIV	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	119
XCV	Demandas Trabalhistas por Sureg e Risco	126
XCVI	Estrutura de Controles Internos da UJ	129
XCVII	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	134
XCVIII	Gestão de TI da UJ	135
XCIX	Demonstrativo do Quadro de Lotação da Sureg-SP	172
C	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	204
CI	Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab	208
CII	Síntese da Remuneração do Conselho de Administração	209
CIII	Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal	212

CIV	Alocação de Recursos e Limites por Segmento e Modalidade de Investimento	214
CV	Meta de Rentabilidade	214
CVI	Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos – jan. a dez/2010	218
CVII	Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003	236

Relação de Figuras

Nº da Figura	Denominação	
I	Área de Atuação do PAA	64
II	Evolução do Número de Empregados	121
III	Evolução do Número de Treinandos e do Custo Per Capita	123
IV	Serviços de Saúde	124
V	Evolução das Demandas Trabalhistas	125

Introdução

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab no Estado de São Paulo (Sureg-SP) ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 9, 14, 15 e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-SP, segundo esses preceitos e, de acordo com as Ações executadas por esta Regional, no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab, com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas, durante o exercício sob exame, estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Para o cumprimento do papel social da Conab, atividade essencial e de grande destaque no Estado de São Paulo, as quatro unidades armazenadoras jurisdicionadas estão localizadas em regiões estratégicas no interior do Estado. Elas são importantes pólos de compras de produtos da **PGPM** (Política de Garantia de Preços Mínimos) e do **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar). Estas unidades armazenadoras também agilizam a distribuição de cestas de alimentos para populações que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A Sureg/SP, ao desenvolver ações abrangentes que fomentem a excelência da sua administração, efetivou as seguintes realizações, no exercício de 2010:

a) realização de 14 (quatorze) reuniões gerenciais ordinárias de equipe-líder, com o

objetivo de fortalecer a cultura participativa dos gestores da Sureg/SP.

b) utilização de R\$ 39.532.552,76 que implementou projetos da Agricultura Familiar, com recursos do **MDS** e do **MDA**. Este montante beneficiou 12.748 agricultores, 1.245 entidades assistenciais e 1.176.175 pessoas.

c) recepção a 2 (duas) comitivas oficiais do governo da China, ocasiões em que foram debatidos assuntos relacionados ao escoamento e armazenamento de produtos agrícolas;

d) assinatura do Termo de Cooperação para a Gestão Compartilhada do Terminal Pesqueiro Público de Santos – TPPS, entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Presidência da Conab, fato ocorrido no dia 01/12/2010;

e) aquisição e instalação de novos equipamentos de informática na Sureg e nas UA's, no que se refere a computadores e impressoras;

f) assinatura do Protocolo de Intenções com o ITESP, com a finalidade de facilitar e agilizar o acompanhamento dos projetos do PAA no Estado de São Paulo;

g) participação no Seminário do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, evento direcionado à merenda escolar e agricultura familiar, que deu origem à Comissão Estadual Intersetorial para a Alimentação Escolar, com a finalidade de divulgar e sensibilizar os gestores públicos, quanto à aplicação e implementação da Lei 1.947 e Resolução 38, ambas de 2009;

h) Participação no Seminário Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em Salvador/Bahia;

i) Participação no Seminário Nacional para Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em Brasília – DF;

j) participação em reunião no GCEA/IBGE, ocasião em que se concilia os dados da safra de grãos;

k) realização do trabalho de pesquisa do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;

l) Inauguração do novo acesso e portaria da Unidade de Bauru, objetivando maior facilidade quanto às entradas e saídas de veículos;

m) Realização de palestras de conscientização aos funcionários, sobre os temas saúde e preparação para a aposentadoria.

As realizações elencadas demonstram que a Sureg/SP possibilitou aprimorar o planejamento, a condução, a análise estratégica e a concepção de soluções diferenciadas, permitindo defender os interesses das políticas agrícolas e de abastecimento do País, incentivando ainda a criatividade e o processo intelectual dos seus funcionários, para que a interface deles com a Empresa, permita maior produtividade e realização pessoal.

As principais metas da **Sureg/SP** para o exercício de 2011, consistem em:

a) dar continuidade, na região Sudeste, às oficinas sobre o tema Agricultura Familiar com representantes da **Conab**, cooperativas, associações, movimentos sociais, órgãos federais, estaduais e municipais, com vistas a extrair a radiografia do programa e levantar expectativas de melhoria;

b) criar e estruturar sistemáticas internas para o desenvolvimento institucional;

c) promover o pensamento e a postura estratégica da Superintendência, a fim de atuar de forma estruturada e eficaz nas ações sociais governamentais;

d) promover o desenvolvimento organizacional com ênfase na melhoria contínua e na gestão dos processos internos.

Alfredo Luiz Brienza Coli
Superintendente Regional da CONAB/SP

1 - Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de São Paulo			
Denominação abreviada: CONAB-SUREG/SP			
Código SIORG: 087333		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135325
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		Código CNAE: 84.11-6-00	
Principal Atividade: Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou insumos			
Telefones/Fax de contato:	PABX (11) 3264.4800	Fax (11) 3264.4833	Fax (11) 3833.9638
Endereço eletrônico: sp.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Alameda Campinas nº 433 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01404-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurídica			
Normas de criação e alteração da Unidade Gestora			
A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social (1ª versão) aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, publicado no DOU em 31/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. O Estatuto Social da Companhia encontra-se em sua 9ª Versão, tendo sido alterado pelos seguintes decretos: 2ª Versão – Decreto 369, de 19/12/1991, publicado no DOU em 20/12/1991; 3ª Versão – Decreto s/nº, de 03/07/1995, publicado no DOU em 04/07/1995, 4ª Versão – Decreto 1.816, de 09/02/1996, publicado no DOU em 09/02/1996; 5ª Versão – Decreto s/nº, de 19/12/1996, publicado no DOU em 20/12/1996; 6ª Versão – Decreto 2.390, de 19/11/1997, publicado no DOU em 21/11/1997; 7ª Versão – Decreto 3.336, de 13/01/2000, publicado no DOU em 14/01/2000; 8ª versão – Decreto 4.514, de 13/12/2002, publicado no DOU em 16/12/2002; 9ª Versão – Decreto 6.407, de 24/03/2008, publicado no DOU em 25/03/2008.			
Outras normas legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.973/2000 - Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas ; Decreto nº 3.855/2001 - Regulamentação da Lei nº 9.973/2000 e Decreto-Lei nº 1.102/1903			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC e Normas da Organização – NOC			
Unidades gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135325	Sede da Sureg		
135331	Unidade Armazenadora de Bauru		
135486	Unidade Armazenadora de Carapicuíba		
135487	Unidade Armazenadora de Garça		
135531	Unidade Armazenadora de Bernardino de Campos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135326	Estoque Estratégico		
135327	Estoque Regulador		
135443	Mercado de Opção		
135555	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
135325		22211	
135326		22211	
135327		22211	
135331		22211	
135443		22211	
135486		22211	
135487		22211	
135531		22211	
135555		22211	

2 – Responsabilidades, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é “Contribuir para a Regularidade do Abastecimento e Garantia de Renda ao Produtor Rural, Participando da Formulação e Execução das Políticas Agrícola e de Abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária, podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no Art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicas, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo, a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010, foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul, com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários, na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência, constantes dos contratos.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguindo as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias, a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto

do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010, foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

- **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

- **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03), representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e visa, ainda, a formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando o atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares, com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.

- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da Federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010, foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e

atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo suas doações, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios à populações vitimadas em situação de risco nutricional, no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas, produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Nesse ano, foram cadastradas 185 novas unidades varejistas, e disponibilizadas para comercialização, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab, desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado, significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que, no primeiro caso, as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra, a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais, são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no

aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações, coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção à antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e, as do IBGE, atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento do custo de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As

estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar, com maior segurança, as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando o maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%),

particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados; ambiente artificial, corresponde a 1%, embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita e, visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício, estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab, para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras

novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização, são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também, são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício, foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e, superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações, foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações e, conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques, foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições

de armazenamento dos produtos, cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

2.2.1 - Assegurar a Execução Efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar Proativamente na Formação e Gestão dos Estoques Públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se, por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro, a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

2.2.2 - Fortalecer a Atuação no Segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa, a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab, para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas, visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

2.2.3 - Estar Apta para Atender os Programas Sociais e Emergenciais de Distribuição de Alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações, famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

2.2.4 - Organizar e Fortalecer o Comércio Varejista de Pequeno Porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo, para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010, a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

2.2.5 - Articular a Modernização do Mercado de Hortigranjeiros.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios, boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e

apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário, a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre outros, o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 – Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

O Plano Plurianual – 2008/2011, elaborado durante o exercício de 2007 e aprovado pela Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, deu continuidade ao Programa Abastecimento Agroalimentar, com alteração de sua composição, ou seja: foram incluídas novas Ações coordenadas pela Conab, transferidas Ações para o Programa Agricultura Familiar – PRONAF, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, e incluídas Ações sob a responsabilidade dos Bancos da Amazônia e do Nordeste.

2.3.1 - Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-SP inseridas em Ações, são contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, recebidas na Matriz, em Brasília, e repassadas às regionais, para execução.

2.3.1.1– (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno, visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de

Acompanhamento das Ações Orçamentárias – COAMO.

• **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

• **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) **Produção Nacional de Grãos:**

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) **Margem de Disponibilidade de Trigo**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) **Margem de Disponibilidade de Milho**

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários**

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

• **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas

• **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.

• **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA

• **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA

• **Público-Alvo:** Governo Federal

• **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e

controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas à sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas

2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Responsável Regional:** Luiz Carlos Soré - Sereh/SP
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gesas

• Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	265.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	
Dotação Final	22.553.050,00	265.000,00	1,18
Execução Orçamentária	22.528.324,99	264.499,32	1,17
Índice	99,89	99,81	-
Meta Física	14.849	220	1,48
Execução Física	15.104	233	1,54
Índice	101,72	105,91	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Objetivando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010+Créditos Suplementares, dotação orçamentária de R\$22.553.050,00 e, para a Sureg/SP, foi descentralizado o crédito de R\$265.000,00.

Durante o exercício de 2010, na Sureg/SP foram gastos R\$264.499,32, apresentando um

índice de execução de 99,81% em relação à dotação orçamentária disponibilizada.

No acumulado de 2010, a média mensal de beneficiários foi de 233, isto é, 105,91% da meta física prevista de 220 beneficiários mensais.

A pequena variação deve-se ao aumento do número de empregados transferidos e anistiados.

Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se aumento de 6,88% no número de atendimentos e redução de 3,37% nas despesas, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	200	220	10,00	274.000,00	265.000,00	-3,28
Execução	218	233	6,88	273.710,31	264.499,32	-3,37
Percentual de Execução	109	105,91	-	99,89	99,81	-
Gasto per capita (R\$)				1.255,55	1.135,19	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	33.656,07	125.997,48	7.161,45	-	166.815,00
2008	-	23.274,65	139.146,90	6.115,80	-	168.537,35
2009	-	27.334,47	240.727,10	3.648,74	-	271.710,31
2010	-	24.647,14	234.922,74	4.929,44	-	264.499,32

Fonte: Siafi

Para o ano de 2010, houve uma dotação orçamentária de R\$ 265.000,00 para a Sureg/SP. Deste montante, foi realizada quase a sua totalidade, ou seja, a execução foi de 99,81%, correspondendo a R\$ 264.499,32 da meta prevista.

2.3.2.2. - 20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** Luiz Carlos Soré - Sereh/SP
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001			
PTRES = 030856			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	466.920,20	0,00	0,00
Índice	99,92	-	-
Meta Física	2.596	100	3,85
Execução Física	2.320	80	3,45
Índice	89,37	80,00	-
Fonte: Geare e Gebem			

Em decorrência da baixa dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 para esta Ação e, apesar das solicitações de suplementação orçamentárias feitas pela Conab e não aprovadas, em algumas Regionais, os exames periódicos, pelo seu caráter obrigatório, foram custeados com recursos da Ação de Assistência Médica e Odontológica. Por este motivo, não foi prevista dotação orçamentária para a Sureg-SP.

A Sureg/SP, no ano de 2010, realizou exames periódicos em seu quadro funcional. Da meta física prevista de 100 empregados, atingiu o índice de 80%.

2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** Luiz Carlos Soré - Sereh
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

- **Resultados**

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001			
PTRES = 001684			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	466.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	
Dotação Final	23.153.755,00	466.000,00	2,01
Execução Orçamentária	23.123.978,63	465.799,98	2,01
Índice	99,87	99,96	-
Meta Física	4.003	70	1,75
Execução Física	4.329	79	1,82
Índice	108,14	112,86	-
Fonte: Siafi, Supor e Gebem			

No exercício de 2010, o crédito orçamentário global previsto foi de R\$23.153.755,00, dos quais foram gastos R\$23.123.978,63, perfazendo 99,87% de execução.

A meta física nacional de beneficiar 4.003 servidores/mês, por meio de créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação), foi executada em 108,14%, com o atendimento de 4.329 beneficiários/mês.

A Sureg-SP atendeu 79 dos 70 empregados inicialmente previstos, atingindo 112,86 % da meta. Com relação aos gastos, a Regional teve uma dotação orçamentária anual de R\$466.000,00 e executou R\$465.799,98 (99,96%), o que equivale a 2,01% da execução orçamentária nacional.

2.3.1.4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** Luiz Carlos Soré - Sereh
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem
- **Resultados**

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	166.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	166.000,00	2,34
Execução Orçamentária	6.981.555,76	165.271,96	2,37
Índice	98,54	99,56	
Meta Física	3.897	80	2,05
Execução Física	3.771	75	1,99
Índice	96,77	93,75	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada foi de R\$7.085.326,00, tendo sido gastos R\$6.981.555,76, perfazendo 98,54% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.897 empregados/mês foi cumprida em 96,77%, atendendo uma média mensal de 3.771 empregados.

A Sureg SP teve como meta física atender uma média de 80 beneficiários/mês durante o ano de 2010, tendo beneficiado 75 e atingido 93,78% do previsto. As despesas lançadas pela Regional, nessa ação, foram de R\$ 165.271,96, representando 93,75% da meta prevista de R\$166.000,00.

2.3.1.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** Francisco Simões da Rocha – Seope/SP
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

• **Resultados**

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	29.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	29.000,00	5,80
Execução Orçamentária	453.058,55	26.793,79	5,91
Índice	90,61	92,39	-
Meta Física	4.500	897	19,93
Execução Física	6.115	375	6,13
Índice	135,89	41,81	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

A dotação Conab aprovada foi de R\$ 500.000,00, tendo sido gastos R\$ 453.058,55, perfazendo 90,61% do programado.

A Meta Física estabelecida para cadastrar 4.500 unidades foi cumprida em 135,89%, que corresponde a 6.115 unidades. A Sureg/SP teve uma dotação orçamentária final de R\$29.000,00, tendo sido gasto o montante de R\$26.793,79, o que representou 92,39% do programado. Já a meta física era cadastrar 897 unidades; entretanto foi executado 41,81% do total, ou seja, 375 unidades. A execução, à menor, deve-se à falta de empregados disponíveis para a realização do censo de armazenagem em todo o Estado de São Paulo, em decorrência da realização nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins. Os trechos não realizados foram reprogramados para o exercício de 2011.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício, estavam cadastrados 1.432 armazéns em todo o Estado de São Paulo, com capacidade estática total para 12.609.794 toneladas, destacando-se a modalidade granel, com 55,51% da capacidade total.

Quadro I - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Surg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
SP	Credenciados	13	492.393	5	30.298	12	570.176	17	600.474	30,77	21,95
	Descredenciados	4	44.912	9	68.281	3	19.900	12	88.181	200,00	96,34
	Aptos s/ Contrato	56	388.061	45	218.418	20	342.802	65	561.220	16,07	44,62
	Impedidos	1.152	8.710.065	778	4.354.261	351	4.183.084	1.129	8.537.345	-2,00	-1,98
	Impedidos no SICAF	167	2.189.795	110	939.092	99	1.883.482	209	2.822.574	25,15	28,90
	Cadastrados	1.392	11.825.226	947	5.610.350	485	6.999.444	1.432	12.609.794	2,87	6,63
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		2,19	6,30	5,10	6,90	4,32	11,19	4,52	10,85	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		8,12	9,08	13,32	21,71	4,67	6,25	8,19	9,15	-	-

Fonte: Gecad

2.3.2.6 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
 - **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
 - **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
 - **Responsável Regional:** Luiz Carlos Soré – Sereh-SP
 - **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação			
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001			
PTRES = 001694			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	50.000,00	2,94
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	50.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	43.177,75	2,76
Índice	92,11	86,36	
Meta Física	5.917	5	0,08
Execução Física	3.666	44	1,20
Índice	61,96	880,00	
Fonte: Siafi, Supor e Gesas			

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2009 foi de R\$1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício, foram treinados 3.666 empregados, apresentando o índice de 61,96%, ao custo total de R\$1.3565.871,48, representando 92,11% do montante previsto.

Para a Sureg-SP, a meta previa o treinamento de 5 empregados, com dotação orçamentária de R\$50.000,00, tendo sido capacitados 44 empregados, com gastos no total de R\$43.177,75 representando 880% da meta estabelecida e com participação de gastos de 1,20% em relação ao executado a nível nacional. (Quadro 2.07).

Quadro II - Demonstrativo dos Cursos e Treinamentos da Sureg-SP

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE TREINANDOS	HOMENS/HORA TREINADOS	MÉDIA DE CARGA/HORÁRIA POR PARTICIPANTE
Planejamento	5	111	22,20
Operacional	11	410	37,27
Administrativa	6	112	18,67
Financeira	6	88	14,67
Jurídica	2	434	217,00
Educ/Desenvolvimento	2	22	11,00
Total	32	1.177	36,78

Fonte: Sumoc/Gecap

Quadro III - Discriminação dos Cursos e Treinamentos Realizados

TÍTULO	PARTICIPANTES
Prática de Processos Adm. Disciplinar, Sindicância	1
Curso de Implantação do PCCS / 2009	1
Curso de Inglês para Adultos	1
Licitação e Contratos de Objetos e seus aspectos	1
Gestão de Documentos Públicos	1
Matemática Financeira em Excel	1
Curso de Operação do SPED por meio do XFAC e SAAGRA	1
Como planejar e julgar as contratações de terceiros	1
Curso Reciclagem de Fiscais	1
Nota Fiscal Eletrônica	5
Curso de Formação em Fiscalização de Estoques	2
Encontro com RTs	1
Curso Descentralização das Operações do Sicarm	1
Curso de Licitação para Iniciantes	1
Seminário Nacional Planilha de Custos	1
Atendimento ao Cidadão	2
Assistente Executiva	3
Seminário Nacional do PAA	3
V Encontro Nacional do Programa Alimentação Escolar	1
Seminário Nacional Contratos Administrativos	1
Seminário Nacional Como Fiscalizar e Gerir com Eficiência	1
TOTAL	31

Fonte: Sereh/SP

Em complemento aos conhecimentos do corpo funcional em 2010, os técnicos da Sureg-SP participaram de eventos relacionados com as atividades da Conab, conforme a seguir:

Quadro IV - Demonstrativo dos Eventos em SP

TÍTULO
Encontro de Suregs e Seminário PAA
Oficina Regional da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais
Segundo Seminário Jurídico da Conab
Seminário Nacional Segurança Alimentar - Desafios e Estratégias
Seminário Território e Cidadania
Simpósio Contratação de Serviços e Inovações Introduzidas pela IN 02
Simpósio Licitações para Obras e Serviços de Engenharia
VI Semana de Adm. Orçamentária Financ. E Contratações Públicas
Workshop Programa de Preparação para a Aposentadoria
XXIII Congresso Brasileiro de Direito Adm.

Fonte: Sereh/SP

Quadro V - Demonstrativo das Despesas Realizadas - Exercício 2010
Em R\$

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	8.302,50	-	5.189,88	-	650,00	-	14.142,38	
2008	2.415,00	-	1.864,14	-	25.336,59	-	29.615,73	
2009	8.100,00	242,54	2.931,75	-	11.821,15	-	23.095,44	
2010	15.367,50	-	3.253,89	-	24.556,36	-	43.177,75	

Fonte: Siafi

Do total realizado no montante de R\$ 43.177,75, observa-se que o maior valor gasto no ano de 2010 foi lançado no item “ Outros Serviços de Terceiros” pessoa Jurídica no valor de R\$ 24.556,36.

2.3.2.7 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Responsável Regional:** Renata Moraes Vicente – Prore-SP
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj
- **Resultados**

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	140.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	140.000,00	0,44
Execução Orçamentária	31.412.433,87	137.997,19	0,44
Índice	99,82	98,57	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 07/07/2010 – R\$5195246,00

Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438,970,00

Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00

Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00

Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00

Na LOA/2010, mais créditos foram aprovados, durante o exercício. Foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$31.467.764,00, tendo sido executado R\$31.412.433,87, o equivalente a 99,82%. A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-SP foi no valor de R\$140.000,00, tendo sido liquidados, no exercício, R\$137.997,19, equivalente a 98,57% do montante final.

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	15.109,43	761.029,44	-	-	776.138,87
2008	20.338,59	145.978,47	-	-	166.317,06
2009	58.066,76	472.694,31	-	-	530.761,07
2010	110.731,43	27.265,76	-	-	137.997,19

Fonte: Siafi

2.3.2.8 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade

- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB

Coordenador Nacional da Ação: Raimundo Francisco Melo

- **Responsável Regional:** Francisco Simões da Rocha – Seope/SP

• **Unidade Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis

• **Resultados**

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares			
Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001			
PTRES = 01690			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	225.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	225.000,00	7,26
Execução Orçamentária	2.603.751,25	189.360,12	7,27
Índice	83,99	84,16	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	200	4,76
Execução Física	8.880	577	6,50
Índice	211,43	288,50	-
Fonte: Siafi, Gefis e Gevep			

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a fiscalização de 4.200 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00. A execução física atingiu 8.880 unidades armazenadoras, representando 211,43%. Já a execução orçamentária foi de R\$2.603.751,25, representando 83,99% do total.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Cumprindo o Programa de Fiscalização Anual da Sureg/SP, conforme calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-Sufis, foram visitadas e realizadas as cinco etapas previstas, tendo sido vistoriadas 174 unidades, sendo fiscalizadas de forma cumulativa 942.387 toneladas, não sendo registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e desclassificados) e nem quantitativas (desvios e perdas em armazenagem).

Durante o exercício, foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, Agricultura Familiar, Fome Zero e Terceiros).

Quadro VI - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em São Paulo (estoques públicos)

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	404.333	404.333	573.314	570.656
Contrato de Opção	81.088	81.088	358.806	358.806
Agricultura Familiar	6.097	6.097	10.846	10.846
Fome Zero	1.990	1.990	3.079	3.079
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	-	-	-	-
Total	493.508	493.508	946.045	943.387

Fonte: Gefis

b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização, foram realizadas fiscalizações em 396 apólices de seguro rural e em 7 processos referentes ao PEPRO, conforme demonstrado a seguir.

Quadro VII – Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	10	-
AGF	-	-	19	-
PEPRO	-	4	24	7
PEP	-	-	106	-
VEP	-	-	-	-
PROP	-	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	156	225	383	396
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	156	229	542	403

Fonte: Gevep

Fonte: Sureg/SP -Seope

No caso das despesas com fiscalização, em 2009 o valor total das despesas foi de R\$170.684,84, passando em 2010 para R\$ 189.360,12, aumento que representou uma variação de 10,5%, em decorrência do aumento com diárias concedidas a fiscais, para a realização de fiscalização em outras Regionais da Conab

Quadro VIII – Demonstrativo das Despesas com Fiscalização

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	27.415,00	6.050,78	7.717,18	0,00	417,48	27,54	0,00	0,00	41.627,98
2008	45.267,50	6.066,33	15.706,47	0,00	359,30	0,00	0,00	0,00	67.399,60
2009	116.437,00	13.482,06	40.045,28	0,00	720,50	0,00	0,00	0,00	170.684,84
2010	142.210,00	11.550,36	35.455,46	0,00	144,30	0,00	0,00	0,00	189.360,12

Fonte: Siafi

2.3.2.9 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares

- **Responsável Regional:** Francisco Simões da Rocha – Seope-SP

Unidades Executoras: Superintendência de Operações – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof

• Resultados

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	85.000.000,00	3,70
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	65.134.045,18	5,18
Índice	54,65	76,63	-
Meta Física	3.517.000	100.000	2,84
Execução Física	1.036.732	49.866	4,81
Índice	29,48	49,87	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos, a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00, tendo sido executado

R\$1.257.049.773,91, com um índice de 54,65% do total. Já a meta física de aquisição de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas, teve sua execução em 29,48%, ou seja, foram compradas 1.036.732 toneladas de produtos.

A dotação da Sureg/SP correspondeu a R\$85.000.000,00, tendo sido executado R\$65.134.045,218, valor que corresponde ao índice de 76,63%

Quanto à meta física, das 100.000 toneladas previstas foram executadas 49.866 toneladas, que corresponde ao índice de 49,87%.

O quadro a seguir detalha as aquisições efetivadas durante os exercícios de 2009 e 2010.

Quadro IX - Demonstrativo das Aquisições

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Café	-	4.283	4.283
	Feijão	9.207	-	9.207
	Trigo	2.907	24.947	27.854
Total		12.114	29.230	41.344
2010	Café	-	6.096	6.096
	Feijão	9.496	-	9.496
	Milho	26.229	-	26.229
	Trigo	8.045	-	8.045
Total		43.770	6.096	49.866

Fonte: Supope/Gefoc

2.3.2.10- Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab, a movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Quadro X - PGPM – Demonstrativo das Quantidades Contratadas e Removidas

UF				Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino	Produto	Motivo	Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
SP	SP	Milho	Irregularidades na fiscalização	5.741,57	5.741,57	369	369	0	0	0
		Trigo		77.560,00	77.560,00	2.000	2.000	0	0	0
Total				83.301,57	83.301,57	2.369	2.369	0	0	0
MS	SP	Milho	Vendas em Balcão	5180457,86	5180457,86	55847	55847	0	0	0
		Milho	Desvio	1235946,07	1014648,59	14022	12202	0	0	1.820
Total				6.416.403,93	6.195.106,45	69.869	68.049	0	0	1.820

Fonte: Suarm/Gemov

Durante o ano de 2010, o Estado de São Paulo, recebeu milho oriundo do Estado do MS. O montante aportado foi de 68.049 toneladas, sendo 55.847 toneladas para atender pequenos e médios produtores do estado paulista (Vendas em Balcão) e 12.202 toneladas (desvio), faltando

ainda a remover, 1.820 toneladas.

Quadro XI - Quadro Demonstrativo de Outras Remoções - 2010

PRODUTO	ORIGEM		DESTINO		QUANT. (em Kg)
	ARMAZENADOR	MUNICÍPIO	ARMAZENADOR	MUNICÍPIO	
MILHO	COBRAC	Araçatuba	COACAVO	BURITAMA	369.326
TRIGO	UA.BERN.CAMPOS	BERN.CAMPOS	CEAGESP	PALMITAL	2.000.000
TRIGO	COAPRI		COACAVO	VOTUPORANGA	751.100
FEIJÃO	COAPRI		COACAVO	VOTUPORANGA	492.000
TOTAL					3.612.426

Fonte: Seope-SP

Durante o exercício de 2010, a Sureg/SP realizou a remoção de 3.612.426 kg de produtos (milho e trigo), sendo que 369.326 kg referem-se à reposição de estoque e 2.000.000 kg para liberar espaço para o recebimento dos produtos dos cooperados daquela região, conforme demonstrado acima.

As despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$65.134.045,18, referem-se, principalmente, ao pagamento de armazenagem a terceiros e a aquisição de produtos, preço do produto mais ICMS, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro XII - Demonstrativo da Execução Financeira

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-SP	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	48.947.553,79	8,11
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	0,00	0,00
Embalagens	4.059.563,13	406.784,18	10,02
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	7.822.072,35	1,61
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	70.627,74	2,68
ICMS	19.710.143,75	0,00	0,00
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	957.864,31	7,27
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	6.929.142,81	74,51
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	0,00	0,00
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	65.134.045,18	5,18

Fonte: Siafi

2.3.2.11. Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/SP, registravam um volume de 198.419,9 toneladas de produtos, conforme discriminado no quadro abaixo:

Quadro XIII - Posição dos Estoques Públicos

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Café	Contrato de Opção	72,4	4.331,6	10.518,5	5.882,87	142,83
Feijão	AGF	-	9.326,3	10.854,3	-	16,38
Milho	AGF	1.367,7	3.535,9	28.824,0	158,53	715,18
	Contrato de Opção	-	-	53.638,4	-	-
Trigo	AGF	60.070,7	62.977,2	69.637,9	4,84	10,58
	Contrato de Opção	-	24.946,8	24.946,8	-	0,00
Sacaria(1)		14.000,0	89.835,0	915,0	541,68	-98,98
Total	Produto	61.510,8	105.117,8	198.419,9	70,89	88,76
	Sacaria	14.000,0	89.835,0	915,0	541,68	-98,98

2.3.2.12. - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra, a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais, devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Responsável Regional:** Cláudio Lobo D'Ávila – Segeo-SP
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa
- **Resultados**

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	90.000,00	9,00
Execução Orçamentária	878.237,66	81.367,92	9,26
Índice	87,82	90,41	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a realização de 12 pesquisas de campo, todas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. Foram realizados os 12 levantamentos de safra previstos, atingindo 100% da meta física estipulada.

A dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação no ano de 2010 foi de R\$1,0 milhão. A execução orçamentária correspondeu a R\$878.237,66 e apresentou índice de 87,82% da dotação.

O levantamento da safra de grãos em São Paulo é realizado mensalmente, sendo 06 vezes através de visitas no campo e 06 vezes por contatos diretos e indiretos com o setor produtivo (Quadro 2.21).

Este levantamento é composto de 04 roteiros que abrangem 493 municípios paulistas. Neles estão situadas as fontes de informações que são trabalhadas pelos técnicos da Conab, juntamente com os órgãos de assistência técnica, revendedores de insumos, agrônomos e técnicos de cooperativas, agentes financeiros e produtores rurais.

Quadro XIV - Demonstrativo do Levantamento de Safra em SP - 2010

TIPO	LEVANTAMENTOS	ROTEIROS	FONTES VISITADAS
GRÃOS	12 (6 no campo e 6 por contatos)	4	EDR'S, Instituições Financeiras e Cooperativas.
CANA-DE-AÇÚCAR	3	7	Usinas e Destilarias

Fonte: Sureg-SP - Gedes

Além das viagens programadas à campo, são procedidos levantamentos complementares para atualização dos dados, utilizando-se de todos os meios eletrônicos e de mídia disponíveis, especialmente no Estado de São Paulo.

Durante o ano de 2010, técnicos da Regional realizaram 6 (seis) visitas no campo para a realização do levantamento da safra de grãos, além da atualização por mais 6 (seis) vezes, através de contatos diretos e indiretos com as fontes produtivas.

Quadro XV - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2008/09 e 2009/10

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	7,2	4,9	-31,9	-2,3	16,4	10,1	-38,4	-6,3
Amendoim total	80,9	55,3	-31,6	-25,6	234,1	170,5	-27,2	-63,6
Amendoim 1ª safra	69,0	51,8	-24,9	-17,2	211,9	163,9	-22,7	-48,0
Amendoim 2ª safra	11,9	3,5	-70,6	-8,4	22,2	6,6	-70,3	-15,6
Arroz	21,5	16,4	-23,7	-5,1	75,3	63,5	-15,7	-11,8
Feijão total	186,3	180,6	-3,1	-5,7	324,9	318,5	-2,0	-6,4
Feijão 1ª safra	86,3	116,7	35,2	30,4	160,3	194,4	21,3	34,1
Feijão 2ª safra	50,8	29,5	-41,9	-21,3	70,6	45,7	-35,3	-24,9
Feijão 3ª safra	49,2	34,4	-30,1	-14,8	94,0	78,4	-16,6	-15,6
Mamona	1,2	0,5	-58,3	-0,7	1,8	1,0	-44,4	-0,8
Milho total	917,4	879,5	-4,1	-37,9	4.274,2	4.540,3	6,2	266,1
Milho 1ª safra	646,4	597,9	-7,5	-48,5	3.367,7	3.470,2	3,0	102,5
Milho 2ª safra	271,0	281,6	3,9	10,6	906,5	1.070,1	18,0	163,6
Soja	531,3	572,2	7,7	40,9	1.306,5	1.586,1	21,4	279,6
Sorgo	54,8	48,2	-12,0	-6,6	134,3	154,2	14,8	19,9
Trigo	79,6	61,3	-23,0	-18,3	169,5	126,9	-25,1	-42,6
Triticale	25,5	25,5	0,0	0,0	69,4	69,8	0,6	0,4
Total SP	1.905,7	1.844,4	-3,2	-61,3	6.606,4	7.040,9	6,6	434,5

Fonte: Sureg/sp-Gedes

Nos levantamentos oriundos das parcerias entre os produtores, a Conab, a Cati, o IEA (estes dois últimos organismos vinculados à Secretaria de Agricultura), a safra de grãos do Estado de São Paulo indica, em 2009/10, queda na área plantada (-3,2%), quando comparada com a safra 2008/2009; entretanto, apresenta um pequeno crescimento na produção de 6,6%, devido a um aumento de produtividade. Fatores negativos como: preços baixos das principais culturas (soja / milho), bem como o constante avanço da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, têm sido fundamentais na diminuição da área cultivada.

Quadro XVI - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	4,9	16,2	230,6	11,3	10,1	36,5	261,4	26,4
Amendoim total	55,3	57,4	3,8	2,1	170,5	191,8	12,5	21,3
Amendoim 1ª safra	51,8	53,9	4,1	2,1	163,9	185,3	13,1	21,4
Amendoim 2ª safra	3,5	3,5	0,0	0,0	6,6	6,5	-1,5	-0,1
Arroz	16,4	20,3	23,8	3,9	63,5	73,2	15,3	9,7
Feijão total	180,6	151,0	-16,4	-29,6	318,5	258,2	-18,9	-60,3
Feijão 1ª safra	116,7	87,1	-25,4	-29,6	194,4	140,8	-27,6	-53,6
Feijão 2ª safra	29,5	29,5	0,0	0,0	45,7	43,4	-5,0	-2,3
Feijão 3ª safra	34,4	34,4	0,0	0,0	78,4	74,0	-5,6	-4,4
Mamona	0,5	0,7	40,0	0,2	1,0	1,4	40,0	0,4
Milho total	879,5	848,4	-3,5	-31,1	4.540,3	4.254,5	-6,3	-285,8
Milho 1ª safra	597,9	566,8	-5,2	-31,1	3.470,2	3.250,6	-6,3	-219,6
Milho 2ª safra	281,6	281,6	0,0	0,0	1.070,1	1.003,9	-6,2	-66,2
Soja	572,2	606,5	6,0	34,3	1.586,1	1.698,2	7,1	112,1
Sorgo	48,2	48,2	0,0	0,0	154,2	120,5	-21,9	-33,7
Trigo	61,3	44,3	-27,7	-17,0	126,9	111,3	-12,3	-15,6
Triticale	25,5	15,5	-39,2	-10,0	69,8	38,1	-45,4	-31,7
Total SP	1.844,4	1.808,5	-1,9	-35,9	7.040,9	6.783,7	-3,7	-257,2

Fonte: Sureg/SP-Gedes

Os levantamentos de plantio, realizados pela Conab visam, especificamente, detectar as possíveis variações que possam ocorrer na área a ser cultivada com as principais culturas no país, além de estimar a produção da safra e suas implicações para a política de abastecimento.

A redução da área de grãos deveu-se aos baixos preços praticados e, principalmente, à expansão da cultura canavieira que tem, no Estado de São Paulo, seu principal produtor.

No comparativo entre as safras 2008/9 e 2009/10, houve uma queda na área plantada no Estado de São Paulo de 1,9%, passando de 1.844,4 mil hectares cultivados, para 1.808,5 mil hectares, o que representa uma redução de 35,9 mil hectares.

Situação similar também ocorreu, no comparativo entre as safras 2009/10 e 2010/11, onde houve uma redução na área plantada no Estado de São Paulo de 3,7%, passando de 7.040,9 mil hectares cultivados, para 6.783,7 mil hectares, o que representa uma redução de 257,2 mil hectares.

Novamente, a expansão da cana-de-açúcar tem no, estado paulista, sido o principal fator de redução de área.

Quadro XVII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pes Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
2007	13.760,00	5.406,84	10.588,74	196,23	20,65	29.972,46
2008	14.520,00	3.656,50	16.249,00	127,29	0,00	34.552,79
2009	32.696,00	7.733,51	15.276,68	91,54	0,00	55.797,73
2010	38.446,00	9.028,01	33.806,21	87,70	0,00	81.367,92

Fonte: Siafi

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra foi de R\$81.367,92, com aumento de 45,83%, destacando-se as despesas com diárias e passagens com participação de 47,25% e 41,55%, respectivamente, conforme detalhado no quadro acima.

2.3.2.13. - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** Francisco Simões da Rocha – Seopi-SP
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

• **Resultados**

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	100.000,00	0,48
Despesas Correntes	5.850.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	15.200.000,00	100.000,00	0,66
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	52.838,93	3,77
Despesas Correntes	1.053.606,66	0,00	0,00
Despesas de Capital	346.883,27	52.838,93	15,23
Restos a Pagar	5.763.613,03	38.210,17	0,66
Despesas Correntes	409.482,03	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.354.131,00	38.210,17	0,71
Execução Total	7.164.102,96	91.049,10	1,27
Índice	34,03	91,05	-
Meta Física – unidade modernizada	70	4	-
Execução Física	88	4	4,55
Índice	125,71	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

A meta global aprovada na LOA/2010 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$27.050.000,00. Durante o exercício, foram atendidas 88 unidades (125,71% da meta), com a realização de obras/aquisições, ao custo total de R\$7.164.102,96 (26,48% da dotação).

Para a Sureg-SP estava prevista uma dotação orçamentária final de R\$100.000,00 para atendimento às 04 Unidades armazenadoras, tendo sido executada 91,05% da dotação e 100% da meta física.

A Rede Armazenadora Própria, composta de quatro unidades armazenadoras sob a jurisdição da Sureg-SP (Quadro 2.25), tem capacidade estática total 167.187 toneladas em ambiente natural e se destinam a prestar ao público em geral, serviços de armazenamento e correlatos, além de dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro XVIII - Demonstrativo dos Armazéns da Sureg/SP

NOME	CDA	ENDEREÇO	CAPACIDADE ESTÁTICA
UA. Carapicuíba	79.0287.0014-1	Av. Jussara nº 1.250, Jardim Santa Cecília, Barueri/SP	27.202 T.
UA. Bauru	79.0287.0016-8 79.0287.0001-0	Rua Halin Aidar, s/nº - Vila Industrial Bauru/SP	6.903 T. 68.805 T.
UA. Garça	79.0287.0012-5	Av. Gastão Vidigal nº 360, em Garça/SP	32.400 T.
UA. Bernardino de Campos	79.0287.0020-6	Rua Manoel Augusto Plantiel s/nº Bernardino de Campos/SP	34.597 T.

Fonte: Sureg/SP-Seope

A Sureg-SP executou R\$ 52.838,93 em Despesas de Capital e R\$ 38.210,17 em Restos a Pagar, perfazendo o valor total de R\$ 91.049,10, apresentando o índice de 227,62% de execução

dos investimentos previstos, conforme quadro a seguir.

Quadro XIX - Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Unidade	Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
		Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
Bauru	Construção do acesso rodoviário	0,00	52.838,93	52.838,93	0,00		0,00	0,00	52.838,93	52.838,93
	Aquisição de 2 balanças	0,00	0,00	0,00	0,00	2.008,50	2.008,50	0,00	2.008,50	2.008,50
	Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00	0,00	4.285,00	4.285,00
	Aquisição de 1 termonebulizador	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de 1 determinador de umidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
Total		0,00	52.838,93	52.838,93	0,00	13.988,14	13.988,14	0,00	66.827,07	66.827,07
Carapicuíba	Aquisição de balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 termonebulizador	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	5.849,25	5.849,25	0,00	5.849,25	5.849,25
Garça	Aquisição de balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00	0,00	4.285,00	4.285,00
	Aquisição de 1 termonebulizador	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Aquisição de determinador de umidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	2.750,00	2.750,00
	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	12.983,89	12.983,89	0,00	12.983,89	12.983,89
Bernardino de Campos	Aquisição de balança eletrônica de precisão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,25	1.004,25	0,00	1.004,25	1.004,25
	Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00	0,00	4.285,00	4.285,00
	Aquisição de 2 caladores de sacaria	0,00	0,00	0,00	0,00	99,64	99,64	0,00	99,64	99,64
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	5.388,89	5.388,89	0,00	5.388,89	5.388,89
		0,00	52.838,93	52.838,93	0,00	38.210,17	38.210,17	0,00	91.049,10	91.049,10

Fonte: Siafi

2.3.2.14. (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
 - **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação, em ações finalísticas do próprio programa.
 - **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
 - **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin
 - **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin

• Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	4.232.500,00	0,92
Pessoal	359.742.641,00	2.408.500,00	0,67
Custeio	81.077.168,00	1.814.000,00	2,24
Investimentos	18.522.832,00	10.000,00	0,05
Execução Orçamentária	447.856.094,54	4.230.087,46	0,94
Pessoal	356.605.474,56	2.407.037,51	0,67
Custeio	80.499.809,63	1.813.567,70	2,25
Investimentos	10.750.810,35	9.482,25	0,09
Índice	97,50	99,94	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação final (Loa/2010 mais créditos/cancelamentos suplementares) aprovada para a Conab foi de R\$459.342.641,00 sendo R\$359.742.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$81.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos.

A dotação prevista para a Sureg-SP foi de R\$4.232.500,00, tendo sido executada, no período, R\$2.407.037,51 com pessoal e encargos, R\$1.813.567,70 com custeio e R\$9.482,25 em investimentos, o equivalente a 99,94% da dotação.

Dos pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 56,90%, o custeio 42,87% e os investimentos 0,23%, conforme detalhado a seguir.

Quadro XX - Demonstrativo da Execução de Despesas da Ação, Gestão e Administração do Programa

Discriminação	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.244.629,10	5.905.918,94	6.451.546,02	2.407.037,51
Outros benefícios assistenciais	6.262,20	0,00	10.050,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.886.683,70	4.370.369,06	4.732.177,22	333.922,80
Obrigações patronais	1.318.503,60	1.491.666,11	382.882,63	453.859,69
Outras despesas variáveis	33.179,60	34.763,90	35.970,06	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	9.119,87	5.014,74	2.884,83
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.285.451,37	1.616.370,19
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	1.809.274,40	2.098.859,69	2.120.469,34	1.813.567,70
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	48.109,15	57.715,00	36.959,00	117.056,00
Material de consumo	84.928,72	92.065,91	177.502,00	162.869,12
Passagens e Despesas com locomoção	22.803,05	20.216,87	15.347,69	41.197,18
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	3.102,30	18.444,05	1.401,30	0,00
Locação de mão-de-obra	707.862,25	739.205,96	615.593,77	598.419,81
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	592.978,16	817.184,73	1.069.373,68	830.347,09
Obrigações tributárias e contributivas	272.493,61	336.620,79	204.291,90	63.678,50
Depósitos compulsórios	66.893,86	17.406,38	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	10.103,30	0,00	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	94.796,00	614.941,77	78.596,39	9.482,25
Obras e instalações	0,00	538.141,77	21.228,39	0,00
Equipamento e material permanente	94.796,00	76.800,00	57.368,00	9.482,25
Total	7.148.699,50	8.619.720,40	8.650.611,75	4.230.087,46

Fonte: Siafi

A ação “Gestão e Administração do Programa” engloba o pagamento de pessoal, custeio e investimentos realizados na Matriz e na Sede das Regionais. Em relação ao pagamento de pessoal, a folha é executada na Matriz, mas o pagamento de encargos e de alguns benefícios ocorre nas regionais, com descentralização orçamentária pela Matriz; portanto, a execução orçamentária é realizada na Matriz (UG 135100).

As informações relativas à gestão de pessoas constam no item 5 – Informações sobre Recursos Humanos, na forma estabelecida pela Portaria TCU n.º 277/2010.

2.3.2.15. Despesas Correntes e Investimentos

2.3.2.15.1. Despesas por Modalidade de Contratação - Processos Licitatórios

No exercício de 2010, foram realizados 14 procedimentos licitatórios, todos na modalidade de pregão eletrônico. Dentre esses, 04 não foram realizados e 01 foi revogado.

Quadro XXI - Demonstrativo dos Processos Licitatórios

PREGÃO ELETRÔNICO				
Nº	OBJETO	PROCESSO	VALOR (em R\$)	
			REFERÊNCIA	CONTRATADO
1	Aquisição cartucho e papel	21201.345/2010-57	12.320,00	5.529,00
2	Aquisição de ventilador	21201.750/2009-31	2.111,95	1.003,00
3	Aquisição de lonas	21201.016/2010-97	23.040,00	15.671,60
4	Aquisição mat. almox	21201.403/2010-42	19.883,56	11.029,46
5	Serv. Passagem aérea	21201.589/2010-30	16.000,00	15.537,44
6	Braçagem Bauru	21201.630/2010-78	Não realizado	Não realizado
7	Braçagem - Garça	21201.631/2010-12	Não realizado	Não realizado
8	Braçagem – Bernardino	21201.632/2010-67	Não realizado	Não realizado
9	Braçagem -Carapicuíba	21201.633/2010-10	Não realizado	Não realizado
10	Aquisição calculadoras	21201.662/2010-73	5.750,00	5.749,77
11	Aquisição de lonas	21201.813/2010-93	Revogado	Revogado
12	Aquisição fosfato alumíni	21201.588/2010-95	18.377,80	17.158,90
13	Locação maq. Copiadora	21201.834/2010-17	4.800,00	4.727,90
14	Aquisição lonas plasticas	21201.813/2010-93	5.100,00	3.592,00

Fonte: Sureg/SP- Setad

2.3.2.15.2. Outras Despesas

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.3.1 - Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária e na Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março e, para o Plano de Trabalho 2010/11, ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro XXII – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXIII – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siaf

Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilões públicos realizados pela Matriz, a remoção de 2.087 toneladas de cestas de alimentos, leite em pó, feijão e trigo para reposicionamento dos estoques e distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também, foi recebida a remoção de 67 toneladas de leite em pó e sementes para formação das cestas de alimentos e distribuição a agricultores familiares.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro XXIV – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidades (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
SP	DF	Leite em pó	Cesta	10.643,28	10.643,28	40	40	0
SP	GO	Leite em pó	Cestas	10.873,01	10.873,01	50	50	0
SP	MS	Leite em pó	Cestas	46.185,04	46.185,04	250	250	0
SP	MT	Leite em pó	Cestas	30.099,40	30.099,40	100	100	0
SP	PR	Leite em pó	Cestas	5.073,29	5.073,29	51	51	0
SP	SP	Cestas	Cestas/Estratégico	16.009,63	16.009,63	190	124	66
SP	SP	Leite em pó	Cestas	3.484,30	3.484,30	62	62	0
SP	SP	Cestas	PAA	8.915,23	8.915,23	101	101	0
SP	SP	Feijão	PAA	46.468,85	46.468,85	492	0	492
SP	SP	Trigo	PAA	70.941,95	70.941,95	751	0	751
Total				248.693,98	248.693,98	2.087	778	1.309
RS	SP	Leite em pó	Estratégico	15.508,28	15.508,28	65	65	0
RS	SP	Leite em pó	PAA	11.137,61	11.137,61	60	0	60
RS	SP	Pêssego	PAA	8.056,83	8.056,83	59	0	59
RS	SP	Sementes	PAA	1.325,24	1.325,24	2	2	0
Total				36.027,96	36.027,96	186	67	119

Fonte: Suarm/Gemov

2.3.3. 2 - Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação 2270-Gestão e Administração do Programa, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia, sob a coordenação daquela Secretaria. Este Programa objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

a) Dendê

A cultura do Dendê está em plena expansão, com aumento significativo da área plantada e com ciclo completo, desde a produção até a comercialização.

Da palma ou dendezeiro utiliza-se o fruto, cachos vazios dos frutos, cascas da amêndoa (caroço) e estipe. Do fruto são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste. Com as fibras das folhas e dos cachos de frutos vazios podem ser confeccionados materiais de média densidade para tampos e artesanato. Os estipes podem ser transformados em móveis ou utilizados para construções rústicas.

Atualmente, o Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na região norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 104,8 mil hectares com produção acima de um milhão de tonelada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXV - Demonstrativo da Safra 2010

UF	Área (Em ha.)	Produção (Em T)	Produtividade (Em kg/ha)
AM	350	3.000,0	8.571
BA	53.517	205.553,0	3.841
PA	51.000	970.899,8	19.037
RR	-	-	-
Total	104.867	1.179.452,8	11.247

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescentes ou abandonadas. As informações obtidas no

levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vêm sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo, a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

Quadro XXVI - Levantamento de Situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.3.2.1 - Vendas em Leilão Público - Estoques Governamentais

Quadro XXVII – Demonstrativo das Vendas dos Estoques Governamentais

Produto	UF	Quantidade (t)			Valor da Operação (R\$)	
		Ofertado	Negociado	% Negociado	Sem ICMS	Com ICMS
Feijão	SP	12.052	1.486	12,33	2.063.552,16	2.126.514,76
Milho em grãos	SP	82.929	13.936	16,80	5.930.570,00	5.449.470,00
Total Geral		94.981	15.422	16,24	7.994.122,16	7.575.984,76

Fonte: Suope/Gecom

Obs.: Feijão vinculado às AGFs e ao PAA-MDA, milho aos Contratos de Opção e às AFSs

Fonte: Secom-SP

2.3.3.2.2 - Serviços de Armazenagem

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros em 2010, apresentou elevação de 8,1% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2009, tendo como motivo principal a manutenção dos estoques médios de terceiros. Acompanhando esse fator positivo, os estoques públicos tiveram um acréscimo de 32,3%, fechando o exercício de 2010 com 27.870 toneladas de produtos.

A Sureg-SP, em 2010, obteve Receita com Produtos de Terceiros no valor total de R\$ 1.311.405,79, conforme demonstrativos abaixo:

Quadro XXVIII - Demonstrativo do Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/SP	-	(50.249,83)	31.108,54	(19.709,22)	44,85	29.388,94
Bauru	500.658,44	91.704,31	421.700,99	328.814,70	146.845,34	207.869,99
Bernardino de Campos	204.960,55	237.525,69	37.152,73	47.027,74	43.665,43	121.938,84
Carapicuíba	205.361,72	88.233,96	73.850,20	273.640,78	441.081,01	524.865,68
Mooca	2.536,44	-	-	20.373,45	-	-
Garça	357.666,90	486.688,39	528.178,42	407.513,70	581.830,45	427.342,34
Total-Sureg	1.271.184,05	853.902,52	1.091.990,88	1.057.661,15	1.213.467,08	1.311.405,79

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE

Quadro XXIX - Estoque Médio Armazenado nas UA's de São Paulo

Unidade	2009 (em t.)			2010 (em t.)		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Bauru	4.602	1.871	6.473	11.302	2.305	13.607
Carapicuíba	0	3.025	3.025	314	3.332	3.646
Garça	87	6.271	6.358	3.046	4.194	7.240
São Paulo	0	0	0	0	0	0
Bernardino de Campos	16.209	773	16.982	13.208	1.561	14.769
Total	20.898	11.940	32.838	27.870	11.392	39.262

Fonte: Sufis

2.3.4 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O Artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

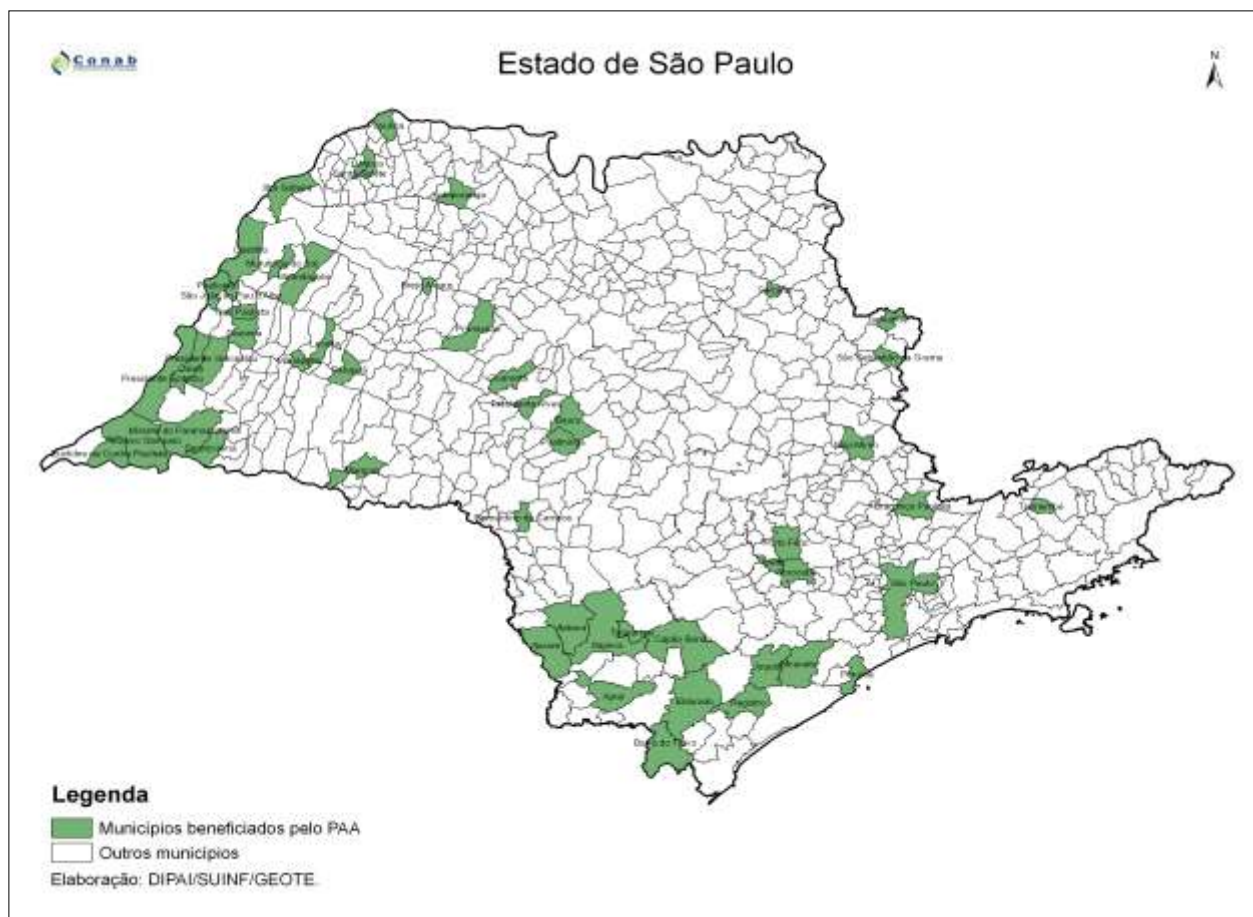
São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por

industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010, evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado de São Paulo, foram atendidos 4.686 produtores familiares em 52 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura I - Área de Atuação do PAA



2.3.4.1 - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas,

visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários, foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda, nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos, foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 (dez) etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos, foram celebrados 3 (três) Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro XXX - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Geca

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinados à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Sureg-SP atendeu 4.231 produtores familiares, conforme a seguir descrito.

2.3.4.1.1. - Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas, em 2010, 25 toneladas de feijão, em 1 município. Houve redução de 99,33% e de 99,32% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	8.968	83	32.322	1.757.758	175	32.595.871,40
2010	4.008	50	13.819	712.440	610	16.082.576,00

Quadro XXXI - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	44	Farinha de mandioca	256	1.158	856.969,21
		Feijão	596	1.929	2.759.492,06
		Trigo	45	600	285.600,00
Total	44		897	3.687	3.902.061,27
2010	1	Feijão	6	25	36.622,56
Total	1		6	25	36.622,56

Fonte: Supaf/Gecaf

2.3.4.1.2. - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio deste instrumento, foram beneficiadas 990 toneladas de diversos produtos alimentícios de 217 produtores familiares, com redução de 1,36% sobre o número de produtores atendidos em 2009, conforme quadro a seguir.

Quadro XXXII - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	220	4	781	1.109.455,20
2010	217	1	990	1.445.205,82

Fonte: Supaf/Gecaf

2.3.4.1.3. - Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento, foram adquiridas 13,819 toneladas de diversos produtos alimentícios de 4.008 produtores familiares e distribuídas a 610 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior, houve redução de 55,31% no número de produtores familiares atendidos e de 57,25% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro XXXIII - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	20.288,00	3.876,24	37.733.291,89	4.530,36	0,00	56.957,08	97.779,48	37.916.723,05
2010	12.443,50	3.194,93	17.651.504,78	3.309,66	0,00	155.062,86	31.416,00	17.856.931,73

Fonte: Supaf/Gecaf

2.3.4.1.4. - Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$17.856.931,73, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita, com participação de 98,85% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior, houve redução na despesa total de 52,90%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIV - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	20.288,00	3.876,24	37.733.291,89	4.530,36	0,00	56.957,08	97.779,48	37.916.723,05
2010	12.443,50	3.194,93	17.651.504,78	3.309,66	0,00	155.062,86	31.416,00	17.856.931,73

Fonte: Siafi

2.3.4.2. - Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

2.3.4.3 - O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2.3.4.3.1.- 2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-2.3.4.3.2 Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetiva a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **2.3.4.3.3 - 4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010, foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-SP foram 455 produtores rurais, conforme descrito a seguir.

2.3.4.3.4 - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 3.793 toneladas de doce de abóbora, farinha de mandioca, feijão, mel milho e queijo, nos municípios de Bragança Paulista, Dracena, Euclides da Cunha Paulista, Itaberá, Muritinga do Sul, Porto Feliz, Promissão, Registro e Sorocaba, ao custo de R\$2.000.000,00, atendendo 455 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior, houve aumento de 28,57% no número de produtores e de 133,85% na quantidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXV - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

UF	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	7	352	1.622	1.919.499,50
2010	9	455	3.793	2.000.000,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos ou, ainda, a comercialização, foram recebidas 70 toneladas de leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVI - Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	SP	Leite em pó	14.001,33	14.001,33	70	70	-	-	-
Total			14.001,33	14.001,33	70	70	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

2.3.4.3.5. - Execução Orçamentária

As despesas executadas somaram R\$2.021.000,91, destacando-se as relacionadas à Aquisição de Bens para Revenda, com participação de 98,96% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se aumento de 3,10% nas despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVII - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	4.377,00	842,91	757,15	-	34.675,47	-	-	1.919.499,50	1.960.152,03
2010	3.150,00	-	-	-	17.850,91	-	-	2.000.000,00	2.021.000,91

Fonte: Siafi

2.3.5 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no Artigo 21, prevê como competência da União, o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação Orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública, pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos, a Conab elaborou o plano de trabalho, que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição, por meio de leilões eletrônicos, de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de côco) que, após embalados, formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias, em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que, na composição das cestas, a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto às localidades quanto ao público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

Na área de atuação da Sureg-SP, foram realizadas distribuições apenas em 2008, atendendo aos acampados à espera da reforma agrária, e atendimentos especiais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, não houve distribuição de cestas de alimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXXVIII - Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	SP	Part. (%)	Brasil	SP	Part. (%)	Brasil	SP	Part. (%)
2008	294.312	3.000	1,02	296.317	30.000	10,12	6.999	69	0,99
2009	702.238	-	0,00	712.752	-	0,00	16.743	15	0,09
2010	139.452	-	0,00	142.286	-	0,00	3.766	-	0,00

Fonte: Conab/Supab/Gepab

Em 2010, a despesa total executada nesta Regional totalizou R\$11.137,61, referente ao pagamento de remoção de leite em pó, objetivando a formação de estoque estratégico, para atendimento tempestivo em caso de necessidades emergenciais.

Quadro XXXIX - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, ou Serviço para Distribuição Gratuita	Bem e Passagens Despesas Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Jurídica	Serviços de Pessoa	Obrigações Tributárias e Contributivas	
SP	-	-	-	-	11.137,61	-	-	11.137,61
Matriz	3.487,50	-	-	769,23	71.743,97	-	-	76.000,70
Total								

2.3.6 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação Orçamentária **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**, que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram parceria, em 2003, estabelecendo o repasse, por parte do Ministério, dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais, que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais, no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas à espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas, identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil dessas famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento

provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também à depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias, por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas, foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-SP recebeu 1.657,8 toneladas acrescidas de outras 220,0 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs.

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas e aos quilombolas, sendo, posteriormente estendidas às comunidades de terreiro e aos indígenas. Durante o período foram feitos atendimentos especiais nos exercícios de 2004, 2008 e 2010, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XL – Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	185,0	-	-	185,0
Arroz beneficiado	915,6	-	-	915,6
Feijão	-	-	93,0	93,0
Farinha de mandioca	185,7	-	-	185,7
Fubá de milho	92,9	-	-	92,9
Leite em pó	-	127,0	-	127,0
Óleo de soja	185,7	-	-	185,7
Macarrão	92,9	-	-	92,9
Total	1.657,8	127,0	93,0	1.877,8

Na área de atuação da Sureg-SP, tradicionalmente são atendidas as famílias de acampados à espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as de comunidades de terreiro e as indígenas. A quantidade de cestas de alimentos distribuídas representa, em média, 4,61% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XLI - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos (Discriminado)

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	14.922	966	-	-	-	-	-	15.888
	Quant. Cestas	44.766	2.898	-	-	-	-	-	47.664
	Quant. Produtos(t)	656	74	-	-	-	-	-	730
2004	N.º Famílias	12.922	272	-	325	-	-	-	13.519
	Quant. Cestas	96.475	762	-	325	-	-	-	97.562
	Quant. Produtos(t)	2.457	19	-	8	-	-	-	2.484
2005	N.º Famílias	9.992	1.395	800	-	-	352	-	12.539
	Quant. Cestas	68.818	7.297	1.600	-	-	2.334	-	80.049
	Quant. Produtos(t)	1.619	173	40	82	-	54	-	1.968
2006	N.º Famílias	10.473	1.395	800	-	-	326	-	12.994
	Quant. Cestas	64.653	8.396	8.000	-	-	2.186	-	83.235
	Quant. Produtos(t)	1.434	181	176	25	-	45	-	1.861
2007	N.º Famílias	10.473	1.395	800	-	-	326	-	12.994
	Quant. Cestas	71.062	8.065	3.894	-	-	1.587	-	84.608
	Quant. Produtos(t)	1.540	171	87	2	-	35	-	1.835
2008	N.º Famílias	10.473	1.395	800	2.000	-	326	-	14.994
	Quant. Cestas	41.892	8.370	4.800	2.000	-	1.304	-	58.366
	Quant. Produtos(t)	1.045	192	110	45	-	27	-	1.419
2009	N.º Famílias	9.830	1.395	1.300	-	-	496	-	13.021
	Quant. Cestas	39.628	5.580	5.800	-	-	2.636	-	53.644
	Quant. Produtos(t)	872	123	125	-	-	58	-	1.178
2010	N.º Famílias	9.830	1.395	1.300	2.000	-	955	-	15.480
	Quant. Cestas	47.851	6.971	5.800	8.000	-	3.398	-	72.020
	Quant. Produtos(t)	1.143	159	132	176	-	77	-	1.687

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$2.160.843,84. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$2.130.646,80, representando cerca de 98,6%. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se acréscimo de 1,49% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLII - Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	2.094.596,95	-	-	34.500,14	-	2.129.097,09
2010	-	-	2.130.646,80	-	-	30.197,04	-	2.160.843,84

Fonte: Siafi

2.3.7 - Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra, nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins, lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra, sendo 3(três) em Minas Gerais, 2 (dois) em São Paulo e Goiás, 1(um) em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana, que será moída na safra 2010/11, é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da Região Sul, que teve a produção reduzida em 3,4%, as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as Regiões Norte (39,2%) e Centro-Oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%), destinadas à produção de etanol.

Quadro XLIII - Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Quadro XLIV - Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: Dipai/ Suinf / Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na Região Norte (52,59%), na Nordeste (9,39%), na Centro-Oeste (48,07%), na Sudeste (13,98%) e na Sul (25,91%).

Quadro XLV - Demonstrativo da Produção de Alcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
				Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	Safr		Var.	Safr		Var.	Safr		Var.	Safr		Var.
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o etanol, a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em São Paulo, o levantamento da safra de cana-de-açúcar ocorre 03(três) vezes ao ano. É distribuído em 07 (sete) roteiros que envolvem cerca de 170 usinas/destilarias no Estado. O trabalho é realizado através da aplicação de questionários, junto aos agrônomos das usinas. Sua execução demanda 02 (duas) semanas em razão do volume expressivo de unidades processadoras. São Paulo responde por 58% da safra brasileira de cana-de-açúcar.

2.3.8. Levantamento da Produção Brasileira de Café

2.3.8.1 - Levantamento dos Estoques Públicos de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de

Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País, em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis, durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro XLVI - Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safra				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPA e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A safra de café beneficiado no País, em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área, que deixou de ser cultivada, foi ocupada pelas lavouras de cana-de-açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro XLVII - Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11

UF/Região	Safra					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Convênio MAPA/SPA e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bialidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro XLVIII - Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total			
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Conab/Dipai/Suinfl

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

2.3.8.2. Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento, foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total, 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e, 3,3% devolvidos pelo correio, por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro XLIX - Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas, naquele Estado, detinham 27,77% do estoque total.

2.3.9 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competência regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:]

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

2.3.9.1 - Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010, foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro L – Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab/Gepri

2.3.9.2 - Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Baners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

2.3.9.2.1 - Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

2.3.9.3 - Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil latas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro LI - Demonstrativo Distribuição de Alimentos(oriundos da Agricultura Familiar)

Surg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Supaf (em ton.)

Quadro LII - Instituições e Municípios Atendidos

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doadada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supaf

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1- Programação orçamentária

Quadro LIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135325	20.122.0360.2272.0001	-	14.852,60	-	-	-
				20.122.0350.2272.0001	-	22.619,20	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	65.377.978,18	-	-
				20.306.0352.2012.0001	-	466.459,28	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	44.958,45	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	154.460,36	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	2.408.282,67	1.979.795,80	9.901,95	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	43.280,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	196.079,98	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	28.290,00	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	48.576,70	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	83.471,80	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	112,21	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	2.874,00	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	6.500,00	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	15.000.000,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	264.900,40	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	11.137,61	-	-	-
				135331	20.122.0352.2829.0001	-	57.697,09	-	-
				135531	20.122.0352.2829.0001	-	1.103,89	-	-
				135486	20.605.0352.2130.0001	-	1.004,25	-	-
				135487	20.122.0352.2829.0001	-	3.853,89	-	-
		135347	135325	08.244.1049.2792.0001	-	3.636.156,94	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	352.945,84	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	21.420,22	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	2.000.000,00	-	-
			135326	08.306.1049.2798.0001	-	5.207.644,74	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-2.934,69	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-14.001,34	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-81,81	-	-	-
			135555	08.306.1049.2798.0001	-	-3.000.000,00	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-17.485,76	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-1.000.000,00	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	135100	135325	20.122.0360.2272.0001	-	1.901,40	-	-	-
				20.122.0350.2272.0001	-	24,66	-	-	-
				20.306.0352.2012.0001	-	659,30	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	356,61	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	16.463,17	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	1.245,16	133.752,90	419,70	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	0,02	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	6.719,86	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	1.496,21	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	5.398,95	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	2.103,88	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	52,50	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	401,08	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	337,50	-	-
				135531	20.122.0352.2829.0001	-	4.540,00	-	-
				135486	20.122.0352.2829.0001	-	2.270,00	-	-
				135487	20.122.0352.2272.0001	-	26.108,85	-	-
				135326	20.122.0352.2829.0001	-	4.540,00	-	-
				135327	08.605.1049.2802.0001	-	6.689,97	-	-
				135443	20.605.0352.2130.0001	-	-	115.612,21	-
				135443	20.605.0352.2130.0001	-	-	128.320,79	-
		135347	135325	08.244.1049.2792.0001	-	11.137,61	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	105.151,10	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	1,69	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	16.034,98	-	-	-
			135326	08.306.1049.2798.0001	-	1.344,09	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	4.302,93	-	-	-
				135555	08.605.1049.2802.0001	-	-	-	-
				135555	08.605.1049.2802.0001	-	-	-	-
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Supor/Geare

2.4.1.1. Movimentação Interna

a) Natureza da Movimentação de Crédito: Concedidos

A movimentação orçamentária para despesas correntes e de capital foi decorrente dos créditos concedidos pelas UG's:

- UG 135278 : Estoque Estratégico – SC
- UG 135279: Estoque Regulador - SC
- UG 135284: Sede Sureg/SC
- UG 135445: Mercado Opção - SC
- UG 135549: PAA - SC
- UG 138011: UA. S. José – SC

b) Natureza da Movimentação de Crédito: Recebidos

No caso dos créditos concedidos, as UG's receptoras foram :

- UG 135426: Mercado Opção – Sergipe
- UG 135325: Sede Sureg/SP
- UG 135 326: Estoque Estratégico-SP
- UG 135 327: Estoque Regulador – SP
- UG 135 331: UA. Bauru
- UG 135 443: Mercado Opção
- UG 135 487: UA. Garça
- UG 135 531: UA. Bernardino de Campos
- UG 135 555: PAA-SP

2.4.2 – Execução Orçamentária

Quadro LIV - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	7.544,00	0,00	7.544,00	0,00
Tomada de Preços	386.218,39	52.838,93	386.218,39	52.838,93
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	31.229.815,01	51.659.051,17	31.229.815,01	51.659.051,17
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	10.130,08	0,00	10.130,08	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	80.313.781,83	36.986.628,19	80.313.781,83	36.986.628,19
Inexigibilidade	4.564.593,30	643.833,88	4.564.593,30	643.833,88
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	20.984,72	14.888,63	20.984,72	14.888,63
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	136.764,77	2.545.034,70	136.764,77	2.545.034,70
Diárias	226.315,00	378.954,00	226.315,00	378.954,00
Outros				
Não se Aplica	1.116.078,34	522.331,48	1.116.078,34	522.331,48

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação, destacaram-se em 2010 as despesas executadas na seguintes modalidade:

- Pregão – no valor total de R\$51.659.051,17, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$47.744.763,02, com recursos da Ação Formação de Estoques Públicos, e os custos de compra e despesas correlatas de gêneros alimentícios, com recursos descentralizados pelo MDS, para formação de cestas de alimentos e distribuição gratuita à famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$36.986.628,19, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários de agricultores familiares para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$17.721.906,96, e também a aquisição de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e demais despesas referentes à guarda e conservação dos estoques, no valor de R\$17.112.906,78, com recursos da Ação Formação de Estoques Públicos.

Quadro LV - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	2.514.765,55	2.545.034,70	2.514.765,55	2.545.034,70	0,00	0,00	2.316.813,91	2.333.312,89
Outros Benefícios Assistenciais	3.350,00	-	3.350,00	-	-	-	3.350,00	-
Vencimentos e Vantagens Fixas	307.305,74	333.922,80	307.305,74	333.922,80	-	-	280.651,26	307.747,98
Obrigações Patronais	1.668.334,00	2.070.229,88	1.668.334,00	2.070.229,88	-	-	1.497.036,84	1.884.682,89
Depósitos Compulsórios	58.066,76	110.731,43	58.066,76	110.731,43	-	-	58.066,76	110.731,43
Sentenças Judiciais	472.694,31	27.265,76	472.694,31	27.265,76	-	-	472.694,31	27.265,76
Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.014,74	2.884,83	5.014,74	2.884,83	-	-	5.014,74	2.884,83
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	43.155.075,88	23.023.949,75	18.871.136,35	22.860.936,23	24.283.939,53	163.013,52	18.428.585,80	19.873.911,66
Diárias	226.315,00	378.954,00	226.315,00	378.954,00	-	-	225.657,00	378.672,00
Material de Consumo	204.202,20	193.727,45	194.222,20	190.135,45	9.980,00	3.592,00	187.049,95	189.421,54
Material de Distribuição Gratuita	39.827.888,84	19.782.151,58	15.619.988,76	19.663.043,97	24.207.900,08	119.107,61	15.260.917,36	16.814.986,26
Passagens e Despesas com Locomoção	83.508,09	124.221,04	80.714,75	120.421,04	2.793,34	3.800,00	79.914,72	119.265,75
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	28.735,77	24.647,14	28.735,77	24.647,14	-	-	28.667,11	18.971,39
Locação de Mão-de-Obra	615.593,77	598.419,81	615.593,77	598.419,81	-	-	607.198,54	537.935,83
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.863.112,09	1.821.804,79	1.818.415,01	1.785.290,88	44.697,08	36.513,91	1.760.335,32	1.715.748,15
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentária	305.720,12	100.023,94	287.151,09	100.023,94	18.569,03	-	278.845,80	98.910,74
Depósitos Compulsórios	-	-	-	-	-	-	-	-
4 – Investimentos	677.859,64	100.531,35	305.601,79	62.321,18	372.257,85	38.210,17	305.601,79	62.321,17
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	386.218,39	52.838,93	21.228,39	52.838,93	364.990,00	-	21.228,39	52.838,92
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentária	291.641,25	47.692,42	284.373,40	9.482,25	7.267,85	38.210,17	284.373,40	9.482,25
5 – Inversões Financeira	73.679.445,38	67.134.045,18	61.221.058,47	66.627.895,18	12.458.386,91	506.150,00	56.778.063,63	63.053.579,13
Aquisição de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Produtos para Revenda	73.679.445,38	67.134.045,18	61.221.058,47	66.627.895,18	12.458.386,91	506.150,00	56.778.063,63	63.053.579,13
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	120.027.146,45	92.803.560,98	82.912.562,16	92.096.187,29	37.114.584,29	707.373,69	77.829.065,13	85.323.124,85

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009, pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e, a liberação do limite para movimentação e empenho, apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$92.803.560,98, com variação, a menor, de 22,68%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.321.330,81, e do FGTS, no valor de R\$453.859,69. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O
- Grupo representou 2,74% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 1,2% em relação a 2009.
- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 24,81% do empenho total, com variação, a menor, de 46,65% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$19.782.151,58, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).
- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$100.531,35, representando cerca de 0,11% do total empenhado, com variação, a menor, de 85,17%. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a construção de acesso rodoviário na UA Bauru, no valor de R\$52.838,93. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados, neste grupo, foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.
- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$67.134.045,18, com variação, a menor, de 8,88% em relação a 2009.

Quadro LVI - Execução Física das Ações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	100	80	70
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	220	233	220
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	5	8	5
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	80	75	60
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	70	79	75
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	100.000	49.866	200.000
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	200	577	273
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	4	4	4
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	897	375	500
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	0	0	0
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	5	44	44
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-

Fonte: Supor

a) subfunção 301 – Assistência Médica e Odontológica

Tratando-se de metas estabelecidas na área de benefícios, a superação das metas físicas, dentro das metas financeiras estipuladas e, sem alterar a qualidade dos serviços oferecidos, ao mesmo tempo que denota racionalidade no uso dos recursos disponibilizados, impacta de forma positiva o grau de satisfação dos empregados, gerando expectativa de segurança em relação ao futuro.

b) subfunção 365 – Assistência Pré-Escolar

O atingimento pleno das metas físicas e financeiras referentes aos benefícios assistenciais, pagos regularmente e diretamente através da folha de pagamento, propicia aos empregados a oportunidade de garantir ensino de boa qualidade aos seus filhos, desde as primeiras atividades escolares.

c) subfunção 331 – Auxílio-Transporte

O cumprimento das metas físicas e financeiras relativas ao Vale Transporte, dentro da tempestividade exigida, contribui positivamente no grau de satisfação dos empregados, gerando excelente nível de assiduidade em função da regularidade em que disponibilizado.

d) subfunção 306 – Auxílio-Alimentação

A pontualidade em que o auxílio alimentação é disponibilizado aos empregados, mês a mês, através da folha de pagamento, além de proporcionar o atingimento das metas físicas e

financeiras estabelecidas, gera um alto grau de satisfação dos empregados, pois contribui sistematicamente para a melhoria nutricional do núcleo familiar.

e) subfunção 125 – Fiscalização dos Estoques

A superação das metas físicas estabelecidas para a fiscalização de estoques sem extrapolar as metas financeiras, denota o alto grau de racionalização dos recursos disponibilizados para execução dos trabalhos, no sentido de se envidar todos os esforços para preservar a credibilidade do mecanismo utilizado, através da fiscalização da quase totalidade dos estoques existentes.

f) subfunção 122 – Gestão e Administração do Programa

Tratando-se de uma ação de apoio à execução de programas, sem definição de meta física, a realização de 99,94% do total previsto, sem que houvesse prejuízo à eficácia da administração e gestão dos programas, denota que houve uso racional dos recursos disponibilizados.

g) subfunção 128 - Capacitação Servidores Públicos Federais

A meta física de capacitar 5 (cinco) empregados foi superada, tendo capacitado 44 empregados, atingindo 880%. do inicialmente previsto. O percentual financeiro atingiu o nível de 86,36% de execução. Provavelmente, houve um equívoco no dimensionamento da previsão financeira, tendo sido considerado um valor per capita superior ao praticado pelo mercado

h) subfunção 122 – Modernização Rede Própria Armazenagem

O atingimento pleno das metas físicas estabelecidas, atendendo na medida das necessidades de cada uma, todas as Unidades Armazenadoras programadas, dotando-as de equipamentos e estruturas físicas adequadas ao desenvolvimento das suas atividades, proporciona, mais notadamente, aumento da eficiência operacional, sempre buscando elevar o grau de satisfação dos clientes internos e externos.

2.5 - Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Também foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e, da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica, sendo interrompido em 2007 para reavaliação, não tendo sido portanto apurado os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011,

incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu Acordo Coletivo de Trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado, foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Os resultados apurados - dos indicadores relacionados às ações meio (administrativas), foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os relacionados às ações finalísticas.”

Para o ano de 2011, está prevista a revisão dos indicadores vinculados ao PPA, com consequente atualização das metas e indicadores do Planejamento Estratégico da Conab.

2.5.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Quadro LVII - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				51,21
2008				50,00
2009				109,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	105,91

A forte variação percentual em 2010, em relação a 2007, 2008 e 2009, deve-se à mudança de metodologia adotada a partir de 2009, pela SOF, que passou a considerar como índice de previsão a média dos beneficiários atendidos em anos anteriores, em detrimento à metodologia adotada até então pela Conab, de 5 (cinco) beneficiários, sendo o titular mais 4 (quatro) dependentes.

Quadro LVIII - Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = Valor executado Y = Dotação prevista na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				98,13
2008				99,14
2009				99,89
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,81

O índice de eficácia da execução financeira do SAS em 2010, tanto a nível global como regional, manteve-se estável em relação aos períodos anteriores e com parâmetros próximos de 100%, o que denota o acerto da previsibilidade adotada.

Quadro LIX - Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y = n.º de atendimentos no período				
Fonte: X = Siafi Y = Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				786,86
2008				798,76
2009				1.255,55
2010	Meta:	1.255,55	Realizado	1.135,19

Fonte: Gesas

Na SUREG-SP, a média mensal de gastos com o SAS apresentou aumento de 56,33% em 2009, comparativamente com o ano de 2008. Este resultado foi ocasionado pelo aumento do quadro de empregados (anistiados, concursados e transferidos de outras sucursais), além da elevada idade média dos empregados. Com o objetivo de reduzir gastos com o SAS, a Sureg tem feitos esforços para a redução nos mesmos e, que tem mostrado resultados satisfatórios no encerramento do ano de 2010, com uma redução de 9% nos custo do SAS em comparação a 2009. A Conab continua investindo nos exames periódicos anuais e no maior controle de emissão de guias. Para a maioria dos tratamentos solicitados são realizadas as perícias médica e odontológica.

Quadro LX - Demonstrativo do Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,54
2008				107,01
2009				108,18
2010	Meta:	100,00	Realizado	108,74
Análise:				

O atingimento de 108,18% da meta física do auxílio-alimentação em 2009 e, de 108,74% em 2010, deve-se ao fato da incorporação de novos funcionários à Sureg, oriundos de anistia e transferência de outros estados.

Quadro LXI - Demonstrativo do Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,98
2008				99,43
2009				99,99
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,90
Análise:				

O afastamento do trabalho por auxílio-doença de servidores, durante o ano de 2009, bem como em 2010, prejudicou o atingimento da meta de execução financeira do auxílio-alimentação.

Quadro LXII - Demonstrativo do Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y = n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y= Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				3.926,53
2008				3.218,69
2009				3.869,43
2010	Meta:	3.869,43	Realizado	3.953,26
Análise:				

A meta física de beneficiar 80 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação), teve pequena elevação em 2010 (2,1%) em relação à meta estabelecida,

devido a incorporação de novos funcionários à Sureg/SP.

2.5.2- (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Quadro LXIII - Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				82,61
2008				104,62
2009				104,29
2010	Meta:	100	Realizado	93,75
Análise:				

A SUREG-SP, em 2010, realizou 93,75% da meta prevista inicialmente, que era de 80 empregados. Foram atendidos 75, tendo uma participação de 1,99% a nível nacional.

Quadro LXIV - Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				93,02
2008				99,52
2009				98,36
2010	Meta:	100	Realizado	99,56
Análise:				

A SUREG-SP, em 2010, atingiu 99,56% dos gastos previstos, atingindo o montante de R\$ 165.271,96.

Quadro LXV - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.795,06
2008				1.975,85
2009				2.021,10
2010	Meta:	2.021,10	Realizado	2.203,63
Análise:				

A meta prevista correspondia a 80 empregados, porém a execução física atingiu 75 empregados, sendo realizado o montante de R\$ 2.203,63 a título de custo unitário do benefício Auxílio-Transporte.

2.5.3- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Quadro LXVI - Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				0,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	41,81
Análise:				

Na meta física da Sureg/SP, estava previsto atingir 897 unidades; porém, o índice alcançado chegou a 41,81%, ou seja, 375 unidades cadastradas/recadastradas, em decorrência da reprogramação dos roteiros não realizados, para o exercício de 2011. A reprogramação da atividade foi necessária, em função da falta de empregados disponíveis para a realização do censo de armazenagem.

Quadro LXVII - Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				71,34
2008				99,07
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	92,39
Análise:				

Para a Sureg/SP, houve uma dotação final R\$29.000,00 para as operações de Cadastro de Armazéns, tendo sido executados R\$26.793,79, ou seja, 92,39% do total.

Quadro LXVIII - Índice de Eficiência por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				31,02
2008				726,55
2009				-
2010	Meta:	-	Realizado	71,45
Análise:				

Em 2010, o custo por unidade cadastrada/recadastrada, no valor de R\$71,45, apresentou redução de 90,17% em relação ao exercício de 2008, devido principalmente à redução em diárias, pois naquele ano a Regional liberou empregados para a realização do censo armazenador em outras Regionais, arcando com os custos da operação.

2.5.4. - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro LXIX - Atendimento da Demanda de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				91,55
2008				330,43
2009				66,67
2010	Meta:	100,00	Realizado	880,00
Análise:				

A SUREG-SP superou, em 2010, a meta física prevista. Foram treinados 44 empregados, índice 880% maior que o previsto inicialmente, que era de 05 empregados.

Quadro LXX - Percentual da Execução Financeira com Capacitação

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				94,28
2008				84,62
2009				96,23
2010	Meta:	100,00	Realizado	86,36
Análise:				

A SUREG-SP atingiu em 2010, o índice de 86,36% da execução orçamentária, ou seja, teve um gasto com a capacitação de seus empregados de R\$43.177,75, de um total previsto inicialmente de R\$50.000,00.

Quadro LXXI - Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				217,58
2008				389,68
2009				721,73
2010	Meta:	721,73	Realizado	981,31
Análise:				

Em 2010, o custo por treinando foi de R\$981,31, com variação, a maior, de 35,97%, em

decorrência do aumento das despesas com diárias concedidas, em função da participação de empregados em treinamentos realizados na Matriz, em Brasília.

2.5.5. - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Quadro LXXII - Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				97,02
2008				92,40
2009				99,58
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,57
Análise:				

As sentenças judiciais com trânsito em julgado foram cumpridas em 98,57% da programação de R\$140.000,00, com valor de liquidação de R\$137.997,19. Desta forma, ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

2.5.6. - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Quadro LXXIII - Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				1.775,00
2009				1.218,00
2010	Meta:	100,00	Realizado:	288,50
Análise:				

Apesar da redução de 76,31% em relação ao valor apurado no exercício de 2009, as fiscalizações realizadas em 2010, por esta Regional, superaram a meta física prevista em 288,50%.

Quadro LXXIV - Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				96,81
2008				67,40
2009				99,82
2010	Meta:	100,00	Realizado:	84,16
Análise:				

O valor apurado ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

Quadro LXXV - Custo por Fiscalização Realizada

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				237,32
2009				280,27
2010	Meta:	280,27	Realizado:	328,18
Análise:				

Em 2010, o custo por fiscalização, no valor de R\$328,18, apresentou crescimento de 17,07% em relação ao exercício anterior, devido à participação de fiscais desta Regional em operações realizadas em outras Suregs.

Quadro LXXVI - Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				41,09
2008				2.229,81
2009				137,09
2010	Meta:	100,00	Realizado:	188,68
Análise:				

Quadro LXXVII - Percentual de Produtos Adquiridos para a Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				0,00
2008				50,06
2009				82,69
2010	Meta:	100,00	Resultado:	49,87
Análise:				

No Estado de São Paulo, a Sureg/SP atingiu o índice de 49,87% da meta física prevista, devido às restrições orçamentárias vigentes durante o primeiro semestre do exercício, ao aumento dos preços dos produtos amparados pela PGPM e da utilização dos instrumentos de apoio à comercialização, tais como o PEP e o PEPRO.

Quadro LXXVIII - Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				10,00
2008				26,89
2009				89,70
2010	Meta:	100,00	Resultado:	76,63
Análise:				

Da dotação orçamentária de R\$85.000.000,00 no ano de 2010, a Sureg-SP executou R\$65.134.045,18. O índice corresponde a 76,63% do total previsto, em decorrência da menor intervenção do Governo Federal via aquisição de produtos no mercado primário.

Assim, o resultado alcançado é extremamente satisfatório, visto que a atuação do governo foi satisfatória e eficiente para regular o mercado, no Estado de São Paulo.

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro, no valor de R\$24.850,03. Nos levantamentos das safras, foram gastos R\$28.135,90. No fim do exercício, a Conab devolveu à SPAE, dotação orçamentária de R\$88.074,78.

Quadro LXXIX - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

Quadro LXXX - Demonstrativo das Despesas na Modalidade Licitações .

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada (em R\$)		Despesa Liquidada (em R\$)	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	7.544,00	0,0	7.544,00	0,0
Tomada de Preços	386.218,39	52.838,93	386.218,39	52.838,93
Concorrência		0,0		0,0
Pregão	31.229.815,01	51.659.051,17	31.229.815,01	51.659.051,17
Concurso	-	0,0	-	0,0
Consulta	10.130,08	0,0	10.130,08	0,0
Total	31.633.707,48	51.711.890,10	31.633.707,48	51.711.890,10

Fonte: Siafi

Pregão – No montante total de R\$ 51.659.051,17, destacam-se os custos relacionados às Atividades de Remoção e Manutenção dos Estoques Governamentais, conforme texto abaixo.

Quadro LXXXI - Demonstrativo de Despesas em outras Modalidades de Contratações

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Contratações Diretas				
Dispensa	80.313.781,83	36.986.628,19	80.313.781,83	36.986.628,19
Inexigibilidade	4.564.593,30	643.833,88	4.564.593,30	643.833,88
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	20.984,72	14.888,63	20.984,72	14.888,63
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	136.764,77	2.545.034,70	136.764,77	2.545.034,70
Diárias	226.315,00	378.954,00	226.315,00	378.954,00
Outros				
Não se Aplica	1.116.078,34	522.331,48	1.116.078,34	522.331,48
Total	85.262.439,62	41.091.670,88	85.262.439,62	41.091.670,88

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação, destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Pregão – no valor total de R\$51.659.051,17, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$47.744.763,02, com recursos da Ação Formação de Estoques Públicos, e os custos de compra e despesas correlatas de gêneros alimentícios, com recursos descentralizados pelo MDS, para formação de cestas de alimentos e distribuição gratuita a famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$36.986.628,19, sobressaindo-se os custos de aquisição e despesas correlatas de produtos agropecuários de agricultores familiares para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$17.721.906,96, e também a aquisição de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e demais despesas referentes à guarda e conservação dos estoques, no valor de R\$17.112.906,78, com recursos da Ação Formação de Estoques Públicos.

2.6 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Quadro LXXXII - Percentual de Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00

O índice de 100% das metas previstas foi realizado integralmente.

Quadro LXXXIII - Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				99,91
2008				65,28
2009				93,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	90,41

O valor apurado ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

2.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Quadro LXXXIV - Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

O valor apurado ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

**Quadro LXXXV - Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria
Recuperadas/Modernizadas**

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				93,67
2008				87,04
2009				99,62
2010	Meta:	100,00	Realizado	91,05

O valor apurado ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no âmbito da SUREG-SP

4 - Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores, conforme quadros abaixo:

A posição dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e não Processados, em 31/12/10, correspondente a 99,93 % de valores do próprio exercício.

SECOF

Quadro LXXXVI - Demonstrativo de Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	6.443.220,22	0,00	0,00	6.443.220,22
2009	4.543.476,35	0,00	4.543.476,35	0,00
2008	20.142.047,81	1.486,68	20.135.286,69	5.275,44
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	707.373,69	0,00	0,00	707.373,69
2009	37.114.584,29	6.256.922,650,00	30.857.661,64	0,00
2008	129.661,74	32.552,94	97.108,80	0,00
Observações:				

Fonte: Sureg/SP- Secof

4.1- Restos a Pagar Processados

a) Exercício de 2010

O valor de R\$ 6.443.220,22 inscrito em Restos a Pagar Processados, corresponde a 99,92(%) dos valores do próprio exercício e está distribuído da seguinte forma:

Aquisição de feijão (R\$ 647.665,23), Aquisição de Trigo (R\$ 1.809.512,19), Despesas de Armazenagem (R\$ 483.294,30), Frete de Remoção (R\$ 155.090,90), Projeto Doação (3.242.668,63), Despesas SAS (R\$ 16.912,07) e Despesa com Custeio (R\$ 88.076,90). Todos os valores possuem prazo de vigência para o exercício de 2011.

b) Exercício de 2009

O Valor de R\$ 4.543.476,35, inscrito em Restos a Pagar, relativo ao exercício de 2009, foi realizado dentro dos prazos de vigência previstos para o exercício de 2010.

c) Exercício de 2008

O valor de R\$ 5.275,44 (0,08%), relativo a Restos a Pagar Processados, há mais de um exercício financeiro (2008), foi mantido em função de estar dentro do prazo de vigência.

4.2 - Restos a Pagar não Processados

a) Exercício de 2010

O valor de R\$ 707.373,69, inscrito em Restos a Pagar não Processados em 31/12/10, corresponde a 100% das inscrições realizadas no próprio exercício, com prazos de vigência para 2011, e é distribuído da seguinte forma:.

Despesa de Custeio (R\$ 26.268,30), Frete (R\$ 494.919,70), Projeto Doação (R\$ 93.060,00), Reembolso INSS Rural (R\$ 26.047,61), Despesas de Armazenagem (R\$28.867,91) e Aquisição Imobilizado Uas (R\$ 38.210,17).

b) Exercício de 2009

Do valor de R\$ 37.114.584,29, registrado em 31/12/2009, R\$ 30.857.661,64 (83,14%) foi realizado durante o prazo de vigência durante o exercício de 2010 e o restante, R\$ 6.256.922,65 (16,86%) foi cancelado pela não confirmação da realização da despesa, durante o exercício de 2010.

c) Exercício de 2008

Do valor de R\$ 129.661,74, registrado em 31/12/2008, R\$ 97.108,80 (74,89), foi realizado durante o exercício de 2009 e o restante, R\$ 32.552,94 (25,11%), foi cancelado pela não confirmação da realização da despesa.

5- Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab

para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-SP contava com 79 empregados, sendo 76 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos e em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXVII – Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	79	1	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	76	1	2
1.2.1. Servidor de carreira vinculado ao órgão	-	76	1	2
1.2.2. Servidor de carreira em serviço descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidor de carreira em serviço provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	3	0	0
1.4.1. Cedidos	-	1	-	-
1.4.2. Removidos	-	-	-	-
1.4.3. Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4. Licença não Remunerada	-	2	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0
2.1.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2. Grupo de Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
2.2.1. Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2. Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5. Aposentado	-	-	-	-
Total	0	79	1	2
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	23	22	-	-
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3. Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados, 32 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 40,51% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro LXXXVIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-SP		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	49	47	(2)
Reintegrado (Transitado)	6	6	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	-	-	-
Anistiado (Liminar)	1	1	-
Anistiado (Lei 8878/94)	25	25	-
Total	81	79	(2)

Fonte: Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos concentra 63,29% do número total de empregados, seguida pela faixa de 41 a 50 anos com 26,58%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro LXXXIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provedimento de cargo efetivo	0	2	21	50	6	79
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	2	20	50	6	78
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	-	-	1
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	0	2	21	50	6	79

Fonte:Diapi /Sutin

Do quadro de empregados, 31,651% possuem curso superior com especialização ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XC – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	9	6	25	12	4	0	0	0	56
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	8	6	25	12	4	-	-	-	55
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	1	2	11	8	1	0	0	0	23
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	1	2	11	8	1	-	-	-	23
3. Total	0	0	10	8	36	20	5	0	0	0	79

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados, a Regional contava com 26 estagiários de nível superior e 3 de nível médio, com custo anual de R\$70.157,96 (salário mais auxílio transporte).

**Quadro XCI – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	25	26	26	26	13	29	70.157,96
Área Fim	22	23	23	23			
Área Meio	3	3	3	3			
Nível Médio	2	3	3	3			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	2	3	3	3			
Total	27	29	29	29	13	29	70.157,96

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizado pela Conab, em sua arquitetura, não previu a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira, os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro XCII – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	7.256.637,82	0,00	1.038.635,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.295.273,34
2009	7.778.996,90	0,00	1.121.804,88	0,00	0,00	0,00	0,00	8.900.801,78
2010	9.136.055,06	0,00	1.177.979,82	0,00	0,00	0,00	0,00	10.314.034,88
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	35.974,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.974,38
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam, de forma detalhada, a formação do quadro de mão-de-obra terceirizada, vigentes no exercício de 2010.

5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002, a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003, a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia, desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

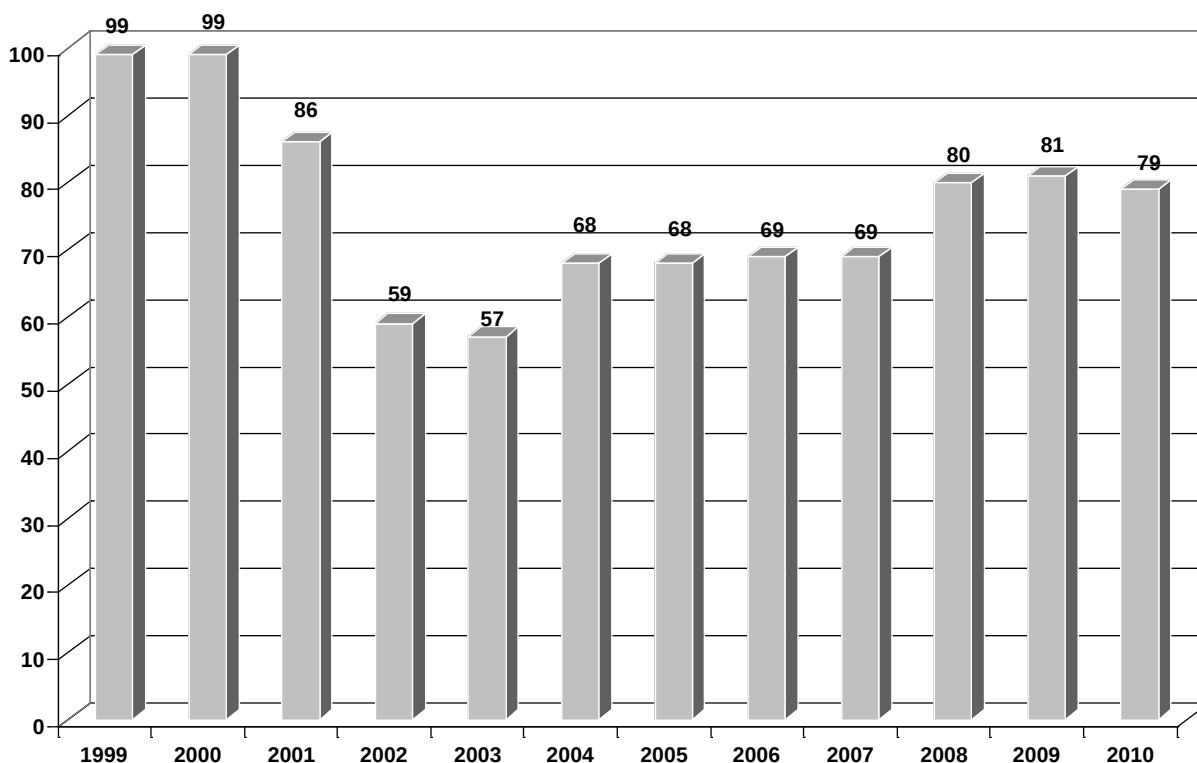
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na Lei de Anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia, em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-SP apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual verifica-se a redução e, em seguida, uma recomposição parcial.

Figura II - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as

operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-SP existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 77,2% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	31 a 35	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	36 a 40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	41 a 45	1	1	-	-	1	1	-	-	-	4
	46 a 50	3	3	1	-	2	3	-	-	-	12
	51 a 55	4	4	-	-	2	12	5	-	-	27
	56 a 60	1	4	-	-	-	12	8	1	-	26
	61 a 65	3	1	-	-	-	1	2	-	-	7
	66 a 70	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	Mais de 70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total		14	13	1	0	5	30	15	1	0	79

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão-de-obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão-de-obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerada de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão-de-obra em exercícios anteriores, devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

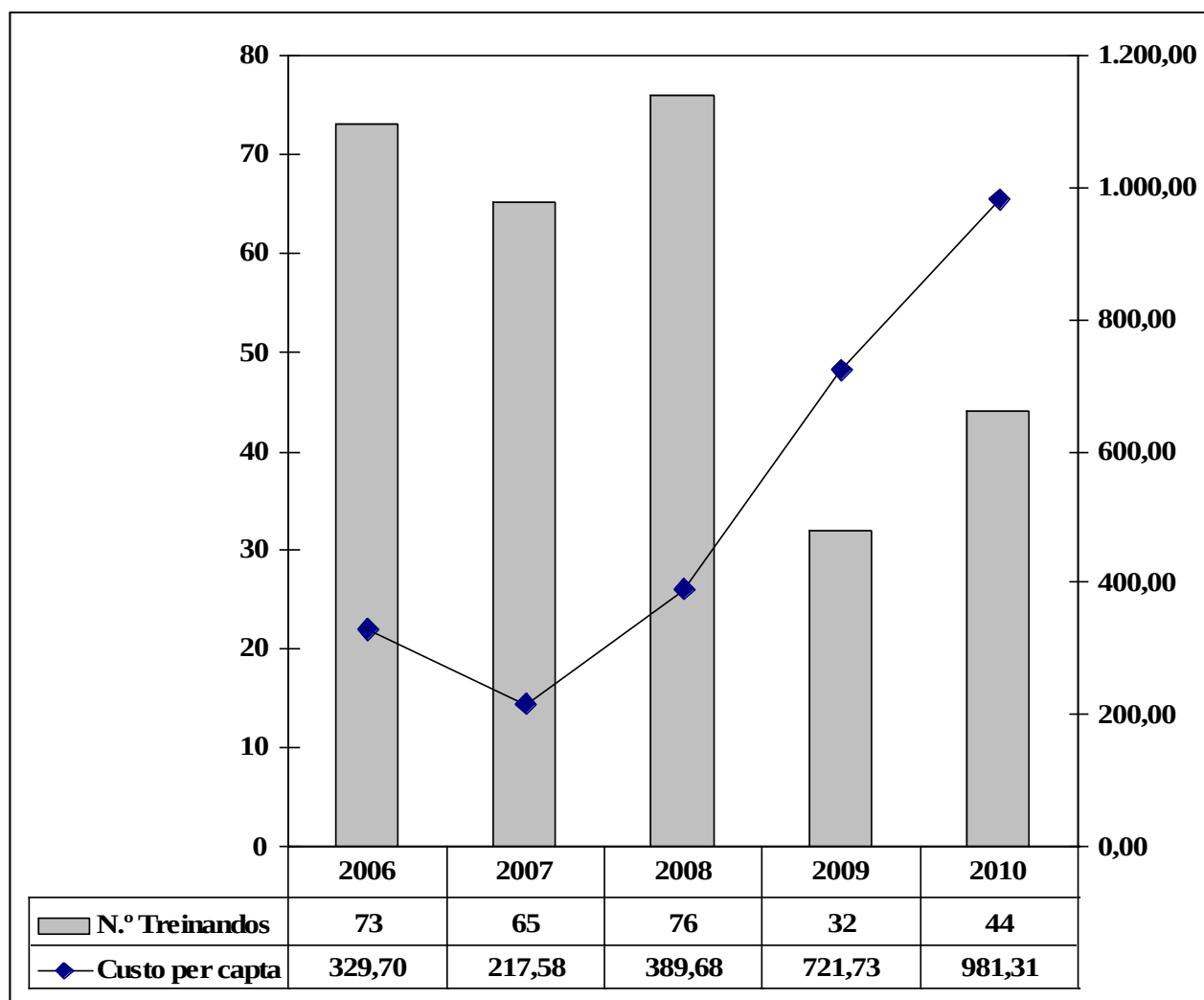
Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009), com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91 e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício, 27 empregados (34,18% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano, na Sureg-SP.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao Governo e à sociedade, tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste

sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia, a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas, etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Verifica-se, nos últimos exercícios, contínuo crescimento do custo por treinando. Nos exercícios passados, houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Atualmente, grande parte dos eventos estão relacionados à área operacional, com cursos realizados fora da área de trabalho dos treinandos, incluindo cursos de especialização, pós-graduação etc.

Figura III – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capita*

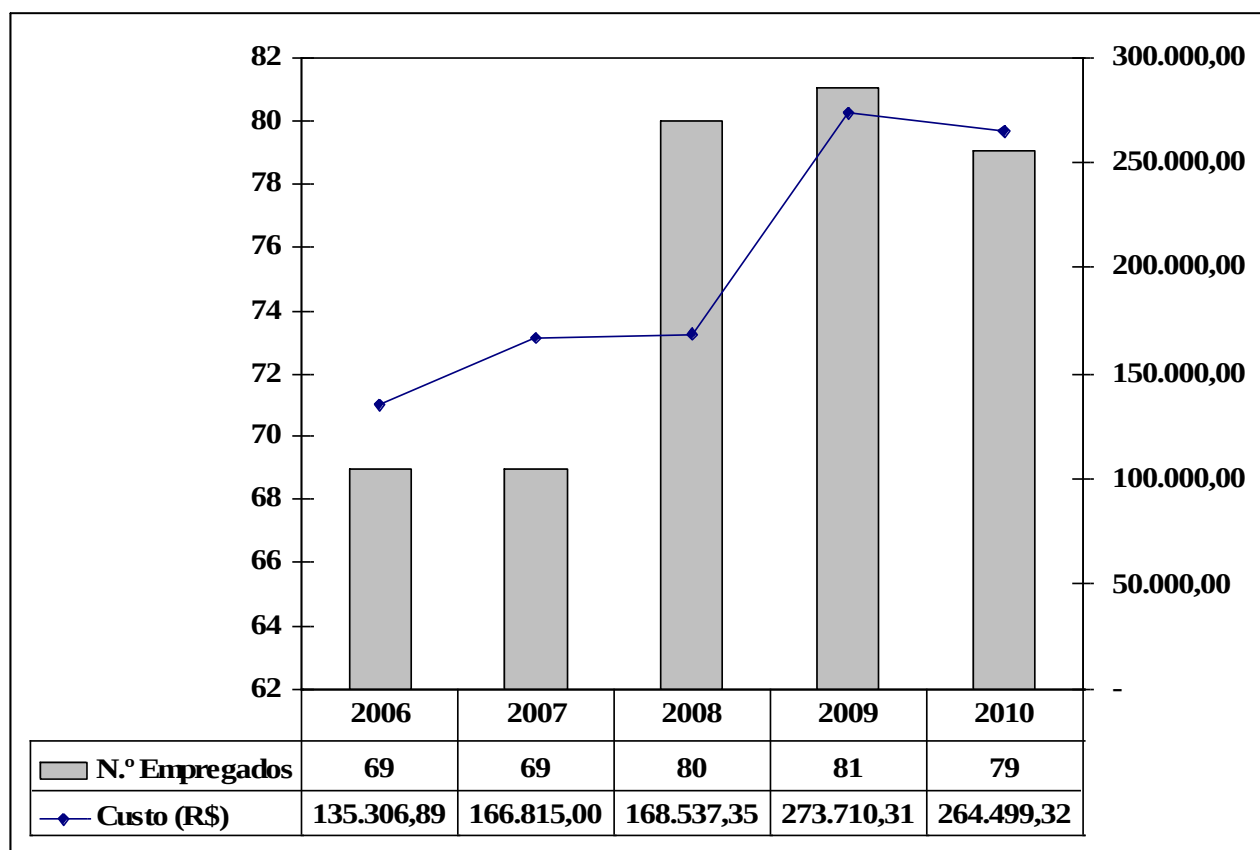


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais, mas em participação nas despesas, de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Em decorrência, não houve registro de acidentes de trabalho, em 2010.

O contínuo aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

Figura IV – Serviços de Saúde



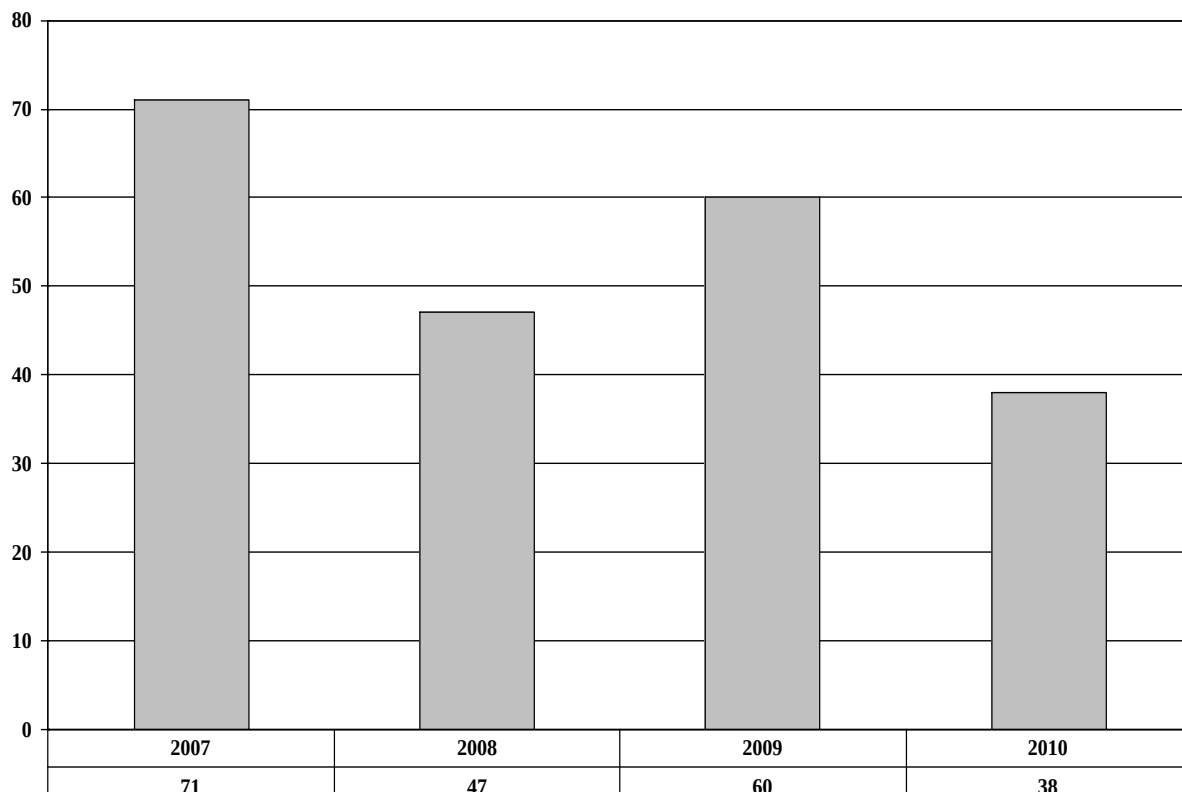
Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados, etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, têm resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos.. No fim do exercício,

estavam em trâmite 38 processos trabalhistas em que a Conab figurava como agente passivo, na Sureg-SP, representando uma redução de 36,67% sobre a quantidade existente no exercício anterior.

Figura V – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação, quanto aos riscos adotados pela Companhia, podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos, nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro XCV - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando prevista para 2011, a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – Informações sobre Transferências

Não houve ocorrência, porque a transferência de recursos orçamentários e financeiros foi recebida pela UG 135100 e executada na Sureg/SP, por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz. A execução está detalhada no item 2.3.3 – outros Programas, Ações e Atividades

7 – Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

8 – Declarações de entrega da Declaração de Bens e Rendas

Os funcionários da SUREG/SP, na sua totalidade, entregaram as autorizações, devidamente assinadas, para acesso à Declaração de Bens e Rendas, por meio eletrônico.

9 - Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro XCVI – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 – Gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? • Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). • Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? • Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos, são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando diminuir o					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? • Folders e comunicações internas					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin Outras Informações: 1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais. 2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos, são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA. 3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias. 4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases. 5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO. 6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água. 7) Em atendimento às exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais, foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

11.1 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na Alínea b do Inciso II do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme exposto no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber:

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vínhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Quadro XCVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-	-
135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-	-
135476	Sede Sureg-PB	-	4	2	53.000,00	-	-	-	-
Total Geral					53.000,00				

Fonte: Supad/Gepas

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café-IBC deve-se ao fato de os mesmos terem sido repassados à Conab, por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União-AGU.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos, nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

12 – Gestão de Tecnologia da Informação

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro XCVIII – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da					X

contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação, em âmbito nacional, da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos **outros** objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas, como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria

deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo Governo Federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio Internet, no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa, para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização, via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que encontra-se em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Tabela I - Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Tabela II - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.2.3 Segurança da Informação

12.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
 2. vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
 3. análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
 4. monitoramento dos serviços críticos de TI;
 5. instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
 6. implantação de sistema de análise de *logs*;
 7. virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- reestruturação da política de backup;

elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;

10 elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade, após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);

- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – Governance Maturity Model para análise do framework Cobit);

- Tratamento e Respostas a Incidentes

- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);

- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSI) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);

- Gestão de Continuidade de Negócios, em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);

- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);

- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);

Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas à sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.2.4 - Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas, foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de

Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação Model Driven Architecture (MDA). Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo site da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab, para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de Sistemas Entregues em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso à sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no site Internet e/ou intranet.

- Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo Entrega de CPR Estoque e Doação: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo Consulta Pública de Preços Praticados no PAA: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo Consulta Pública de Transparência Pública do PAA: apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo Consulta Pública de Bônus do Programa de Garantia da Agricultura Familiar: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo Consulta Pública de Preços de Insumos Agropecuários: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo Consulta Pública de Preços Mínimos Básicos da Política de Garantia de Preços Mínimos: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo DW: desenvolvimento da solução PENTAH0-DW para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo Solicitação Pública de Cadastro de Armazém: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo Consulta Pública ao Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo Consulta Pública da Capacidade Estática de Armazenagem Cadastrada: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo Consulta Pública de Preços Praticados no Venda em Balcão: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo Consulta Pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de Consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém.

Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na Intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de Consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem: viabiliza a consulta, na Intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de Consulta de Vendas Refap: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de Consulta de Doações (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de Consulta de Vendas em Balcão: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de Envio de Mensagens Automáticas: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns, com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café, utilizada pela Conab.

xFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

10.2.5.1 - Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que encontra-se em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender a área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, faltando apenas a assinatura de contrato pelas partes.
- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.
- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.
- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).
- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.
- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.
- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda., para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.
- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

1. Portfólio de Soluções e serviços de TI:
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>
2. Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>
3. Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

13 – Informações sobre a Utilização dos Cartões de Pagamento do Governo Federal

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Renúncia Tributária

Não houve ocorrências no período.

15 – Atendimento às Determinações do TCU

Não houve ocorrências no período.

16 - Recomendações da Unidade de Controle Interno e Providências / Sureg/SP

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
1/2010 - (ACG) - SUREG SP/SP -	634 - PROCESSO Nº. 00034/2007-92, contrato n.º 09/2007. Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Veículos. O processo em referência adjudicou à empresa Auto Locadora Canoense Ltda - Canoense Rent a Car, prestação de serviços de locação de veículos que se faz necessária para atendimento aos serviços de avaliação de safras, fiscalização de armazéns, atendimento à agricultura familiar e outros. PROCESSO Nº.00026/2008-27 -3 contrato nº 007/2008. O objeto do contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão-de-obra de um ajudante para prestação de serviços no âmbito da UA/Garças. A empresa vencedora do certame foi a Ello Serviços de Mão de Obra Ltda. PROCESSO Nº.000417/2008-41, contrato nº. 006/2009. Contratação de empresa especializada no Fornecimento de mão de obra de copeira. A empresa vencedora do certame foi a Mega JJ - Asseio e Conservação Ltda,	634.1 - Diante dos fatos recomendamos à Sureg/SP que seja elaborado, para cada contrato, o ato de designação do Agente 67(fiscal do contrato) e sejam anexadas ao processo as notas fiscais atestadas por ele, e também as certidões negativas, e o comprovante do recolhimento do FGTS, antes de efetuar os pagamentos.	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos em relação a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, na forma de dossiê, através da CI-SUREG-SP 1756/2010 de 29/06/2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente

	tem como objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária e postos de trabalho de copeiragem e serviços gerais, com fornecimento de material de limpeza e equipamentos. Na análise dos processos não encontramos a motivação e justificativa da necessidade para as contratações do ajudante geral e copeira. Não havia ato de designação dos Fiscais dos Contratos - Agente 67, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93, Art. 67. As cópias das notas fiscais não foram anexadas aos processos, e foram atestadas por funcionário informalmente investido na função de fiscal do contrato. Não há segregação de função entre o pregoeiro e o Agente 67 informalmente nomeado. Não havia cópias, nos processos, das Certidões Negativas e dos Certificados de Regularidade do FGTS e CRF, para respaldar os pagamentos serem liberados. O Tribunal de Contas da União - TCU determina o acompanhamento pelo fiscal do contrato, a regularidade fiscal dos contratados e que haja segregação de função. Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p.118. Ementa: o TCU		Foram designados os seguintes gestores para os respectivos contratos: Contrato 009/07 - Ato Super 13/10 de 20/04/2010 - Designado Maria Alice e Silva Contrato 007/08 - Ato Super 08/10 de 20/04/2010 - Designado Manoel Medeiros Contrato 006/09 - Ato Super 10/10 de 29/03/2010 - Designado Odete Maria Loch OBS: Em relação aos contratos 007/08 e 006/09, informamos que as demais recomendações estão sendo aplicadas. Em relação a contrato 009/2007, estamos aplicando somente a recomendação de atesto e juntada da nota fiscal ao processo, haja vista que o referido contrato não envolve o fornecimento de mão de obra e a regularidade fiscal está sendo averiguada através do SICAF. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara). - Assunto: REGULARIDADE FISCAL. DOU de 29.01.2010, S. 1, p. 181. Ementa: determinação à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro para que verifique a regularidade fiscal das contratadas anteriormente à assinatura de termos aditivos, de modo a que seja observada a exigência contida no art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1, TC-026.893/2009-1). - Assunto: CONTRATOS. DOU de 29.01.2010, S. 1, p. 239. Ementa: determinação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Goiás (IF/GO) para que melhore o acompanhamento dos contratos de prestação de serviços, por seus fiscais, no sentido de atualizar a garantia contratual sempre que houver a alteração de valores, tendo em vista a duração dos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, devendo ser demonstrada sempre que as prorrogações forem mais vantajosas (item 1.5.16, TC-015.421/2009-2, Acórdão nº 11/2010-2ª Câmara). -Assunto: SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 15.12.2005, S. 1, p. 92. Ementa: o		
	determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara). - Assunto: REGULARIDADE FISCAL. DOU de 29.01.2010, S. 1, p. 181. Ementa: determinação à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio de Janeiro para que verifique a regularidade fiscal das contratadas anteriormente à assinatura de termos aditivos, de modo a que seja observada a exigência contida no art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1, TC-026.893/2009-1). - Assunto: CONTRATOS. DOU de 29.01.2010, S. 1, p. 239. Ementa: determinação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Goiás (IF/GO) para que melhore o acompanhamento dos contratos de prestação de serviços, por seus fiscais, no sentido de atualizar a garantia contratual sempre que houver a alteração de valores, tendo em vista a duração dos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, devendo ser demonstrada sempre que as prorrogações forem mais vantajosas (item 1.5.16, TC-015.421/2009-2, Acórdão nº 11/2010-2ª Câmara). -Assunto: SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 15.12.2005, S. 1, p. 92. Ementa: o		

	TCU determinou à UFSM que observasse o princípio contábil e administrativo da segregação de funções, com adoção de controles capazes de impedir a possibilidade de uma mesma pessoa atuar como fiscal e executor de um contrato (item 1.7, TC-011.767/2003-0, Acórdão nº 3.067/2005-TCU-1ª Câmara).		
		634.2 - Quanto à segregação de função, recomendamos à Sureg/SP que essa prática deve ser exercida, o fiscal de contratos não pode ser o ordenador de despesas, ou membro da CPL nem mesmo o pagador das despesas, ao mesmo tempo e no mesmo contrato.	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos relativos a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, na forma de dossiê, através da CI-SUREG-SP 1756/2010 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente
			Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Informamos que foram observados os critérios recomendados, quando da designação dos gestores dos respectivos contratos. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
		634.3 - Recomendamos à Sureg/SP que não permita que os Contratos e os Termos Aditivos deixem de ser datados (sem data o Termo Aditivo nº. 001/2008 da prorrogação do contrato nº. 09/2007 processo nº. 00034/2007-92.)	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos relativos a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI-SUREG-SP 1756/2010 de 29.06.2010 de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos relativos a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI-SURE-SP 1756/2010 de 29.06.2010.

			de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Informamos que a recomendação contida neste item será aplicada doravante por ocasião da assinatura dos Contratos e Termos Aditivos. Em relação ao citado Termo Aditivo nº 001/2008, relativo ao contrato 09/2007, informamos que o mesmo foi datado de 30/04/2008. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
		634.4 - Recomendamos à Sureg/SP que se abstenha de elaborar contratos ou termos aditivos sem o devido parecer e chancela da Prore/SP, a exemplo do que ocorreu com o contrato 19/2009, processo 0017/2008-36.	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos relativos a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI-SUREG-SP 1756/2010 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Informamos que foi devidamente providenciada a chancela do contrato 19/2009, processo 0017/2008-36, junto a Procuradoria Regional. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
		634.5 - Recomendamos à Sureg/SP, que ao deflagrar certames para contratações de serviços e aquisições de bens, que o ato seja previamente motivado e justificado, para dar legalidade e conformidade ao processo.	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como

			Pendente As informações e esclarecimentos relativos a esta recomendação foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI SUREG-SP 1756/2010 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente A recomendação contida neste item será devidamente observada nos próximos procedimentos licitatórios. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	635 - - Não localizamos no processo a chancela e o parecer da PRORE acerca da legalidade do contrato referente ao Pregão Eletrônico CONAB nº 03/2005 (fls.58 a 66), assinado entre as partes em 24.12.2005, também não consta a assinatura da testemunha instrumentária por parte da CONAB; - Em que pese a data constante da cláusula segunda do 1º Termo Aditivo não foi datado (fls. 85 e 86); - Não foi possível identificar a testemunha instrumentária que assinou o 1º Termo Aditivo (fl.86); - Não localizamos no processo o parecer da PRORE, acerca da legalidade do 3º Termo Aditivo, bem como verificamos que o referido termo não foi chancelado pela mesma e nem assinado pela testemunha instrumentária da contratada (fls. 107 e 108); - Não localizamos no processo, o parecer da PRORE acerca da legalidade do 4º Termo Aditivo, bem como verificamos que o referido termo não foi chancelado pela mesma, deixando de ser assinado por uma das testemunhas instrumentárias (fls. 113 e 114); - Não foram apresentadas à PRORE, a cada aditivação de contrato, as pesquisas de mercado informando que os preços praticados pela contratada continuavam sendo os mais vantajosos para a administração; - Não localizamos nos 1º, 2º e 3º Termos Aditivos, correspondência formal prévia da CONAB à contratada, solicitando	635.1 - Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, parecer jurídico acerca da legalidade do contrato, com o seu chancelamento e identificação da testemunha instrumentária por parte da CONAB, informando as providências adotadas à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP datar o 1º termo aditivo e identificar a testemunha instrumentária que o assinou; Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, parecer jurídico acerca da legalidade do 3º e 4º Termos Aditivos, com o seu chancelamento, bem como colher assinatura da testemunha instrumentária do 3º Termo Aditivo, identificando, da mesma forma, essa testemunha no 4º Termo Aditivo, informando as providências adotadas à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP, antes de efetuar aditivações de contratos, que efetue pesquisa de preços no mercado, afim de identificar se os preços praticados pela contratada são	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos às providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI/SUREG-SP 1756/10 de 29.06.10. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos às providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/10 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente

	sua manifestação quanto ao interesse em renovar os referidos contratos; - Faltou a rubrica do responsável pela contratada, na 1ª página dos 2º e 3º Termos Aditivos, e no 4º Termo Aditivo nenhum dos responsáveis pelo contrato, rubricou a 1ª página; - Não foi localizado no processo o Ato de Superintendência nomeando o fiscal do contrato, conforme previsto no Art. 67, Seção IV da Lei n.º 8.666/93.	vantajosos para a Administração (CONAB). Justificar, porque tais pesquisas não acompanharam as respectivas renovações, no 1º, 2º, 3º e 4º Termos Aditivos; Recomendamos à SUREG/SP, que antes das renovações contratuais, colha previamente o aceite da contratada. Justificar mesmo que a destempo, o motivo dessas faltas, nos aditivos 1º, 2º e 3º; Recomendamos à SUREG/SP providenciar em todas as folhas do contrato e nos 2º, 3º e 4º Termos Aditivos, as devidas rubricas, remetendo posteriormente, cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP providenciar, mesmo que a destempo, a nomeação por meio de Ato de Superintendência, do Fiscal do Contrato.	Em relação às recomendações contidas neste item, informamos: Que foi providenciado a identificação da assinatura da testemunha instrumentaria por parte da CONAB, bem como o cancelamento do contrato pela Procuradoria Regional. O 1º Termo Aditivo foi datado com data de 29/12/2006 e a testemunha instrumentária que o assinou foi devidamente identificada. Foram coletadas as assinaturas das testemunhas instrumentarias referentes ao 3º e 4º Termos Aditivos, bem como foram devidamente identificadas. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Em relação no § 5º, informamos que a recomendação "formal" será devidamente observada quando dos proximos possíveis aditamentos. Esclarecemos que por ocasião dos aditamentos relatados foram realizadas consultas informais, junto ao contratado a respeito da aceitabilidade da renovação contratual. Através do Ato Super 011/2010 de 29/03/2010 foi designada gestora do contrato 122/2005 a empregada Maria Alice e Silva. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Informamos que a recomendação relativa ao item § 4º informamos que está sendo devidamente observada a partir do advento da IN MPOG 02 de 30/04/2008. Especificamente em relação ao contrato em tela informamos que foram realizadas pesquisas de preços informais, por ocasião dos aditamentos contratuais. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Resalvamos que as pesquisas de preços devem ser formalizadas conforme previsto no Art. 30 § 2º da IN SLTI/MPOG n.º 2/2008 que diz: Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de mercado ou de preço contratados por outros órgãos e entidades da Adm Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Adm. Mesmo posicionamento deverá ser observado para as consultas a respeito da aceitabilidade da renovação contratual, ou seja formalmente e cuja resposta também deverá vir formalizada. Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	636 - - Não localizamos, no processo, o Ato de Superintendência nomeando o fiscal do contrato conforme previsto no Art. 67 Seção IV da Lei n.º 8.666/93; a motivação para a contratação, nem o parecer da PRORE acerca da legalidade da licitação, objeto do Edital n.º 004/2006 e respectiva chancela, assim como os motivos que geraram a revogação do Edital n.º 001/2006.	636.1 - Recomendamos à SUREG/SP providenciar, mesmo que a destempo, a nomeação por meio de Ato de Superintendência, do Fiscal do Contrato; Recomendamos à SUREG/SP elaborar texto sobre a motivação referente à contratação efetuada, anexando-o ao processo e remetendo cópia à AUDIN;	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente

		Recomendamos à SUREG/SP que elabore texto justificando os motivos pelos quais o Edital nº 001/2006 foi revogado, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP que providencie junto à PRORE, parecer jurídico acerca da legalidade do contrato, bem como sua chancela, remetendo cópia à AUDIN.	As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos as providências referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/2010 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Em relação às recomendações contidas neste item, informamos que foram adotadas as seguinte providencias. Foi designado o empregado Manoel Medeiros como gestor do contrato 014/2008, através do Ato Super 008/2010 de 26.03.2010. Foi elaborado o texto referente a motivação para a contratação efetuada e remetido cópia à AUDIN. O pregoeiro esclareceu que o edital 001/2006 foi revogado, em função de ter sido constatado inconsistência na redação do item 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - Item 7.1 que constava como critério para julgamento das propostas de preço "PREÇO GLOBAL", quando o correto seria "PREÇO GLOBAL POR UNIDADE", uma vez que a licitação envolvia mais de uma Unidade Armazenadora. Foi providenciada a devida chancela no contrato em questão e encaminhado cópia à AUDIN. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	637 - - Foi efetuada a Adjudicação para empresa Secure Master Vigilância e Segurança Ltda, que ofertou o menor preço, mas no relatório final do pregão nº 03/2007, onde se faz necessária a assinatura do pregoeiro e de um representante da Equipe de Apoio faltou consignar a assinatura da equipe, responsável pelo apoio ao procedimento licitatório (fl.123); - Não localizamos no processo o Ato de Superintendência nomeando o fiscal do contrato conforme previsto no Art. 67 Seção IV da Lei n.º 8.666/93. - Não localizamos no processo a motivação da aquisição/contratação. - Não localizamos no processo o Extrato da publicação no DOU, do 1º Termo Aditivo. - Faltou a assinatura e identificação de uma das testemunhas instrumentárias (fl.146). - Não consta no 1º Termo aditivo, a data em que o mesmo foi assinado, a sim a data em carimbo, do reconhecimento da assinatura por parte da contratada, ocorrida na cidade de Lorena/SP (fl.162); -	637.1 - Recomendamos à SUREG/SP providenciar, mesmo que a destempo, a nomeação através de Ato de Superintendência, do Fiscal do Contrato, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP elaborar texto que dê motivação à aquisição/contratação efetuada, anexando-o ao processo e remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP localizar ou justificar a falta do extrato de publicação no DOU do 1º termo aditivo, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP complementar o Contrato nº 010/2007 (fl.146), colhendo a assinatura e identificando a testemunha instrumentária faltante, remetendo cópia à	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos às providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/10 de 29.06.10. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada.

	O 2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 10/2007, foi celebrado sem o parecer e a chancela da PRORE/SUREG-SP (fls.228 e 229); - Constatamos o recebimento de E-mail de "marcosroger.candido@bol.com.br" (fl.237), datado de 16.10.2009 informando que a sra. Sandra de Fátima Inocêncio, representante por procuração da empresa contratada, Secure Master, desapareceu com todo o seu faturamento. Solicita-se pela ocorrência que a CONAB não deposite valores na conta da mesma, devido ao bloqueio dos numerários por ordem judicial, o que prejudicaria o pagamento aos seus empregados, oferecendo uma nova conta para que fosse depositado novos numerários destinados àquela empresa (Ag. 0300 / Op. 013 / Conta: 102.397-0). - O novo Contrato de n.º 018/2009 assinado com a SL - Serviços de Segurança Privada Ltda (fls.293 a 303), em que pese a Nota Técnica PRORE/SUREG-SP/FF n.º 02/2009 (fls.280 e 281) não obstando a contratação, não localizamos a chancela da PRORE nem a assinatura das duas testemunhas instrumentárias conforme preceitos legais. (fl. 303).	AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP providenciar a legalização do 1º Termo Aditivo (fl.162), preenchendo a data em que o mesmo foi assinado, e remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP que providencie junto à PRORE, parecer jurídico acerca da legalidade do 2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 10/2007, bem como as devidas chancelas, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP, com base no E-mail à folha 237, informar os procedimentos que foram adotados com relação à veracidade do assunto, face não ter sido localizado no processo nenhum documento que a atestasse, bem como em qual conta efetivamente foi depositado algum numerário após essa ocorrência; Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, as chancelas devidas ao novo contrato assinado com a SL - Serviços de Segurança Privada Ltda (fls. 293 a 303), bem como a identificação e o preenchimento das duas testemunhas instrumentárias faltantes (fl.303), remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP colher a assinatura, no relatório final dos membros da equipe que procedeu a licitação (fl.123).	de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Em relação às recomendações contidas neste item, informamos: Foi designado o empregado Valdinei de Oliveira como gestor do contrato 018/2009, através do Ato Super 006/2010 de 26.03.2010. Cópia do Ato foi encaminhado à AUDIN. Foi elaborado pela GEOPE texto relativo a motivação para a contratação efetuada e foi encaminhado cópia para a AUDIN. o 1º Termo Aditivo foi publicado no DOU de 08/05/2008. Cópia da publicação foi encaminhada à AUDIN. Foi providenciada a assinatura e identificação da testemunha instrumentária no contrato 010/2007 e foi remetido cópia do mesmo à AUDIN. Foi providenciado a colocação da data no 1º Termo Aditivo (06/05/2008) e foi encaminhada cópia do mesmo à AUDIN. Foi providenciado a devida chancela do 2º Termo Aditivo ao contrato 010/2007 e foi encaminhada cópia do mesmo à AUDIN. Constatado a veracidade do fato relatado no referido e-mail, retivemos os valores passíveis de pagamento à contratada, para garantia de possíveis débitos trabalhistas, não havendo mais nenhum pagamento à contratada a partir da competência 09/2009. Foi colhida a assinatura faltante do membro da equipe de licitação. Foram providenciadas as chancelas ao contrato da SL, bem como a identificação e assinatura das testemunhas instrumentárias faltantes e remetido cópia do mesmo à AUDIN. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	638 - - Não localizamos no processo a motivação da contratação; - Não localizamos, no processo, o Ato de Superintendência nomeando o empregado encarregado de fiscalizar e acompanhar o andamento do Contrato Administrativo ("Agente 67"). - O aviso de alteração do Pregão n.º 07/2009 foi publicado no DOU n.º 177 de 16.09.2009, na data prevista para a abertura das propostas, sem contudo mencionar esse motivo. - Com a desclassificação da empresa Secure Master Vigilância e Segurança Ltda (CADIN), foi chamada a 2ª colocada Aço Forte Segurança e Vigilância Ltda, contudo não consta formalmente nos autos nenhum contato visando a renegociação que efetivamente demonstre que a 2ª colocada tenha aceito as condições da 1ª, se não aceitas deveriam ser estendidas, sequencialmente, aos demais participantes. - O COMPRASNET é o	638.1 - Recomendamos à SUREG/SP providenciar, mesmo que a destempo, a nomeação do Fiscal do Contrato por meio de Ato de Superintendência, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP elaborar texto que justifique a motivação da contratação efetuada, anexando ao processo e remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP mencionar o motivo da alteração do Pregão n.º 07/2009, conforme extrato publicado no DOU nº 177 de 16.09.09, data prevista para a abertura das propostas objeto da licitação; Recomendamos à SUREG/SP informar se foi formalizado à Aço Forte Segurança e Vigilância Ltda, como 2ª colocada no certame, proposta de	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos as providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, em forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/10 de 29.06.10. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada.

	ambiente virtual para conversação e trocas de mensagens acerca do procedimento licitatório, visando a total transparência do processo a todos os participantes. Documentação como o FAX SUREG/SP s/n.º, à folha 181 do processo, deveria ser subscrito pelo Superintendente Regional e não pelo Pregoeiro. - Não localizamos no processo a chancela do Contrato n.º 017/2009 objeto do Pregão Eletrônico CONAB n.º 007/2009 - Processo n.º 21.201.000498/2009-61 conforme parecer PRORE/SUREG-SP n.º 036/2009 de 08.10.09, não obstando a homologação de seu resultado (fl. n.º 265). - Não localizamos, no processo, o Ato de Superintendência nomeando o Fiscal do Contrato conforme previsto no Art. 67 Seção IV da Lei n.º 8.666/93.	renegociação nos preços, nas mesmas condições cotada pela desclassificada Secure Master Vigilância e Segurança Ltda, justificando em caso negativo, o motivo do fechamento do contrato nas bases de preços originalmente cotados pela 2ª colocada; Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, a regularização do contrato n.º 017/2009, quanto às chancelas, remetendo cópia à AUDIN;	de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Em relação às recomendações deste item informamos: Foi designado o empregado Manoel Medeiros para gestor do contrato 017/2009, através do Ato Super 017/2009 de 26.03.2010 e remetido cópia do mesmo à AUDIN. Foi elaborado pela GEOPE texto justificando a motivação para contratação efetuada e remetido cópia do mesmo à AUDIN. O pregoeiro esclareceu que o pregão eletrônico n.º 07/2009, previsto para o dia 16/09/2009, foi republicado em função da necessidade de adequação dos valores máximos admitidos na licitação, conforme previsão da portaria MPOG/SLTI n.º 06 de 10/07/2009, em virtude da CONAB ter acolhido o recurso de impugnação da empresa licitante (PROSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA). O pregoeiro presumiu que com a desclassificação do primeiro colocado não caberia negociação, por entender que já não havia mais competição a ser praticada em função dos valores ofertados estarem 12,07% abaixo dos valores admitidos pela Portaria MPOG/SLTI 06 de 12/07/2009. Informamos que foi providenciado junto à Procuradoria Regional a devida chancela do contrato 017/2009 e encaminhado cópia do mesmo à AUDIN. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP n.º 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	639 - - Em que pese o parecer da PRORE/SUREG/SP n.º 41/2008 (fls.142 a 148) não obstar quanto à homologação do resultado do certame, verificamos que a mesma não chancelou o Contrato (fls.157 a 164). - Verificamos que deixou de constar do Contrato de n.º 024/2008 (fls.157 a 164), a testemunha instrumentaria por parte da contratada (fl. 164). - Não localizamos, no processo, o parecer e a chancela da PRORE/SP referente ao 1º Termo Aditivo (fl.169 e 170), bem como a identificação da testemunha instrumentaria por parte da contratada; - Não localizamos, no processo, o Ato de Superintendência nomeando o Fiscal do Contrato conforme previsto no Art. 67, Seção IV da Lei n.º 8.666/93.	639.1 - Recomendamos à SUREG/SP providenciar, mesmo que a destempo, a nomeação através de Ato de Superintendência, do Fiscal do Contrato, remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, o cancelamento do contrato objeto do Parecer Jurídico PRORE/SUREG-SP n.º 41/2008 (fls.142 e 148), remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP providenciar a legalização do Contrato n.º 024/2008 (fls.157 a 164), solicitando a indicação e identificação da testemunha instrumentaria por parte da contratada (fl.164), remetendo cópia à AUDIN; Recomendamos à SUREG/SP providenciar junto à PRORE, parecer jurídico acerca da legalidade do 1º Termo Aditivo, com o cancelamento e a identificação da testemunha instrumentaria da	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o posicionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos as providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos Auditores, na forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/10 de 29.06.2010. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente

		contratada, remetendo cópia à AUDIN;	Em relação às recomendações deste item informamos: Foi designado o empregado Luiz Carlos Soré como gestor do contrato, através do Ato Super 004/2008 de 19/01/2009. Foi providenciado junto à Procuradoria Regional o cancelamento do contrato 024/2008 e remetido cópia do mesmo à AUDIN. Foi providenciada a legalização do contrato 024/2008 com a identificação da testemunha instrumentária por parte da contratada e remetida cópia do mesmo à AUDIN. Foi providenciada identificação da testemunha instrumentária da contratada no 1º Termo Aditivo e remetido cópia à AUDIN. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação.
	640 - Verificamos que todos os contratos celebrados em todo o país, pelas SUREGs, deveriam municiar o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI do Governo Federal, e a Gerência de Contratos - GECOT, da Superintendência Administrativa - SUPAD, na Matriz, que analisa essas informações/dados e as compila, gerando o "Relatório de Contratos Administrativos e Cessão de Uso de Bens Imóveis", que deveria refletir dados próximos aos contidos tanto no SIAFI e nas Regionais. Entretanto confirmamos que os dados/informações fornecidos pelas Regionais e pela GECOT não guardam consonância com os que estão registrados no SIAFI, demonstrando por sua vez que não existe um sistema, organização e controle eficientes desses dados/informações, que entre outras utilidades subsidiam os trabalhos de Planejamento desta Auditoria Interna, no tocante aos contratos e licitações da Companhia.	640.1 - Recomendamos à SUREG/SP contatar a Gerência de Contratos - GECOT, visando interação entre as áreas envolvidas (SUREG X GECOT X SIAFI) para promover ações de "feedback" que retroalimente continuamente os dados/informações no SIAFI.	de jose.santiago em 31/05/2010 como Pendente Considerando que já decorreram 31 dias após o prazo estipulado para resposta da presente recomendação. solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/SP acerca da(s) resposta(s) que venham a satisfazer o solucionamento da pendência. de jose.beresi em 30/06/2010 como Pendente As informações e esclarecimentos, bem como os documentos relativos as providências adotadas referentes as recomendações deste item, foram encaminhadas para análise dos auditores, na forma de dossiê, através da CI/SUREG/SP 1756/10 de 29.06.10. de jose.santiago em 01/07/2010 como Pendente Ainda não recebemos referido dossiê, mas independentemente dele, esclareço que as respostas devem necessariamente serem postadas via sistema SIAUD, para cada recomendação efetuada. de jose.beresi em 05/07/2010 como Pendente Em relação ao contido neste item, informamos que, através da CI/SUREG/SP 1315 de 21/05/2010, iniciamos entendimentos com a DIRAD, no sentido de disponibilizar um técnico para ministrar treinamento para os empregados envolvidos com a área de contratos da SUREG-SP. de jose.santiago em 05/07/2010 como Solucionado Diante do acima relatado, reflexo da CI-Sureg/SP nº 1756/2010 de 29/6/2010 já em nossa posse, damos como solucionada essa recomendação, cujo dossiê fará parte integrante do "file" respectivo.
22/2010 - (CF) - SUREG SP/SP -	823 - Em 31.7.2010 as rubricas apresentavam os saldos contábeis	823.1 - Recomendamos à Sureg/SP informar à AUDIN,	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente

	de R\$ 91.376,24, registrados na UG 135325 – Conab Sede Sureg São Paulo e R\$ 91.145.033,21, registrados nas UG(s) 135331 - UA/Bauru, 135486 – UA/Carapicuíba, 135487 – UA/Garça e 135531 – UA/Bernardino de Campos, respectivamente, compreendendo estoques próprios e de terceiros. Constatamos impropriedades, que relacionamos nas tabelas a seguir: Consoante demonstrado nas tabelas, informamos: a) Existem faturas/duplicatas a receber, que permanecem pendentes de pagamento, uma das quais está pendente desde agosto/2009; b) Existem fatura/duplicatas a receber sem o devido amparo legal, que é a mercadoria em estoque; c) Nos itens 2,4,5 e 6 da tabela 1, não constatamos as mercadorias em estoques que deram origem às respectivas faturas; d) No item 9, consta pequeno resíduo pendente de pagamento; e) No item 1 da Tabela 2, constatamos mercadorias em estoque em nome do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, cuja proprietária é a Conab; f) Nos itens 2 e 3 da Tabela 2, existem mercadorias em estoque (UA/Garça) em que os serviços de armazenagem não estão sendo faturados.	as providências de cobranças, visando o ressarcimento das faturas a receber pendentes, tendo em vista que alguns débitos não estão acobertados por estoques de mercadorias, contrariando o contido na CI/DIRAB n.º 998 de 22.7.2010.	Discriminamos abaixo o recebimento das faturas de serviços prestados, ficando pendente apenas 1 NFS do Incra-SP (vide item 10). Entretanto, a Sureg continua mantendo contatos com a direção daquele Órgão, visando o ressarcimento total do débito. Item 01. > c/c nº 050.750.028-89 - Antonio aparecido Morelato > Valor de R\$ 124,97 recebido através da 2010RA003195 de 17/09/10 Item 02. > c/c nº 05.475.305/0001-73 - Alimentos Santa Cruz Ltda. > Valor de R\$ 2.026,07 recebido através da 2010RA002814 de 10/08/10 Item 03. > c/c nº 07.937.313/0001-10 - Olinto Rodrigues de Arruda e Outro > Valor de R\$ 6.623,22 recebido através da 2010RA003211 de 30/09/10 Item 04. > c/c nº 08.050.473/0007-09 - Paulo Roberto Brito Boechat > Valor de R\$ 805,69 recebido através da 2010RA002802 de 10/08/10 Item 05. > c/c nº 08.554.245/0001-72 - Ulysses de Barros Fernandes > Valor de R\$ 228,96 recebido através das 2010RA002776 a 002779 de 09/08/10 Item 06. > c/c nº 08.593.860/0001-98 - Victor Brandão Teixeira > Valor de R\$ 242,71 recebido através das 2010RA002831 e 002838 de 10/08/10 Item 07. > c/c nº 10.896.251/0001-50 - Silvio Oliveira Barros > Valor de R\$ 866,65 recebido através da 2010RA003191 de 17/09/10 Item 08. > c/c nº 118.247.188-96 - Lilian Luchiari Baraldi Ninin > Valor de R\$ 195,69 recebido através da 2010RA003058 de 10/09/10 Item 09 > c/c nº 192.506.818-87 - Armando Pereira Farias > Valor de R\$ 20,53 recebido através da 2010RA002984 de 08/09/10 Item 10. > c/c nºs 373066 e 37201 – INCRA > do valor total de R\$ 5.932,71 , a Conab recebeu através da 2010RA003201 de 23.09.10 o valor de R\$ 4.517,29, referente ao débito do exercício de 2010. Entretanto, a Sureg enviou ao INCRA cópia da NFS nº 4844, emitida em OUT/2009, visando receber o valor de R\$ 1.415,42. de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > Em aditamento ao Item 10, esclarecemos que o INCRA-SP liquidou o débito de R\$ 1.415,42, conforme RA 3222 de 08/10/2010 de em 18/10/2010 como Solucionado Tendo em vista o recebimento dos débitos, consideramos o item solucionado.
		823.2 - Recomendamos à Sureg/SP informar a AUDIN, sobre a emissão das faturas dos itens 2, 4, 5 e 6, já que na análise da conta Mercadorias de Terceiros em Depósito não constatamos os respectivos estoques.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente > Mesmo não tendo estoque na UA Garça, o débito foi cobrado e recebido com multa e juros. Nesse sentido, o Gerente da UA. foi alertado, novamente, para não liberar mercadoria sem a quitação dos débitos, sob pena de ser responsabilizado. de joao.filho em 18/10/2010 como Solucionado Conforme resposta da Sureg/SP, o item está solucionado.

		823.3 - Recomendamos à Sureg/SP analisar o resíduo do item 9, e em detrimento do custo/benefício proceder a baixa, se for o caso.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente > O valor foi recebido com multa e juros em 08.09.10 - RA 2984. de joao.filho em 18/10/2010 como Solucionado Item solucionado.
		823.4 - Recomendamos à Sureg/SP alterar a denominação do proprietário da mercadoria em estoque (item 1 tabela 2) de PNUD para a Conab.	de em 11/10/2010 como Pendente > No mês de AGO/2010, a UA. Carapicuíba providenciou a alteração a denominação do proprietário dos "Kit's Peixe", passando para o Estoque Estratégico da Conab. de joao.filho em 18/10/2010 como Solucionado Consoante resposta da providência adotada pela Sureg/SP, o item foi solucionado.
		823.5 - Recomendamos à Sureg/SP informar à AUDIN, as providências de cobranças para as mercadorias citadas nos itens 2 e 3 da Tabela 2 cujos estoques estão depositados na UA/Garça.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente Item 2. > c/c nº 07.998.258/0003-30 - Osmar Fernandes de Jesus e Outro > Mercadoria em Estoque = R\$ 24.458,70 > providência: em 30/09/2010 foram emitidas as NFS's nºs 5644 e 5650, referentes à cobrança de armazenagem. Item 3. c/c nº 78.320.397/0010-87 - Capal Cooperativa Agroindustrial Mercadoria em estoque = R\$ 1.981,70 > providência: em 30/09/2010 foram emitidas as NFS's nºs 5646 a 5649 e 5643, referentes à cobrança de armazenagem. de joao.filho em 18/10/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/SP das providências de cobrança adotadas, o item será baixado.
		823.6 - Recomendamos à Sureg/SP esclarecer à AUDIN, o porquê da conta corrente (item 10 tabela 1) estar com o código da UG e não CNPJ como as demais.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente > Esclarecemos que o item 10 da Tabela 1 esta com o código da UG, uma vez que o SIAFI sempre substitui o CNPJ por UG quando se trata de UG pertencente ao Sistema. Esse fato ocorre com Órgãos governamentais, ou seja, Incra, Ceagesp, etc. de joao.filho em 18/10/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/SP o item será baixado.
	824 - "Registra os recursos a receber provenientes da aplicação de autos de infração, da aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias (vinculadas a créditos tributários) ou decorrentes de quebra de cláusulas contratuais. Os créditos decorrentes da quebra de cláusulas contratuais podem ser pagos em espécie, glosa ou através de fornecimentos." Em 31.7.2010 a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$ 70.425,33 distribuído em quatro contas correntes registradas na UG	824.1 - Recomendamos à Sureg/SP orientar o Secof, para interagir com a Sucon, visando a figurar a razão social do item 1 da tabela 3. Também avaliar a transferência dos débitos para o Ativo Realizável a Longo Prazo.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente > Quando uma empresa consta na Receita Federal na situação de "extinta", não aparece o nome no SIAFI. Assim, para se fazer lançamento é preciso que a SUCON solicite a liberação da inscrição junto à Receita Federal, para que o lançamento seja efetivado. Portanto, entendemos ser de difícil solução. Assim, em AGO/2008 a Matriz da Conab solicitou que esses os débitos fossem alocados na conta de Longo Prazo, considerada à época

	135325 – Conab – Sede Sureg São Paulo. Constatamos que todos os débitos encontram-se ajuizados.		como “a mais adequada”. de joao.filho em 19/10/2010 como Pendente Acatamos a explicação, sobre a dificuldade de se fazer figurar a razão social no item 1 da tabela 3. Está faltando apenas a transferência para o Longo Prazo, conforme orientação da Matriz. de claudio.penteado em 22/10/2010 como Pendente Tendo em vista que a Prore-SP esclareceu que todos os processos abaixo relacionados estão cadastrados e ajuizados no SICOBNET, informamos que o Secof-SP providenciou as transferências para o “Longo Prazo”, na conta nº 12.249.11.00 – “Créditos a Receber em Poder da Justiça”: a) Mercantil Semente Fértil Ltda > Processo nº 2006.61.00.15120-0 - 7ª Vara Cível de São Paulo. b) Comercial Portal Verde Ltda > Processo nº 2006.6100015122-4 - 5ª Vara Cível de São Paulo - SP; c) Granovale Comercial Agrícola Perez > Processo nº 2006.6116001386-3 - 2ª Vara Cível de Campinas - SP; d) Sacaria Bonsucesso Ind Com Ltda > Processo nº 20066105009987-8 - 4ª Vara Cível de São José do Rio Preto - SP. Dessa forma, entendemos que este item está solucionado de joao.filho em 08/11/2010 como Baixado Consoante resposta da Sureg/SP e constatação no Siafi, consideramos o item baixado.
	825 - Em 31.7.2010 as contas apresentavam os saldos de R\$ 189.039,19 e R\$ 77.940,63, contabilizados nas UGs em destaque na tabela a seguir: No confronto dos saldos contábeis com o Relatório de Saldo de Férias não constatamos divergências relevantes. Apenas um saldo negativo de férias de R\$ 0,07 referente ao exercício de 2009. Quanto aos demais saldos, residuais, de férias deverão ser ajustados no encerramento do exercício. Observamos na UG 135331, as pendências nos valores de R\$ 878,96 (férias) e R\$ 484,78 (13º Salário), relativas ao empregado matrícula n.º 054842, que está em auxílio doença previdenciário, desde 30.4.2009. Na UG 135331, houve também a concessão de adiantamento de férias ao empregado matrícula n.º 082692, no valor de R\$ 513,39, em mai/2009. O desconto da 1ª parcela (R\$ 73,34) ocorreu em ago/2009. O empregado entrou de licença médica, em 30.7.2009, e a partir de 13.8.2009 entrou em	825.1 - Recomendamos à Sureg/SP interagir com a Sucon no sentido de proceder a regularização da pendência de férias relativa ao empregado matrícula n.º 082692 e informar à Audin quando da solução.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente > Foi solicitado à SUREH/GETOP o desconto das férias do empregado Mauricio Aparecido de Oliveira (matrícula 082692), conforme CI.SUREG/SP nº 2321/2010 Assim, a regularização iniciou-se na folha de pagamento do mês de setembro/2010 de em 19/10/2010 como Baixado Conforme resposta da Sureg/SP e constatação no Siafi, já foi reiniciado o desconto das 4 parcelas restantes do Adiantamento de Férias. O item será baixado.

	auxílio-doença, retornando em 1º.12.2009. Houve o desconto da 2ª e 3ª parcelas, em jan e fev/2010, restando mais 4 parcelas de R\$ 73,34 as quais deverão ser comandadas na FOPAG a partir de set/2010. No momento da auditoria foi expedida a CI.Sureg/SP n.º 2321, para Sureh/Gefop, objetivando a regularização da pendência.		
	826 - "O Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF é o instrumento de pagamento, emitido em nome da Unidade Gestora, com características de cartão de crédito, destinado a pagamentos de despesas de Suprimento de Fundos, operacionalizado por instituição financeira autorizada (Banco do Brasil), utilizado exclusivamente pelo Portador nele identificado, designado pelo Ordenador de Despesas da Unidade." Confrontamos as contas referentes ao Cartão de pagamentos do Governo Federal – CPGF / Suprimentos de Fundos com as prestações de contas mensais dos supridos designados pelo Ordenador de Despesas da Sureg/SP. Constatamos que as referidas prestações de contas não estão sendo arquivadas em pastas individualizadas por suprido. Lembramos que as compras efetuadas com o CPGF, podem ser visualizadas no Portal de Transparência do Governo Federal. Listamos abaixo documentos que compõe a prestação de contas referentes à utilização do CPGF: – A Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos; – NE(s) – Nota de Empenho da Despesa; – Os documentos originais (Nota Fiscal/Fatura/Recibo/Cupom Fiscal), devidamente atestados, emitidos em nome da Conab, comprovando as despesas realizadas; – RA(s) – Registro de Arrecadação, referentes às devoluções de valores sacados e não utilizados; – GPS, se for o caso; – Cópia do documento de arrecadação do ISS, se for o caso; – Cópia das faturas emitidas pelo Banco do Brasil.	826.1 - Recomendamos à Sureg/SP emitir orientação à área responsável, para montar processos individualizados, para o arquivamento de todos os documentos referentes às prestações de contas do referido cartão de pagamento, encaminhando cópia à Audin.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > Orientamos o SECOF no sentido de reorganizar o arquivo dos documentos relativos ao Cartão de Pagamento, de forma individualizada, a partir de 01/01/10. de joao.filho em 19/10/2010 como Baixado Conforme orientação emitida pela Sureg/SP, consideramos o item baixado.
	827 - Em 31.7.2010 as rubricas apresentavam saldos contábeis descritos nas UG(s) especificadas na tabela abaixo. Observamos divergência entre o saldo contábil e o Mapa de Inventário de Mercadoria - MIM dos estoques do Mercado de Opções /SP, emitido pelo Sistema x-FAC, no valor de R\$ 2.399.118,99. A divergência entre o saldo contábil e o extracontábil decorreu do "retorno diferencial de transferência na remoção de mercadorias referente às NLS de transferência da UG 135432 para a UG 135443 de 09mar10 a 24jun10, ICMS de frete pago antecipadamente por força de Regime Especial do ICMS". O Secof/SP emitiu as NL(s) 000231, 000232 e 000236 explicando e estornando a diferença apresentada e consequentemente compatibilizando os saldos divergentes. Contudo, não foi apresentada conformidade documental	827.1 - Recomendamos à Sureg/SP, criar uma força tarefa, visando a elaboração de planilhas consistentes da operação ocorrida, que demonstrem as divergências apresentadas, resguardando assim a Companhia, de futuros questionamentos pelos Órgãos de Controle.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > A divergência contábil foi equacionada com a emissão pela SUREG-SP em 02/08/10 da NL 236 da UG 135443, devidamente correspondida pela SUREG-MT através da NL 2266 da UG 135432 de 24/08/20. Colocamo-nos a disposição da SUREG-MT para realização da composição dos saldos. de joao.filho em 19/10/2010 como Pendente Conforme orientação da AUDIN para a elaboração de planilha consistente dos saldos divergentes, o item continuará pendente, aguardando a elaboração desta. de claudio.penteado em 22/10/2010 como Pendente

	consistente para o referido registro.		Primeiramente, esclarecemos que este item trata da diferença nos estoques da UG 135443, no valor total de R\$ 2.399.118,99, com posição em 31/07/2010. Quando da remoção de milho do "Mercado de Opção", ao invés da Sureg-MT ter realizado os lançamentos contábeis pelos valores reais das Notas Fiscais de Transferências, durante 4 meses fez pelos valores registrados no X-Fac, conseqüentemente, agregando a despesa do ICMS do frete pago antecipadamente por aquela Sureg de origem, conforme regime especial de saída do imposto. Tal procedimento inadequado gerou uma diferença de valores entre as Suregs's de origem (MT) e de destino (SP), porém essa diferença foi devolvida e aceita pela Sureg/MT, através das NL 236 UG 135443 e NL 2266 da UG 135432, respectivamente, procedimentos que corrigiram os estoques desta Sureg-SP. Considerando que atualmente não existe diferença nos estoques da Sureg/SP e, pela informação de que a SUCON teria enviado um técnico à Sureg/MT para compor os estoques daquele Estado, entendemos que a planilha pleiteada deve ser solicitada à Sureg/MT, local em que gerou a diferença (ou dúvidas) constatada por essa Audin. de joao.filho em 25/10/2010 como Solucionado Consoante resposta apresentada pela Sureg/SP e interação do assunto com a Sucon/Gecov que é a Gerência responsável pelas Operações Governamentais, a resposta foi acatada. Apenas retificamos que a UG 135432 (Sureg de origem) trata-se do Mato Grosso do Sul-MS e não MT.
	828 - Em 31.7.2010 a conta apresentava os saldos de R\$ 20.004.867,19, R\$ 4.247.666,00 e R\$ 5.579.276,60, registrados nas UGs 135326 - Unidade Estoque Estratégico/SP, 135443 - Mercado de Opção/SP e 135555 - Unidade Conab PAA/SP, respectivamente, distribuídos em 909 contas correntes de agricultores e/ou cooperativas de produtores rurais. Em relação ao acompanhamento dos Adiantamentos a Fornecedores - CPRs Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque, por amostragem, verificamos, de acordo com os controles apresentados pelas áreas contábil e operacional, que os registros não estão compatíveis. No confronto dos controles mencionados, referentes ao saldo acumulado até jul/2010, constatamos juntamente com a área operacional, as seguintes diferenças em relação a UG 135555: a) na c/c n.º 74444258000113, o saldo contábil é de R\$ 417.981,20 e o operacional de R\$ 63.000,00. A diferença de R\$ 354.981,20 deverá ser avaliada e baixada contabilmente. Verificar também o registro dos juros correspondentes; b) na c/c n.º 07865741000184, o saldo	828.1 - Recomendamos à Sureg/SP proceder a análise e a regularização das pendências citadas.	de claudio.penteado em 22/10/2010 como Pendente Primeiramente, informamos que, apesar dos esforços envidados pelos técnicos da Geope e do Secof, não foi possível terminar o levantamento de todas as pendências apontadas por essa AUDIN. Entretanto, informamos alguns itens analisados pelo Secof, a saber: CONTA 11.319.01.00 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES Posição em 31.07.10 UG 135326.....R\$ 20.004.867,19 UG 135443..... R\$ 4.247.666,00 UG 135555..... R\$ 5.579.276,60 Distribuídos em 909 Contas Correntes > Item a - em fase de levantamento e análise; > Item b - trata-se da 2009NE000267 de 19out09 - Projeto 31.09.140 MDA, porém aguardando que a Geope esclareça sobre o empenho de OUT/09 (em aberto); Item c- aguardando esclarecimentos da Geope, porque nada foi encontrado na contabilidade; > Item d - aguardando informações da Geope para posterior contabilização; > Item e (*) - valor recebido através da 2010RA003107 de 10set10 - UG 135325 c/ encargos e baixado através da 2010NL000092 de 14set10 - UG 135555. > Item f - aguardando informações da Geope para posterior contabilização; > Item g (*) - valor recebido através da 2010RA003348 de 19out10 - UG

operacional é de R\$ 118.932,00. Não localizamos o mesmo registro no balancete contábil. O Secof deverá verificar a existência desse saldo na conta Restos a Pagar; c) na c/c n.º 055898230001-18, o saldo operacional é de R\$ 45.474,00. Adotar o mesmo procedimento da letra b; d) na c/c n.º 01989828000187, o saldo contábil é de R\$ 209.977,20. Falta a baixa contábil do pagamento em produto, através da NF n.º 359, de 31.3.2010. Falta também, a contabilização relativa ao valor de R\$ 578.000,00 e a baixa de R\$ 483.330,50, referente ao pagamento parcial em produto (Projeto n.º 3109223); e) na c/c n.º 02260443000147, houve emissão de GRU, no valor de R\$ 108.500,00, para pagamento em 30.8.2010; f) na c/c n.º 09025349000152 existe o saldo contábil de R\$ 66.496,20. A Geope deverá verificar se este foi baixado; g) na c/c n.º 73162786000117, houve emissão de GRU, no valor de R\$ 104.994,00, para pagamento em 30.8.2010; h) na c/c n.º 10473900000100, o saldo contábil de R\$ 930.946,80 foi pago em 18.8.2010. Após avaliação, proceder a baixa contábil; i) na c/c n.º 02921528000129, existe o saldo contábil de R\$ 143.428,80. A Geope deverá verificar se este foi baixado; j) na c/c n.º 09407111000191, houve emissão de GRU, no valor de R\$ 234.486,60, para pagamento nos dias 30.8 e 30.9.2010 (contemplando dois projetos); k) na c/c n.º 09552872000137, existe o saldo contábil de R\$ 4.960,00. A Geope deverá avaliar a existência desse saldo; l) na c/c n.º 10365647000170, existe o saldo contábil de R\$ 25.928,00. A Geope também deverá verificar a existência desse saldo; m) quanto aos demais saldos da Unidade Conab PAA/SP, verificamos que estão compatíveis com o saldo contábil (até jul/2010); n) na UG 135443 (MO/SP), na c/c n.º 09751813867, o saldo contábil é de R\$ 13.333,34 e o operacional é de R\$ 15.000,00. Falta a baixa no controle operacional; o) na UG 135326 (Unidade Estoque Estratégico), na c/c n.º 07457697000173, existe o saldo contábil de R\$ 102.194,40, no entanto, falta baixar o lançamento do dia 27.7.2010, referente a NF n.º 001311, de 26.7.2010, no valor de R\$ 11.489,13 (CPR n.º 3109022). O expediente que dará sustentação ao referido registro já foi elaborado, e encontra-se na Superintendência para as devidas providências; p) verificamos também, na UG 135326, na c/c n.º 03969520000103, NF n.º 49, de 23.7.2010, valor contábil: R\$ 80.738,07, valor operacional: R\$ 58.493,54 (CPR n.º 3109010). Avaliar e proceder os acertos; q) a compatibilização dos demais saldos e/ou acertos deverão ser		135325 c/encargos e baixado através da 2010NL000102 de 19out10 - UG 135555; > Item h (*) - valor baixado através da 2010NL000077 de 19ago10; > Item i - aguardando informações da Geope para posteriores providências; > Item j - aguardando informações da Geope para posteriores providências; > Item k (*) - Saldo pago através da 2010Ra002943 de 27ago10 - UG 135325, no valor de R\$ 5.772,76 (incluído os encargos) e baixa 11319 através da 2010NL000084 de 31ago10 - UG 135555 > Item l (*) - Pagamento de R\$ 16.000,00 através da 2010RA003016 de 09set10 - UG 135325 e baixa através 2010NL000091 de 13set10 - UG 135555, restando a dívida de R\$ 9.928,00 (mais os encargos); > Item m - aguardando informações da Geope para posteriores providências; > Item n (*) - trata-se da CPR 3100200 de R\$ 15.000,00 com pagto através das 2008RA003486 e 2008Ra003584 e de duas parcelas de R\$ 416,67 e rebate de outras duas parcelas de R\$ 416,66 (não baixado nos controles da Geope). > Item o (*) - baixa contábil em 09ago10 através da 2010NL000092 - UG 135326; > Item p (*) - Em 09ago10 a Geope baixou R\$ 58.493,54 através da 2010NL000953 - UG 13536, ficando o saldo contábil de R\$ 22.244,53 (compatível com operacional); > Item q - aguardando informações da Geope para posteriores providências; OBS.: Itens resolvidos Finalizando, esclarecemos que estamos prevendo para a próxima semana o término deste trabalho, inclusive com os acertos contábeis e operacionais. de zilda.silva em 08/11/2010 como Pendente Solucionados (letras: e, g, h, k, l, o e p); demais itens: aguardando as providências apontadas, visando a compatibilização dos saldos contábeis x operacionais.
---	--	---

	efetuados pela área operacional e contábil antes do encerramento do exercício. Constatamos que a renegociação das dívidas, relativas à CPR Alimento (MOC - Título 34), contraídas em 2003 e 2004 e a regulamentação da MP n.º 432, estão de acordo com o Art.15-B da Lei n.º 11.322, de 13.7.2006, alterada pela Lei n.º 11.420, de 20.12.2006 e a Lei n.º 11.775, de 17.9.2008. Foi concedido perdão ou desconto de 50% do valor da dívida renegociada, ficando a Região Sudeste com pagamento prorrogado, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Unidade auditada conta com um controle desenvolvido na Geope. Justifica a área que o fato de não utilizar os Sistemas Sinteg e/ou xFAC deve-se a problema de dificuldades de sistematização das informações, bem como, da migração do Sistema Sinteg para o xFAC. A área sugere o desenvolvimento de um sistema "de simples uso" objetivando a uniformização de procedimentos para todas as Suregs. Sugere também, disponibilização de orçamento para contratação de digitadores para alimentação do sistema.		
		828.2 - Visando o acompanhamento das operações de recebimento dos débitos, conforme preceitua a Resolução n.º 23, de 9.2.2007, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, publicada no DOU n.º 30, de 12.2.2007 e também o contido no item 7 - Acompanhamento/Controle, do Título 34 - Aditamento de Cédula de Produtor Rural - CPR, Comunicado Conab/MOC n.º 005, de 25.2.2007 e Nota Técnica Digem/Supaf n.º 5, de 26.11.2008, recomendamos à Sureg/SP efetuar a checagem e compatibilização sistemática entre controles contábeis e operacionais.	de claudio.penteado em 22/10/2010 como Pendente > Ratificamos que, apesar de todos os esforços envidados no sentido de promover a análise e regularização das pendências apontadas, não foi possível terminar o levantamento de todas as CPR's e contas pertinentes aos projetos formalizados por esta Sureg/SP, conseqüentemente, a compatibilização sistemática entre os controles contábeis e operacionais. Nesse sentido, estamos prevendo para a próxima semana o término deste trabalho, inclusive com os acertos contábeis e operacionais. de zilda.silva em 08/11/2010 como Pendente Aguardamos a conclusão dos trabalhos.
	830 - Em 31.7.2010 as contas apresentavam os saldos de R\$ 121.658,32 e R\$ 191.179,73, respectivamente, registrados na UG 135325 - Sede da Sureg/SP, cujos débitos estão distribuídos em 35 contas correntes. O saldo de R\$ 121.658,32 refere-se a reclamação trabalhista n.º 1.399/92 do ex-empregado Itagibá Patovani, conforme a 2007NL29. O referido processo encontra-se com a seguinte situação: a) em 11.3.2005 os cálculos judiciais foram homologados de acordo com a planilha apresentada pelo Reclamante (R\$ 536.945,90). O valor com atualização pelos índices do TST, extrapola a R\$ 1.000.000,00. A Conab entende, que esse montante não está	830.1 - Tendo em vista a CI.Difin nº 266, de 11.11.2009 (Portaria Presi nº 294, de 10.11.2009), recomendamos que a Prore, em conjunto com a Gefad/Secof, envie esforços no sentido de compatibilizar os saldos do razão contábil, com o Relatório dos Depósitos Recursais (Posição de Saldos de Contas Vinculadas - PSCV, extraída do Sistema de Conectividade Social da CEF), visando à análise dos processos arquivados judicialmente e não baixados contabilmente (exemplo: item 30).	de claudio.penteado em 13/10/2010 como Pendente Conforme informação recebida da PRORE-SP, no dia 08/10/2010 a Sureg/Sp recebeu a Procuração Pública para levantamento dos alvarás de depósito recursal. Assim, estamos providenciando a documentação para, quando a greve bancária terminar, adotarmos os procedimentos junto à Caixa Econômica Federal da Justiça do Trabalho. de zilda.silva em 08/11/2010 como Pendente Pendente.

	correto; b) após várias tentativas de reverter a situação, não restou à Conab, outra alternativa que não a propositura de Medida Cautelar cumulada com Agravo de Instrumento que concedeu o efeito suspensivo à execução. O processo encontra-se tramitando na 2ª vara judicial do TRT, aguardando julgamento dessa Medida; c) em 17.8.2010, a decisão foi proferida no sentido de determinar perícia contábil a ser feita com base na sentença proferida, onde deverá ser abatido o valor pago e apurado o montante a ser liquidado. No confronto dos saldos contábeis com a Consulta de Saldo IS da Caixa Econômica Federal, de 10.5.2010 (data crédito/juros); e ainda de acordo com o Controle de Processos Judiciais – CPJ, da Prore, temos a informar: a - (4) verificamos pela conciliação contábil que falta lançar no CPJ - Prore, o depósito recursal, no valor de R\$ 5.621,90, relativo ao Processo n.º 00712.2009.08902000 – 89ª VT SP. Não consta na Consulta de Saldo IS da CEF (posição: 31.5.2010), uma vez que o depósito foi efetuado em 22.7.2010; b - (6) na Consulta de Saldo IS da CEF consta apenas o valor de R\$ 5.485,62 e no CPJ - Prore os valores de R\$ 5.357,25 e R\$ 6.642,75; c - (8) para o valor de R\$ 14,46, falta alterar na conciliação contábil a c/c (04963580810) e a denominação (Antônio Fonseca da Silveira); d - (14) dos controles examinados entre a C.C, CEF e CPJ, registramos que o valor de R\$ 5.357,25 (depositado em 20.2.2009), não consta nos controles da Prore, por isso deverá ser verificado; e - (15) o depósito recursal de 20.10.2008, no valor de R\$ 5.357,25 + o complemento R\$ 242,75, relativo ao Processo n.º 00196.2008.089-15-00-1 – 2ª VT Bauru/SP, não consta no IS. Verificar junto à CEF; f - (17) o depósito recursal de 10.5.2010 (data de expedição da Conab), no valor de R\$ 5.621,90, referente ao Processo n.º 024220090050.2007 – 5ª VT SP, não consta no IS. Verificar junto à CEF; g - (21) o depósito recursal de 11.7.2008, no valor de R\$ 4.993,78, referente ao Processo n.º 0002020080430.2003– 2ª TRT RO, não consta no IS. Verificar junto à CEF; h - (23) o depósito recursal de 23.7.2008, no valor de R\$ 4.993,78, referente ao Processo n.º 0235520070790.2005– 2ª TRT RO, não consta no IS. Verificar junto à CEF; i - (27) o depósito recursal de 9.1.2009, no valor de R\$ 5.000,00, referente ao Processo n.º 01972-2008-203-02-00-1– 3ª VT Barueri SP, não consta no IS. Verificar junto à CEF; j - (28) o depósito recursal, de 16.6.2008, no valor de R\$ 4.993,78, referente ao Processo n.º 01066200708915005 – 15ª TRT RO (equip. Salarial), não consta no IS. Verificar junto à CEF;	
--	---	--

	k - (30) consta na Prore o valor de R\$ 5.621,90, depositado em 5.3.2010 (Processo n.º 00848200901202004; 12ª VT SP), falta verificar junto à CEF a quitação dos valores de R\$ 5.502,49 e R\$ 2.547,14, referente a contabilização do Processo n.º 300/2000-1 SDI-VT RO (R\$ 13.543,01); l - (31) o depósito recursal de 1º.10.2009, no valor de R\$ 5.621,90, referente ao Processo n.º 01414-2007-005-15-00-0, 1ª VT SP, não consta no IS. Verificar junto à CEF; m - (32) o depósito recursal de 1º.10.2009, no valor de R\$ 4.000,00, referente ao Processo n.º 02545-2007-078-02-00-6 78ª VT SP, não consta no IS. Verificar junto à CEF.		
	831 - O saldo de R\$ 17.674,13, inscrito na UG 135326 - Unidade Estoque Estratégico/SP, em 31.7.2010, trata-se de pendência desde 1995, inerente a operação de compra e venda simultânea, Prodea, AVE n.º 230/95, em nome da Empresa Coml. Trigo e Massas Ltda. De acordo com o Processo n.º 024.96.084.957/8, a pendência originou-se na operação realizada através do leilão do dia 14.7.1995, na Bolsa de Mercadorias de Minas Gerais - Minas Bolsa. A empresa Coml Trigo e Massas Ltda. teve falência decretada pela JUCEMG e a Ação Judicial de Habilitação de Crédito estava tramitando na 3ª Vara de Falências e Concordatas de Belo Horizonte/MG (Processo n.º 02499-149.620-9). Sobre o andamento da ação a Prore informou, que dificilmente a Conab receberá o crédito, uma vez que, após análise conjunta dos processos judiciais pelas Procuradorias Regionais de SP e MG, foi constatado que a empresa e os respectivos sócios não possuem mais bens.	831.1 - Recomendamos à Sureg/SP manter a Audin informada com relação ao andamento da ação.	de claudio.penteado em 07/10/2010 como Pendente Conforme informação obtida junto à PRORE-SP, o processo mencionado em questão pertence à Justiça Federal de Minas Gerais e pelas últimas informações que obtivemos, o mesmo encontra-se arquivado. Houve a falência da empresa "Comercial Trigo e Massas" e não se recuperou nenhum bem de tal empresa ou dos respectivos sócios para satisfazer o débito da CONAB. Sugerimos, também, que o questionamento seja feito à Procuradoria Regional de Minas Gerais. de zilda.silva em 08/11/2010 como Baixado Débito baixado através da 2010NL1158.
	832 - Em 31.7.2010 houve registro, nesta conta, no montante de R\$ 121.987,77, na UG 135325 - Conab/Sede Sureg/SP, cujas pendências detalhamos na tabela a seguir: Os saldos mencionados são originários de débitos desde o exercício de 1991, relativos às vendas para abastecimento social (Rede Somar). Prefeitura Municipal de Agudos - dentre os devedores citados destacamos a Prefeitura com a dívida no valor de R\$ 45.238,60, Processo n.º 01.248/00, referente ao fornecimento de 962 cestas básicas. Em jun/2005, o saldo, com correção, passou para R\$ 92.419,55 (juros de 1% ao mês). Em 14.3.2005 foi proferida a sentença reconhecendo o direito da Conab de receber a quantia de R\$ 50.081,82 da Prefeitura	832.1 - Tratando-se de saldos remanescentes de longa data (como exemplo: 1991), tendo em vista a MSG Sucon n.º 2005/0673415, de 22.6.2005, reiteramos as orientações da Difin/Sucon à Sureg/SP para analisar os saldos desta rubrica, observando as possibilidades de cobranças judiciais para aqueles passíveis de ajuizamento e/ou para aqueles que, por ventura, não seja favorável ao ajuizamento e de difícil recebimento por outras vias, formalizar processos, fundamentando cada caso, para solicitar a autoridade competente a autorização para a baixa contábil.	de claudio.penteado em 15/10/2010 como Pendente > Os valores registrados nesta rubrica referem-se a débitos da extinta Rede Somar. A maioria desses valores tiveram processos ajuizados. Estamos interagindo com a PRORE-SP, no sentido de identificar os respectivos processos, visando o levantamento de documentos que possibilitem dar o encaminhamento recomendado pelos Auditores. de joao.filho em 20/10/2010 como Pendente Vamos aguardar o levantamento dos documentos proposto pela Sureg/SP para dar o encaminhamento recomendado. de claudio.penteado em 04/11/2010 como Pendente

	Municipal de Agudos. O Processo n.º 2001.61.08.006503-4 (1.ª Vara da Justiça Federal de Bauru), encontra-se desde 22.3.2007 no TRF da 3.ª Região para julgamento de Recurso. A Prore informou que solicitará ao Escritório Terceirizado o desarquivamento dos processos restantes, na justiça federal, visando a possibilidade de recuperação do crédito e/ou baixa contábil.		> Prefeitura Municipal de Agudos A CONAB moveu uma ação contra a Prefeitura de Agudos - Processo Judicial nº 2001.61.08.006503 - 1ª Vara da Justiça Federal de Bauru - SP e que, atualmente, encontra-se no Tribunal Regional da 3ª Região para julgar recurso. O valor atualizado é de R\$ 190.962,00. > Outras ações Esclarecemos que as demais ações constantes deste item encontram-se arquivadas e a PRORE está em contato com o escritório terceirizado para desarquivá-las. O desarquivamento de tais ações demora, aproximadamente, de 2 a 6 (seis) meses. Somente de posse dos autos é que será feita a análise referentes aos documentos que constam nos autos, valor da causa e se haverá a possibilidade de recuperação dos créditos à CONAB. de zilda.silva em 10/11/2010 como Pendente Aguardamos as providências citadas.
	833 - A Sureg/SP possui uma frota composta por dez veículos e dois caminhões, na Sede e nas Unidades Armazenadoras jurisdicionadas. O trabalho foi realizado na Sede da Sureg e compreendeu a análise da documentação e vistoria de alguns veículos. A Sede possui seis veículos, em boas condições de uso e licenciamentos de 2010 regularizados. Nos Formulários de Controle de Tráfego e Despesas de Veículos observamos campos não preenchidos, quando do uso do veículo, contrariando a Norma específica. Apesar de não termos visitado as Unidades Armazenadoras, alertamos para as condições de uso dos seus veículos, tendo em vista que são do ano de 1996, frota envelhecida. Havia multas que não estavam sendo registradas nas contas específicas de Multas. Eram pagas pela locadora que posteriormente cobrava da Conab. O pagamento era registrado na conta Locação de Meios de Transportes, como despesa de locação de veículo e culminava com a emissão da GRU para o empregado responsável pela infração. Esses procedimentos são contrários às orientações contidas na CI/SUCON nº 0331 de 2.5.2005.	833.1 - Diante das constatações, recomendamos à Sureg/SP que, doravante, todas as Multas e Juros sejam registradas, nas respectivas contas de despesas (Multas Dedutíveis) e sua consequente contrapartida na conta de apuração (1.9.9.1.3.10.00) Multas e Juros.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > Estamos contabilizando as multas de trânsito, independente de ser veículo próprio ou alugado, na conta 33390.3936 - Multas Indedutíveis e na conta 11229.0500 - Responsáveis por Danos ou Perdas, conforme pode ser constatado pelos registros realizados através da NS 2582 e 2603 e BK 724 e 748 da UG 135325. de joao.filho em 08/11/2010 como Solucionado Item solucionado, consoante resposta e providências da Sureg/SP.
		833.2 - De acordo com o estado de conservação e o tempo de uso dos veículos das UA(s), recomendamos à Sureg/SP envidar esforços junto às áreas competentes para uma possível troca dos Fiats Uno (1996) por veículos mais novos.	de claudio.penteado em 07/10/2010 como Pendente Esclarecemos que neste exercício a Sureg formalizou 2 solicitações de troca de veículos, a saber: 1ª - CI. SUREG/SP nº 1270/2010, datada de 18/05/2010: a Sureg relata à DIFIN as precárias situações dos veículos que atendem as nossas UA's, bem como, solicita verificar a possibilidade de efetuarmos a substituição da frota; 2ª - Fax SUREG/SP nº 1861/2010, datado de 08/07/2010: no intuito de modernizar a frota existente, a Sureg informou à Supad a necessidade de 6 novos veículos de pequeno porte, visando substituir os veículos que estão

			em piores condições de uso (Sede e UA's) . Finalizando, o Sr. Superintendente continua mantendo contatos com a Matriz da Conab, no sentido de obter êxito na renovação da frota de veículos. de em 20/10/2010 como Baixado Diante das providências já adotadas, vamos considerar o item como baixado, visto tratar-se de solução não imediata.
	834 - Em 31.7.2010, a conta apresentava o saldo de R\$ 7.289,66, registrado na UG 135325 – Sede da Sureg/SP. A pendência é relativa às contas do FGTS/NOP de ex-empregados (Augusto Carlos Santarelli, Elizeu Zanotto, Jair Gíglío, José de Andrade, Maria Regina Fernandes, Newton Benassi Neves e Waldir Michielin) que tiveram suas indenizações efetuadas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT ou por Termo de Quitação Individual de Indenização ou que fizeram transação homologada judicialmente (Requerimento enviado à CEF, em 1º.2.2001). Em relação a essa questão, atendendo à solicitação da Matriz, observamos, na auditoria de 2005, consoante Processo nº 1662/04 (fl. 41 - verso), que o dossiê foi encaminhado à Sureh/Gefop, para providências junto à CEF. Segundo a área administrativa a situação continua inalterada.	834.1 - Recomendamos que a Sureg/SP em conjunto com a Dirad/Sureh, adote medidas visando a regularização da pendência, posicionando a Audin sobre o andamento do assunto.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > A regularização desta conta foi solicitada à SUREH/GEFOP, em 2005, haja vista que sua regularização depende de providências junto à CEF /Matriz localizada em Brasília-DF. de zilda.silva em 08/11/2010 como Pendente Pendente. de claudio.penteado em 19/01/2011 como Pendente Acatando a recomendação dessa Audin, reiteramos à SUREH a regularização dessa pendência, conforme CI. SUREG/SP nº 068/2011 (anexo) de zilda.silva em 06/04/2011 como Pendente Aguardamos a resposta da CI. SUREG/SP nº 068/2011.
	835 - Em 31.7.2010 as contas apresentavam os saldos de R\$ 467.345,36 e R\$ 363.596,41, contabilizados nas UGs 135331 – UA Baurú e 135325 – Sede da Sureg/SP, receptivamente, referentes às apropriações dos contratos de prestação de serviços, firmados com as empresas mencionadas nos comentários a seguir: O saldo de R\$ 467.345,36 (13) refere-se a apropriação do contrato de serviços de armazenagem/correlatos, em caráter emergencial, pela transferência de mercadorias apreendidas (contrato DRF/Bauru n.ºs 05 e 06/2007), conforme Processo n.º 21201.0113/2007-01 (contrato Conab n.º 19/2007). Consoante informações da UA Bauru o contrato foi encerrado em jul/2007. Por amostragem, na UG 135325 – Sede da Sureg/SP, de acordo com as conciliações contábeis e o Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis - jul/2010 (Supad/Gecot e Sureg/SP), temos a comentar: a) o Setad está tendo dificuldades em atualizar os dados no Sistema de Gestão de Contratos – Siscot/Sureg/SP (exemplo: Power	835.1 - Tendo em vista o encerramento do contrato (DRF/Conab Bauru n.º 19/2007), recomendamos à Sureg/SP a regularização do saldo contábil.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > O saldo contábil apontado foi regularizado através da NL 138 – UG 135331 de 07/10/2010. Em tempo, orientamos os empregados do SECOF/SP no sentido de melhorarem os históricos dos registros contábeis. de zilda.silva em 09/11/2010 como Solucionado Solucionado.

	Clean; contrato n.º 0015; vigência: 15.10.2009 a 14.10.2010). Constatamos que o contrato foi rescindido em 2.3.2010; b) as conciliações, de uma maneira geral, foram atualizadas no momento da auditoria (elaboradas até out/2009), prática não recomendada; c) na empresa C.B.S Limpeza e Conservação Ltda. (1) (vigência: 1º.10.2009 a 30.9.2010), referente ao Processo n.º 2120104/2007, a Sureg expediu e-mail em 4.8.2010, para a empresa manifestar-se sobre o interesse na renovação do contrato, objetivando a emissão do Termo Aditivo; d) Mega J J – Asseio e Conservação Ltda.(2) - em relação ao preenchimento do relatório consta dados incorretos (vigência: 4.5.2010 a 3.5.2010) na 2ª coluna do Termo Aditivo. Constatamos que foi elaborado o segundo Termo Aditivo, visando a repactuação do valor mensal do contrato e encaminhado à Prore para análise e chancela do Termo Aditivo; e) S L Serviços de Segurança Privada Ltda.(3) (contrato n.º 6 – vigência: 16.2.2010 a 15.2.2011) – foi autorizado pela Dirad, em 4.8.2010, o acréscimo de um posto noturno de vigilância para UA Bauru (passando o valor mensal do contrato de R\$ 25.640,00 para R\$ 30.050,00). O Setad está providenciando a assinatura do Termo Aditivo; f) quanto a UA Bernardino do Campo/SP(3) (contrato n.º 018/2009; vigência: 1.6.2010 a 31.5.2011) - em virtude da Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 (MTE SP000581/2010), consoante o Termo de Apostilamento n.º 01/2010, assinado em 1º.7.2010, foi autorizada a alteração do valor do contrato de R\$ 9.079,66 para R\$ 9.617,00; g) Trans-ser Serviços de Cargas e Descargas (7) (vigência: 1º.9.2009 a 31.8.2010) – a empresa não tem interesse na renovação do contrato. Está sendo licitado através de Pregão Eletrônico a contratação dos serviços de braçagem. Os Processos n.ºs 21201.630.2010-78 (UA Bauru); 21201.631.2010-12 (UA Garça); 21201.632.2010-67 (UA Bernardino de Campos) e 21201.633.2010-10 (UA Carapicuíba), encontram-se na Prore para análise do Edital.		
		835.2 - Recomendamos à área contábil proceder a análise e a regularização dos saldos, relativas aos serviços de motoristas e vigilância armada (UA Bauru e Bernardino dos Campos). Avaliar os lançamentos dos contratos e registrar as despesas nas Unidades Jurisdicionadas correspondentes. Alertamos para a obrigatoriedade de observar o princípio contábil do regime de competência.	de claudio.penteado em 14/10/2010 como Pendente > Os registros foram regularizados e encontram-se devidamente registrados nas respectivas unidades jurisdicionadas, conforme recomendação dos Auditores. de zilda.silva em 10/11/2010 como Pendente UG 135531 - Solucionado; UG 135331 - Pendente:consoante a letra "e" - sugerimos avaliar o saldo contábil (serviços de vigilância); UG 135325 - Pendente: sugerimos avaliar o saldo contábil (serviços de motorista).

			de claudio.penteado em 14/12/2010 como Pendente a) UG 135331 – Item “e” – Serviço de Vigilância A partir do mês de setembro de 2010, o serviço de vigilância na UA. Bauru, representado na conta 19972.0200, teve um aumento de 1 posto de trabalho. Assim, efetuamos a complementação da apropriação através da 2010NL000158 de 10/11/2010, com custo mensal de R\$ 31.050,00 (até fev/2011). b) UG 135325 – Serviço de Motorista Os serviços de motoristas realizados pela empresa Santa Lucia Comércio Prod. Limpeza - CNPJ nº 08.604.419/0001-64, no valor contratado de R\$ 3.453,97 lançado na conta 19972.0200, eventualmente apresentam divergências decorrentes de despesas lançadas na conta 33390.3979, em virtude de pagamentos de horas extraordinárias e/ou descontos de faltas dos empregados. de zilda.silva em 03/01/2011 como Solucionado Solucionado.
	836 - Em 31.7.2010, as contas apresentavam os saldos de R\$ 526.286,31 e R\$ 10.619,13, respectivamente, contabilizados na UG 135325 – Sede da Sureg/SP. Na análise das contas, observamos as seguintes pendências: a) Power Clean Administradora de Serviços - na conta 2.1.2.1.1.02.00, o saldo de R\$ 1.667,79, refere-se aos serviços gerais do mês de jan/2010, das UAs Bernardino de Campos e Bauru, conforme as NFs n.ºs 208 e 209, 2010NS32 e 33. E o saldo de R\$ 816,32, da conta 2.1.2.1.1.01.00, refere-se a NF n.º 210, da UA Garça. Observamos que o contrato da empresa mencionada foi rescindido unilateralmente (data: 2.3.2010); b) Júlio Rodrigues de Barros (conta 2.1.2.1.1.02.00) - o saldo de R\$ 5.000,00, refere-se a parte dos serviços do Projeto de Prevenção a Incêndio da UA Garça, que está aguardando aprovação do Corpo de Bombeiros para fazer o pagamento final da contratação (2008NS1490); c) o saldo de R\$ 3.141,94 (conta 2.1.2.1.1.02.00), refere-se ao Curso da Pós Graduação “Lato Sensu” em Direito Contratual, para o empregado matrícula n.º 107044 (2008NS3668/parc. de R\$ 3.864,00), que será quitado no segundo semestre de 2010; d) o saldo de R\$ 809,40 (conta 2.1.2.1.1.02.00), refere-se a fornecimento de galões de água. De acordo com as NFs n.ºs 10840, 11026, 11205, 11394, 11605 e 11786, o fornecedor está com cadastro e certidões vencidas (Sicaf). Em relação às Cooperativa Agropecuária Castrolanda e Cooperativa Agroindustrial - Capal, c/c n.ºs 76108349001185 e 78320397000277,	836.1 - Recomendamos também à Sureg/SP verificar se, de fato, o saldo remanescente da 2009NE530 da UG 135327 será liquidado em 2010. Caso negativo, observamos que esse orçamento não poderá ser utilizado para outras operações, devendo-se efetivar a baixa de Restos a Pagar Não Processados antes do encerramento do exercício em curso.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente Através do fax SUREG/SP nº 2804, datado de 06/10/2010, a Sureg solicitou à DIFIN autorização para utilização dos recursos do AGF - NE nº 2009NE000530, visando regularizar os pagamentos dos AGF's pendentes de feijão e trigo. Entretanto, a Matriz da Conab não se manifestou sobre o assunto, até a presente data. Caso contrário, a Sureg vai providenciar a baixa de Restos a Pagar Não Processados, conforme orientação dessa Auditoria. de zilda.silva em 10/11/2010 como Pendente Considerando o tempo decorrido, sugerimos reiterar os termos do Fax.Sureg/SP n.º 2804. de claudio.penteado em 14/12/2010 como Pendente Informamos que a Geope reiterou um posicionamento da Matriz, através do fax SUREG nº 3.374, endereçado à DIFIN em 30/11/2010. de zilda.silva em 03/01/2011 como Pendente Aguardando resposta do Fax.Sureg nº 3374.

	respectivamente, os saldos de ago/2010, em aberto, na conta 21211.02.00, nos valores de R\$ 1.463.310,14 e R\$ 174.056,28, conforme as 2009NE530 (R\$ 5.626.800,00 – conta: RP Não Processados a Liquidar) e 2009NE533 (R\$ 1.350.000,00 – conta Restos a Pagar), tratam-se da aquisição de trigo e tricale AGF – safra 2008 (NFs divs.) e de feijão anão cores – AGF (NFs. n.ºs 3, 31, 32, 40, 77 e 104). Os saldos pendentes de pagamento aos fornecedores são relativos às operações advindas de exercício anterior. Destaque-se os valores mencionados, registrados em nome da Cooperativa Agropecuária Castrolanda e Capal. Segundo informações da Sureg/SP esses valores foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2009, sendo liquidados em 2010 as operações efetivadas com a entrega das mercadorias e a emissão das notas fiscais correspondentes. Segundo a área operacional, houve a demanda das Cooperativas para reserva orçamentária e disponibilidade na Matriz. Contudo não houve continuidade, por parte das Cooperativas, para a concretização das AGFs. O aproveitamento desse orçamento para realização de AGF a outros fornecedores, está sendo verificado pela área junto à Difin.		
	837 - Constatamos que a Sureg/SP encontra-se com duas certidões desatualizadas (Secretaria da Receita Federal - SRF e Fazenda Estadual). A situação irregular no Sicaf contraria, enquanto fornecedores de bens e serviços ao poder público, a determinação da Egrégia Corte de Contas. Informamos também, que todos os dados cadastrais da Sureg/SP juntamente com os nomes dos dirigentes da Conab, estão desatualizados.	837.1 - Recomendamos à Sureg/SP envidar esforços junto às áreas responsáveis e/ou envolvidas, para priorizar a regularização das certidões vencidas, buscando desta forma o restabelecimento de regularidade fiscal no Sicaf e atualizar os dados cadastrais da Sureg, e dos dirigentes da Conab.	de claudio.penteado em 20/10/2010 como Pendente > A conab não consegue obter a CND Estadual, uma vez que existe desde 1989 um débito relativo a ICMS. Entretanto, a Sureg vem mantendo tratativas junto à Secretaria da Fazenda Estadual, visando algum tipo acordo (compensação, Programa de Parcelamento Incentivado, etc.). Nesse sentido, a PRORE já informou à PROGE (Comunicação Interna nº 508 de 23.03.2009) e à SUFIN (Comunicação interna nº 364 de 6 de março de 2009) que a Execução Fiscal nº 2007.61.82.006439-3 em trâmite perante a 3ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo sobre o valor de tal execução que, atualizado até o corrente mês, chega ao valor de R\$ 9.629.072,20 (nove milhões, seiscentos e vinte e novel mil e setenta e dois reais e vinte centavos). Ressaltamos que, embora os Embargos opostos pela CONAB tenham sido recebidos, a execução não se encontra garantida, podendo o Juízo requerer a devida caução que deverá ser efetuada nas formas previstas nos incisos do art. 9º da Lei 6.830/1980. É praticamente certo que o mandado de intimação será expedido em 2011, mas, também, há a probabilidade de tal mandado ocorrer em 2010. 1) Execução Fiscal nº 1999.61.82.004087-0 - 6ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - houve autorização judicial para substituição da penhora em depósito judicial em dinheiro pela CONAB. Assim, em setembro de 2008, a CONAB depositou em juízo o valor de R\$ 3.461.656,43 (três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e

		seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos). Assim, foi cancelada a penhora no imóvel da CONAB e o mesmo foi posteriormente alienado. 2) Execução Fiscal nº 96.0524318-0 - 4ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - SP - a CONAB aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS e quitou o débito devido, com 50% de desconto, no montante de R\$ 1.078.604,08 (um milhão, setenta e oito mil e seiscentos e quatro reais e oito centavos). 3) Execução Fiscal nº 970564598-1 - 6ª Vara das Execuções Fiscais - valor já garantido pela CONAB judicialmente no valor R\$ 2.405.849,10/ Embargos à Execução nº 20096182006078-5 - encontra-se no TRF da 3ª Região para análise e julgamento. 4) Execução Fiscal nº 05470624319974036182 - 4ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo -valor atualizado do débito R\$ 612.332,64/ Embargos à Execução Fiscal nº 970547063 - encontra-se no TRF da 3ª Região desde 17.03.1998 para análise e julgamento. 5) Execução Fiscal nº 00040879219994036182 - 6ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - valor atualizado do débito R\$ 3.859.470,86/ Embargos à Execução nº 19996182012247-3 - encontra-se no TRF - 3ª Região para análise e julgamento de recurso. 6) Execução Fiscal nº 2004.6182052023-3 - 10ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - valor atualizado do débito de R\$ 26.289,02 7) Execução Fiscal nº 970564599-0 - 6ª Vara das Execuções Fiscais - SP - valor atualizado do débito de R\$ 319.134,60. 8) Execução Fiscal nº 960510174-2 - 2ª Vara das Execuções Fiscais - SP - valor do débito atualizado de R\$ 18.761,34/ Embargos à Execução nº 960534103-4 - encontra-se no TRF - 3ª Região para análise e julgamento de recurso. 9) Execução Fiscal nº 960534102-6 - 2ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - SP - valor do débito atualizado R\$ 18.754,39/ Embargos à Execução Fiscal nº 960534103-4 - encontra-se no TRF da 3ª Região para análise e julgamento 10) Execução Fiscal nº 05093164919944036182 - 2ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo - SP - valor do débito atualizado R\$ 36.289,02/ Embargos à Execução nº 950503782-1 - encontra-se no TRF da 3ª Região para análise e julgamento. de em 19/11/2010 como Baixado De acordo com a recomendação, existiam à época, duas certidões vencidas: a SRF e a Faz. Estadual. A certidão da SRF já está regularizada pela Matriz, ficando pendente de regularização apenas a certidão da Faz. Estadual. Como a regularização do débito em questão está sendo tratado junto à Secretaria da Fazenda Estadual, solicitamos à Sureg/SP a atualização dos dados da Sureg e dos dirigentes da Conab no Siasg, para considerarmos o item como baixado.
	838 - Constatamos que a Unidade Armazenadora Carapicuíba está	838.1 - Recomendamos à Sureg/SP solicitar às áreas de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente

	apresentando divergência no endereço constante no Cadastro Nacional de Armazéns e no que consta na Intranet: . Rod. Pres. Castelo Branco, s/nº, Km 21 – Barueri / SP; . Av. Jussara – nº 1.250 – Jardim Santa Cecília – Barueri / SP.	responsáveis, a unificação do respectivo endereço da Unidade Armazenadora no Cadastro de Armazéns e na Intranet.	> A Sureg já providenciou a correção do endereço da UA. Carapicuíba. de joao.filho em 20/10/2010 como Solucionado Consoante resposta da Sureg/SP o item foi unificado.
	839 - Verificamos no Sicarm, em relação a situação cadastral do CDA n.º 79.0287.0020-6, UA Bernardino de Campos (credenciado/Impedido): - Suarm/Gecad - consta no Sicarm, na lista de impedimentos, a falta de estrado de madeira ou lona para pisos diferentes de asfáltico ou concreto impermeabilizado. - Sureg/SP - A Secretaria do Patrimônio da União - SPU alega que a Unidade está dentro de uma área onde se encontra uma outra empresa (Bercamp), que atua como fábrica de ração animal, sendo que estas encontram-se no mesmo terreno e com uma única inscrição, onde consta o nome da empresa mencionada. Ficou definido em reunião realizada em fev/2010, na Matriz, juntamente com a Suarm e SPU que seria feito o desmembramento do terreno com inscrições distintas para as referidas empresas.	839.1 - Recomendamos à Sureg/SP juntamente com a Suarm informar com relação ao assunto.	de claudio.penteado em 11/10/2010 como Pendente Existem no imóvel do ex-IBC o armazém e as casas que estão sendo utilizadas pela Conab, além de uma outra área cedida a uma fábrica de ração da região. Assim, embora o imóvel esteja registrado na mesma matrícula, não existe nenhuma ligação direta das áreas utilizadas pela Conab e a fábrica, inclusive por estarem separadas pela linha férrea. Diante do exposto e pelo fato da UA. possuir todos os equipamentos e materiais necessários (estrados, lonas plásticas, etc) , o SEOPE/SP já providenciou a atualização do cadastro, conseqüentemente, o desimpedimento da citada unidade armazenadora. de joao.filho em 21/10/2010 como Solucionado Consoante resposta da Sureg/SP e consulta no Sicarm a Unidade Armazenadora já se encontra credenciada.

17 – Outras Informações Consideradas Pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão.

Aqui são apresentados os aspectos organizacionais e corporativos que influenciaram nos resultados apresentados no Relatório de Gestão de 2010 – Sureg-SP, e estão diretamente relacionados aos recursos humanos e às edificações, além dos aspectos operacionais, administrativos e funcionais.

17.1. Estrutura Física

Em sede própria, localizada na Alameda Campinas nº 433, em prédio com 1.037 m² de área útil, além de 36 vagas cobertas na garagem, a representação regional de São Paulo tem local apropriado e à altura de sua posição no cenário do agronegócio brasileiro e para atender ao seu público de relacionamento estratégico (empregados, gestores, parceiros, consumidores, beneficiários, sociedade brasileira etc).

As Unidades Armazenadoras localizadas em Bauru, Garça, Bernardino de Campos e Carapicuíba (nesta última também se localiza o arquivo geral da Sureg/SP) não possuem problemas de estrutura física. As construções pertenceram ao antigo Instituto Brasileiro do Café-IBC e têm mais de 40 anos de uso. A Conab mantém rigoroso cronograma de manutenções preventivas e corretivas nessas unidades, sobretudo quanto aos requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. O novo acesso e portaria da Unidade de Bauru trouxeram maior facilidade para a entrada e saída de veículos, no local.

17.2. Estrutura de Pessoal

O volume das demandas operacionais da Sureg/SP, na maioria das vezes, tem sido superior à capacidade de execução da Regional.

O contingente de pessoal, tanto na área técnico-operacional, quanto nas áreas que sofrem reflexos diretos e indiretos no cumprimento das ações - contábil, operacional e administrativa - resume-se a 80 empregados em efetivo exercício, dos quais 3 (três) foram aprovados em concurso público, 3 (três) vieram transferidos de outras regionais, 01(um) retornou à empresa pela lei de anistia e 02(dois) estão em auxílio- doença.

Quadro XCIX – Demonstrativo do Quadro de Lotação da Sureg/SP

LOTAÇÃO	EMPREGADOS
SUREG	5
PRORE	2
GEOPE	27
GEFAD	21
GEDES	9
TOTAL SUREG	64
UA. BAURU	8
UA. GARÇA	3
UA. BERNARDINO DE CAMPOS	2
UA. CARAPICUIBA	3
TOTAL UA'S	16
TOTAL GERAL DA SUREG	80

Fonte: Sereh

Também as Unidades Armazenadoras se ressentem da escassez de mão de obra, agravada em razão de que a maioria dos empregados está, na média, na faixa etária superior aos 45 anos.

A renovação do quadro de pessoal da Superintendência, através de concurso público, readequação funcional de acordo com as tarefas desenvolvidas, ações encorajadoras para aposentadoria através de programas de desligamento incentivado e, enquanto não houver a viabilidade dessa renovação, a capacitação contínua, através de cursos EaD e presenciais, trarão à empresa uma produtividade ainda maior, com a facilidade de ação menos sacrificada, por parte da sua equipe.

17.3. Estrutura de Tecnologia da Informação

Em 2010, foram adquiridos equipamentos de informática para substituir os obsoletos e melhorar a rede interna da Regional. Ainda assim, a adoção de “*upgrade*” em TI continua sendo uma necessidade que, se atendida, vai melhorar o desempenho funcional e, conseqüentemente, o atendimento das demandas provenientes dos programas governamentais. Também, a implantação de “*softwares*” adequados garantirá excelência nos controles das operações de subvenção, movimentação de estoques e de documentos.

A efetivação da emissão de Notas Fiscais Eletrônicas, para atender às exigências da Secretaria Estadual de Fazenda, fez com que a Sureg-SP desse continuidade a um treinamento mais aprofundado dos funcionários envolvidos na operação do X-FAC.

17.4. Estrutura Organizacional

A Sureg-SP é composta por um Superintendente, um Assistente, uma Procuradoria Jurídica e três segmentos gerenciais:

- GEOPE – Gerência de Operações;
- GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa; e
- GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico.

Também subordinadas à Superintendência, estão quatro Unidades Operacionais:

- UA. Bauru
- UA. Garça
- UA. Carapicuíba
- UA. Bernardino de Campos

A atual estrutura organizacional foi implantada há 7 anos e teve como principal modificação a redução de dois setores. Ocorreu, então, a seguinte fusão: Os Setores Fiscal e Contábil formaram o **SECOF**; os Setores de Material e de Serviços Gerais formaram o **SETAD**.

Em que pese essas alterações e o lapso de tempo decorrido desde a implantação, o que se observa hoje é a ausência de setores específicos para tratar dos assuntos inerentes aos tributos e fiscais. As legislações pertinentes são extensas, dinâmicas e com frequentes modificações, o que exige atendimentos especializados.

Há que se destacar, ainda, a necessidade de se ter um setor cujas atenções são voltadas para o atendimento satisfatório de todos os elementos que compõem a Agricultura Familiar, programa governamental de crucial importância no estado de São Paulo.

Diante do exposto, fica sugerida a criação de uma gerência para atender às demandas da Agricultura Familiar e de um setor que dê suporte às atividades fiscal e tributária.

O eficaz serviço de Ouvidoria existente na Conab Sede, se estendido às superintendências, trariam o levantamento das não conformidades porventura existentes, aperfeiçoando ainda mais os serviços da Sureg-SP.

17.5. Impactos na Gestão

Nos resultados apresentados em todos os demonstrativos que compõem este relatório e no detalhamento das ações levadas a efeito pela Sureg/SP, fica patenteado o volume significativo dos trabalhos desempenhados na Superintendência Regional da Conab, em São Paulo, no exercício de 2010, com destaque especial para:

- pagamentos e créditos de milhões de reais em tributos federais, estaduais e municipais;
- milhares de operações de subvenção, com considerável movimentação financeira;
- movimentação de produtos;
- incentivos ao aumento de produção de alimentos;
- doações de alimentos;
- treinamentos e incentivos à educação de empregados e seus dependentes.

O trabalho em benefício do produtor rural e do povo brasileiro, enquanto tarefa da Conab, garante o abastecimento regular no país e favorece preços justos ao consumidor. Contudo, tal tarefa somente será realizada satisfatoriamente com a participação dos gestores das Superintendências Regionais no que se refere às atividades que impactam a operacionalização das mesmas.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas;

acompanhamento dos objetivos da política em seminários e teleconferências internas da Companhia, favoreceriam uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

A Sureg-SP contribuiu significativamente, em 2010, para o alcance da missão da Conab, como empresa pública integrante do Governo Federal: “*Contribuir para a Regularidade do Abastecimento e Garantia de Renda ao Produtor Rural, participando da Formulação e da Execução das Políticas Agrícola e de Abastecimento*”, apesar de algumas limitações ora de caráter operacional, ora de caráter administrativo/financeiro.

Eliminar estas limitações agregaria considerável potencial de ação à Sureg-SP, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados, sempre voltados para o bom atendimento do seu público de relacionamento estratégico (empregados, gestores, parceiros, consumidores, beneficiários, sociedade brasileira etc). Contudo, a Sureg-SP, através de sua equipe coesa, com total integração, supera os limites das limitações existentes, partindo para resultados de total excelência.

18. - Demonstrações Contábeis

18.1 - Declaração do Contador - Sureg/SP



DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UJ	
Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de São Paulo		135325	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	23/02/2011
Contador Responsável	Luiz Carlos Rodrigues Molina	CRC nº	1SP149375/O-0
Assinatura do contador			

18.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações, por executar sua contabilidade no SIAFI.

18.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado à Conab por meio do Ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a Lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia, nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

18.3.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

18.3.2. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. P/RES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. P/RES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

18.3.3 - Demonstração do Resultado

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

18.3.4. Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

18.3.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição		Nota	Descrição
01	Contexto Operacional		12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras		13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária		14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis		15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários		16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional		18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento		19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber		20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança		21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes			

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de *“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”*.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: **em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;**

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

1. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

2. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

1. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

2. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
Passivos Contingentes – Provável
Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível
Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no Instituto de Previdência Social da Conab (Cibrius), sem o devido pagamento da joia,

indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em

razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE

**DIRETOR DE OPERAÇÕES E
ABASTECIMENTO**

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

**DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA
E
INFORMAÇÕES**

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

**SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8
CPF:067475232-53**

18.4 - Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

18.4.1 UJ como Investida

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

18.4.2 UJ Como Investidora

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	<u>BNDES</u>	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão- COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CICAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	<u>BNDES</u>	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87

Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	<u>BNDES</u>	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	<u>BNDES</u>	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	<u>BNDES</u>	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná - CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	<u>BNDES</u>	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	<u>BNDES</u>	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. - Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	<u>BNDES</u>	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54

Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	<u>BNDES</u>	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	<u>BNDES</u>	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	<u>BNDES</u>	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	<u>BNDES</u>	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	<u>BNDES</u>	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	<u>BNDES</u>	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	<u>BNDES</u>	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	<u>CONAB</u>	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	<u>BNDES</u>	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	<u>BNDES</u>	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	<u>BNDES</u>	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

18.5. Parecer dos Auditores Independentes



A
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.



ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

18.3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

19 - Remuneração Paga aos Administradores

Conselho de Administração															Em R1,00	
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salá-rio	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exer- cício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Gui- marães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delga- do	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exer- cício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Mene- zes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fon- tes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37

Os honorários dos dirigentes eram fixados tomando como base a remuneração de empregado, considerado paradigma conforme o disposto no Art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, Alíneas a, b, c e d do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

Seguindo as novas orientações do DEST/MPOG, feitas por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, de que o estabelecimento dos honorários dos diretores seriam fixados desvinculando-se da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram feitas planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e de Administração é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e Parágrafos 3.º e 6.º dos Artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro C - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Síntese da Remuneração dos Administradores

19.1 - Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

19.2 - Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

19.3 - Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 - Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar / CIBRIUS

1 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

21.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

a) Identificação da Entidade

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

b) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro CI – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

c) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro CII – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição	Participação %
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	0	0,00	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

d) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

d.1 – Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
AC	2	31.207,22	13,90%
AL	37	157.213,78	70,01%
AM	34	214.071,76	95,33%
AP	0	0,00	-%
BA/SE	36	191.689,52	85,36%
CE	127	599.101,43	266,78%
ES	45	306.688,38	136,57%
GO	112	792.674,69	352,97%
MA	46	202.028,64	89,96%
MG	78	590.833,20	263,10%
MS	62	354.681,18	157,94%
MT	46	285.238,45	127,02%
PA	26	182.143,75	81,11%
PB	42	273.619,01	121,84%
PE	114	604.503,00	269,18%
PI	28	181.353,06	80,76%
PR	81	543.004,15	241,80%
RJ	44	343.808,71	153,10%
RN	39	253.418,56	112,85%
RO	22	160.639,48	71,53%
RR	1	16.682,27	7,43%
RS	57	341.514,53	152,07%
SC	29	224.569,84	100,00%
SE	0	0,00	-%
SP	37	342.157,31	152,36%
TO	14	152.290,13	67,81%
Matriz	446	4.728.932,61	2105,77%
Total	1.605	12.074.064,66	-

Fonte: Diafi/Sucon/Gecon, DRE e Siafi

d.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$12.701.315,31*

***OBS: A diferença de R\$1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não Processados.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

d.3 – Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não Processados.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias, conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóias de responsabilidade exclusiva do participante, e acertos outros.

e) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

f) Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

g) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Quadro CIII – Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a _/_/_	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A - 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

h) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/Nº 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU nº. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

i) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a *Resolução 3792/2009 do CMN*, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16.º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro CIV - Alocação de Recursos e Limites por Segmento e Modalidade de Investimento

Segmentos	Alocações			Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	2010	
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro CV - Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros

Deverão ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco, como demonstrado acima, o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado, existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo, em algum fundo de investimentos, poderá alterar este percentual. Entretanto, deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Quadro CVI - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Jan a Dez/2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6 % aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	6,73%	7,02%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5 % aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6 % aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN nº 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação aos parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Fixa de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$ 79 mi para R\$ 129 mi e quotas de FIF de R\$ 8,6 mi para R\$ 31,5 mi, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação à meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentaram um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark, isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de promover o bem-estar social dos seus destinatários.

a) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP nº014, de 04/02/2011, o Parecer da Auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativos, destacamos abaixo o parecer de 2009 da BDO Trevisan Auditores Independentes, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no Parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 12, o Instituto possui registrado, como provisão matemática a constituir, o montante de R\$ 596.267 mil, que representa o desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela $TR + 6\%$ ao ano, existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE). Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB. Entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1º instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2009, o Instituto possui registrado, no exigível contingencial, o montante de R\$ 189.749 mil, dos quais R\$ 174.892 mil referem-se ao contingenciamento dos riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no Parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

b) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC nº 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, vê-se que, para equilíbrio, o Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto, que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente, o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições, a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, a conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$ 641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$ 608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$ 32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000, atualizada até 31/08/2010, corresponde a R\$ 799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$ 44.830.506,05 e, mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$ 146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar, apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$ 578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalentes a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizada conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;
- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$ 44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;
- Alertamos sobre a necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice, já tenham sido reconhecidas pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI Nº 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios nº 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e nº 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/Nº 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício nº 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado, o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade, a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI Nº 412 de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício nº 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício Nº 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou

providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício nº 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE Nº2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo-se a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que, ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$ 44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR) que, apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes

assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$ 684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano em tal ponto, que poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para a Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que, na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/Nº 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de jóia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas, incluindo todos os assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – média (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação, a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de

contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado, é insuficiente, e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que os percentuais apresentados deverão ser reavaliados, após o prazo de um ano desta avaliação, ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7º da Lei nº108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que, devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo à Reserva de Poupança de desligados de R\$ 693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270.936.139,57
2010	17.750.245,92	12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

21.2–Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, como disposto no Art.25 da Lei Complementar n.º108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de Auditoria, em cumprimento ao disposto no Art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2º do Art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especiais de Gestão, no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativas aos exercícios de 2009, que deram origens aos Relatórios Audin Nº 01/2010, Nº 02/2010 e Nº 03/2010, que consignaram as seguintes RECOMENDAÇÕES, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A. Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, recomendamos a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

- B.** Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

- C.** Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente, cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foram oferecidas as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto

da gestão, foi subscrita pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de Auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas, frente aos questionamentos formulados pela equipe de Auditoria, por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estava contemplada no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram consideradas nos estudos desenvolvidos pela mesma Consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de Consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas

discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

- D. O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda encontrava-se pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas, objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.:

- E. Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vêm sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto ao Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

- F. Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

- G. Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis..

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

H. Por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser

devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

- I. Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

- J. A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especiais de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevalecentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: “*Em nossa opinião, com base em nosso exame*

e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social’.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro CVII - Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,93%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		-30,64%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-10,03%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especiais de Gestão- Audin N° 03/2010

Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria, em seu plano de trabalho, a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o

INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002* “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevaletentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas, no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.